SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA-PPGEDUC

ARLON BARBOSA BORGES

PERMANÊNCIA DOS/AS JOVENS QUILOMBOLAS NA UNVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: uma análise dos desafios enfrentados pelos/as alunos/as oriundos do PSE quilombola no Baixo Tocantins.

CAMETÁ-PA
2023

ARLON BARBOSA BORGES

PERMANÊNCIA DOS/AS JOVENS QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: uma análise dos desafios enfrentados pelos/as alunos/as oriundos do PSE quilombola no Baixo-Tocantins

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: **Políticas e Sociedades**.

Orientador: Prof. Dr. João Batista do Carmo Silva.

CAMETÁ-PA
2023

ARLON BARBOSA BORGES

PERMANÊNCIA DOS/AS JOVENS NAS UNVERSIDADES PÚBLICAS PARAENSES: uma análise dos desafios enfrentados pelos/as alunos/as oriundos do PSE quilombola no Baixo Tocantins.

Cametá, PA, ... de..... de 2023.

AVALIADORES

_____

Prof. Dr. João Batista do Carmo Silva (Orientador)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA – PPGEDUC

_____

Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues (Avaliador Interno)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA – PPGEDUC

_____

Prof. Dr. Jesús Jorge Pérez Garcia (Avaliador Externo)

UNIVERSIDADE DE PINAR DEL RIO – UPR – CUBA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238p Barbosa Borges, Arlon.
PERMANÊNCIA DOS/AS JOVENS QUILOMBOLA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ : uma análise dos desafios enfrentados pelos/as alunos/as oriundos do PSE quilombola do baixo Tocantins / Arlon Barbosa Borges. — 2023.
155 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. João Batista do Carmo Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Cametá, 2023.

1. Universidade. 2. Permanência. 3. Politicas afirmativas. 4. Expansão do Ensino Superior. I. Título.

CDD 370

Dedico *in memoriam* de meus avós maternos Francisco Lobo Borges e Orlandina do Nascimento Barbosa Borges, pelo exemplo, ensinamentos, e dedicação ao longo de minha juventude. A minha tia Rosa Maria Barbosa Borges por toda dedicação e preparo em minha base educacional. E aos demais familiares, pais, irmãos, tios, primos e amigos pelo incentivo direto ou indireto, amizade, carinho e amor. Essa é a uma conquista toda nossa!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me concedido forças para trilhar essa trajetória, que se estendeu por dois anos de curso de mestrado e por colocar pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais não estaria vivenciando esse momento tão sonhado de concluir o meu mestrado.

Ao meu orientador Professor Dr. João Batista do Carmo Silva, pelo seu profissionalismo, dedicação, companheirismos e pela motivação através de um trabalho bem feito para que eu pudesse chegar até aqui. E também aos professores que me acompanharam nesse processo, fazendo parte da banca examinadora, desde minha qualificação, Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA) e Prof. Dr. Jesús Jorge Pérez Garcia (UPR/CUBA).

A minha amiga Profa. Ma. Érica do Socorro Barbosa Reis, que me ajudou de forma significativa desde o processo de seleção de mestrado até a minha conclusão, com revisões gramaticais, entre outras dicas. Muito obrigado.

A minha mãe Jucilei do Socorro Barbosa Borges pela motivação e incentivo, que não pediu esforços para me ajudar, no momento que precisei durante essa trajetória, principalmente ao cuidar do meu filho, no momento que precisei me deslocar para estudar.

Ao meu filho João Gabriel Barbosa Borges, por ver diariamente minhas lutas e conquistas e torcer pelo meu sucesso e celebrar junto a mim cada um deles.

Aos meus queridos familiares, irmãos, primos e primas, avós e tios, que me propiciaram milhares de momentos especiais de descontração e ensinamentos. Um especial agradecimento, a minha tia Simara de Nazaré Barbosa Borges, que mesmo distante geograficamente, sempre esteve perto espiritualmente, me ajudando na medida do possível.

Agradeço, também, aos grupos de estudos e pesquisa “Universidade na Amazônia” e “GEPTE”, em nome das Professoras Dr. Benilda Veloso Silva e Cheliane Estumano Gaia. Estar junto de vocês me torna um profissional/pesquisador melhor. Obrigado por me ensinarem tanto, eu seria muito pouco sem vocês.

Agradeço também a todos os nossos colegas da turma do Mestrado PPGEDUC/UFPA/CUNCTINS 2021, que me ajudaram bastante ao longo do curso, sendo parceiros um do outro no fornecimento de material de leitura e orientando em todos os momentos ao longo das disciplinas, principalmente ao meu amigo Wagner Ferreira pela parceria e solidariedade em momentos de tristeza, angústia e aflições.

Às Associações Quilombolas ACORQBU (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e

Florestão) e ARQUIB (Associação dos Remanescente do Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha) e suas lideranças pela parceria e contribuição na construção de minha pesquisa e os acadêmicos dessas comunidades, que foram primordiais, pois contribuíram de forma significativa na construção deste trabalho.

Por fim, agradeço a “maior do Norte”, nossa querida Universidade Federal do Pará e a todos que constituem essa instituição, a qual tenho muito apreço e consideração.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar um estudo baseado na perspectiva do Materialismo histórico-dialética sobre a permanência de jovens quilombolas na Universidade Federal do Pará, com uma análise voltada para os desafios enfrentados pelos alunos oriundos do PSE quilombola no Baixo Tocantins. Trata-se de estudos de casos realizados com alunos da Universidade Federal do Pará, oriundos das comunidades quilombolas de Umarizal e Igarapé Preto, localizadas no município de Baião-PA, na região do Baixo Tocantins. A pesquisa dialogou com questões já postas, através de estudos de campo em busca das especificidades que as comunidades apresentam, bem como suas características sociais. Os resultados desta pesquisa explicitam que a Universidade Federal do Pará (UFPA) tem mostrado avanços positivos relacionados à permanência de jovens quilombolas na universidade, através de sua autonomia e de políticas afirmativas, no entanto, ainda não suficiente diante da grande demanda derivada de um histórico processo de exclusão. Em relação aos estudantes quilombolas, as questões econômicas estão diretamente ligadas as suas trajetórias. Nesse mundo, de diferentes classes sociais, tornam suas permanências na universidade ainda mais desafiadoras. Conclui-se que os auxílios, assim como um conjunto das políticas produzidas pela UFPA, têm contribuído de forma significativa para que uma parcela desses alunos tenha concluído suas graduações e outra consiga permanecer.

Palavras-chave: Universidade. Permanência. Políticas Afirmativas. Expansão do Ensino Superior.

ABSTRACT

This dissertation aims to present a study based on the perspective of historical-dialectic Materialism on the permanence of young quilombolas at the Federal University of Pará, with an analysis focused on the challenges faced by students from the quilombola PSE in Baixo Tocantins. These are case studies carried out with students from the Federal University of Pará, from the quilombola communities of Umarizal and Igarapé Preto, located in the municipality of Baião-PA, in the Baixo Tocantins region. The research dialogued with questions already posed, through field studies in search of the specificities that communities present, as well as their social characteristics. The results of this research show that the Federal University of Pará (UFPA) has shown positive advances related to the permanence of young quilombolas at the university, through its autonomy and affirmative policies, however, this is still not sufficient given the great demand derived from a history exclusion process. In relation to quilombola students, economic issues are directly linked to their trajectories. In this world, different social classes make their stay at university even more challenging. It is concluded that the aid, as well as a set of policies produced by UFPA, have contributed significantly to the fact that a portion of these students have completed their degrees and others are able to remain.

Keywords: University. Permanence. Affirmative Policies. Expansion of Higher Education.

LISTA DE SIGLAS

ACORQBU - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista. Paritá Mirí e Florestão

ADIS - Assessoria da Universidade e Inclusão Social

ARQIB - Associação dos Remanescente do Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha

AQUIPE - Associação Quilombola e Extrativista da Comunidade de Joana Peres

ARQCC - Associação de Remanescentes de Quilombo das comunidades de Calados e Caranãzal

ARQUÊNIO - Associação Remanescente Quilombola de Engenho

ARQSTBI - Associação de Remanescente Quilombola São Tomé Bracinho do Icatu

ACREQMOSFE - Associação Comunitária de Remanescente de Quilombos Mocambos de Santa Fé e Santo Antônio

AMPARQC - Associação de Moradores Pescadores e Agricultores Remanescentes de Quilombos de Cardoso

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEPS - Centro de Processos Seletivos

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FCP - Fundação Cultural Palmares

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de ensino Superior

IF - Institutos Federais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

PBP - Programa de Bolsa Permanência

PCD - Pessoas com Deficiência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PPI - Pretos, Pardos e Indígenas

PQB - Programa Brasil Quilombola

PROBPET - Programa de apoio às Bolsas de Pesquisa, Extensão e Técnica

PROIAS - Programa de Assistência e Integração Estudantil

PROIES - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSE - Processo Seletivo Especial

REUNI - Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAEST - Superintendência de Assistência Estudantil

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SOME - Sistema Modular de Ensino

UBS - Unidade Básica de Saúde

UEA - Universidade do Estado do Amazonas

UEAP - Universidade Estadual do Amapá

UEPA - Universidade Estadual do Pará

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UNITINS - Universidade Estadual do Tocantins

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

TABELA 01: Quantitativo de territórios e associações quilombolas no Pará
TABELA 02: PSE QUILOMBOLA/UFPA – alunos aprovados e habilitados (2013-2021)
TABELA 03: UFPA - PSE quilombola alunos aprovados e habilitados por ano (2013-2022)
TABELA 04: características acadêmicas dos jovens entrevistados através do google forms

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Microrregião do Baixo Tocantins, no estado do Pará, na Amazônia brasileira.

FIGURA 02: Localização das Comunidades Quilombolas de Umarizal e Igarapé Preto.

FIGURA 03/04: Modos de transportes de acesso para as comunidades.

FIGURA 5/6: Portal de entrada para a comunidade, com acesso através da BR-422

FIGURA 7: Sede da ARQIB

FIGURA 8/9: Acesso através da BR-422 para as Comunidades Quilombolas de Umarizal e Igarapé Preto

FIGURA 10: Prédio cedido para funcionar a associação ACORQBU

GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Distribuição de vagas por campus/polo 2013
GRÁFICO 02: Distribuição de vagas por campus/polo 2014
GRÁFICO 03: Distribuição de vagas por campus/polo 2015
GRÁFICO 04: Distribuição de vagas por campus/polo 2016
GRÁFICO 05: Distribuição de vagas por campus/polo 2017
GRÁFICO 06: % de alunos que exerceram/exercem atividade remunerada
GRÁFICO 07: % de renda mensal de alunos que exerceram/exercem atividade remunerada
GRÁFICO 08: % de alunos que foram contemplados com bolsas ou auxílios da Universidade
GRAFICO 09: % de alunos que foram contemplados nas mais diferentes bolsas e auxílios Universitário/UFPA.
GRÁFICO 10: % de destino dos recursos obtidos pelos alunos das bolsas/auxílios.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA 17

1.2 QUESTÕES NORTEADORAS 17

1.3 OBJETIVOS 18

1.4 METODOLOGIA 18

1.5 APRESENTAÇÕES DOS CAPÍTULOS 21

2. UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: INCLUSÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA 23

2.1 Universidade no Brasil - um breve histórico 24

2.2 Desafios da inclusão no processo de Expansão da Educação Superior Brasileira 27

2.3 Políticas educacionais afirmativas para a permanência de jovens na universidade …35

2.4 A Expansão do Ensino Superior na Amazônia e o papel da Universidade Federal do Pará (UFPA) na região 38

3. DO QUILOMBO A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: OS DESAFIOS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA 46

3.1 Lutas e resistências quilombolas no Brasil pelo direito à educação 48

3.2 UFPA: da implementação das políticas de cotas às vagas reservadas para os quilombolas 55

3.3 A importância e desafios da permanência de jovens nas universidades.....61

4. PSE QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS DE JOVENS DAS COMUNIDADES DE UMARIZAL E IGARAPÉ PRETO PARA SUAS PERMANÊNCIAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA 64

4.1 Comunidade Quilombola de Igarapé Preto – aspectos históricos e sociais atuais 68

4.1.1 ARQIB (Associação dos Remanescentes do Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha) 71

4.2 Comunidade Quilombola de Umarizal – aspectos históricos e sociais atuais 73

4.2.1 ACORQBU (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista. Paritá Mirí e Florestão) 75

4.3 Análises das trajetórias de alunos (as) quilombolas das associações ACORQBU e ARQIB na Universidade Federal do Pará, oriundos do PSE Quilombola.....77

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 86
6. REFRÊNCIAS BIBLIOGÁFICAS 91
7. APÊNDICES 98
8. ANEXOS 115

1. INTRODUÇÃO

A discursão apresentada neste estudo fundamenta-se na perspectiva histórico-dialética, a qual demonstra o tema desta dissertação com a intencionalidade de analisar as trajetórias e desafios dos estudantes quilombolas que ingressaram através de vagas reservadas ao Processo Seletivo Especial (PSE) para os cursos de graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA), em relação à permanência no ensino superior. Para tal feito, também, foi feito mapeamento de produções acadêmicas específicas sobre as comunidades e a temática em questão. E observou-se que a questão da permanência é algo que, ainda, precisa ser bastante discutido para que se possa preencher algumas lacuna e inquietações específicas.

É válido ressaltar que o ingresso ao ensino superior público, através do PSE, foi uma grande conquista para a sociedade quilombola, entretanto, esta, ainda, enfrenta muitos desafios para permanecer no curso escolhido. O *lócus* da pesquisa foram as Comunidades Quilombolas de Umarizal e Igarapé Preto, localizadas no município de Baião-PA, na região amazônica do Baixo Tocantins, por meio de jovens dessas comunidades, discentes da UFPA. A mesma nos possibilita a termos dimensões sobre as condições que um conjunto de jovens, dessas comunidades, enfrenta para se manter na universidade, durante o período de suas graduações. Os que não conseguiram permanecer, quais foram os principais motivos?

Esta temática me despertou interesse no ano de 2018, quando fui coordenador e professor do Cursinho Público do município de Baião, onde tive a oportunidade de implementar o cursinho público itinerante, em que íamos até as comunidades sedes das associações ministrar aulas de preparação para o PSE Quilombola. Dentre as cinco comunidades estavam Igarapé Preto e Umarizal inseridas no projeto. O projeto deu muito certo e continua dando, pois de 2018 até a presente data, muitos jovens tiveram êxito no processo seletivo e conseguiram acesso as universidades públicas, no entanto, no decorrer do tempo fui observando que muitos jovens que já tinham acessado o ensino superior desistiram e foi a partir dessa observação que surgiram as inquietações.

Desse modo, fez-se necessário o estudo local para que pudéssemos entender a realidade das comunidades e, também, refletir sobre as políticas afirmativas de assistência estudantil implementadas com o objetivo de ampliar as possibilidades de permanência desses jovens nas universidades, oriundos dessas comunidades. Esse estudo contribuiu de forma significativa, pois aprofundou meus conhecimentos sobre populações negras no Brasil, além de criar vínculos de amizades com os quilombolas das comunidades onde realizei essa atividades

de extensão. Esse processo amplia as possibilidades de acesso e potencializa as perspectivas de expansão da permanência de jovens ao ensino superior, universitário e público.

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

O PSE Quilombola, embora seja uma política nova e de grande prestigio pelas sociedades quilombolas, ainda traz algumas inquietações pertinentes aos jovens que conseguem este acesso relacionado à sua permanência no curso contemplado. Levando em consideração que esses jovens vêm de comunidades que possuem falta de estrutura econômica e social, de origem pobre em que ao acessarem a universidade se deparam com outra realidade social, uma sociedade capitalista dividida em classes, carregadas de preconceitos e racismos e de intensas desigualdades sociais, a problemática desta pesquisa questiona várias situações voltadas para a permanência dos mesmos na universidade: Quais os desafios enfrentados pelos alunos oriundos do PSE quilombola no Baixo Tocantins construídos processos de permanência para permanecerem na Universidade Federal do Pará, diante do racismo estrutural construído pelo capitalismo?

Nessa perspectiva, o presente estudo teve relevância social por se tratar de uma temática que ainda precisa ser investigada e discutida nas comunidades quilombolas da Amazônia paraense, pois adentramos nas comunidades para compreender e buscar, junto a elas, propostas para a construção de políticas educacionais que valorizem a organização de ensino, a diversidade cultural e os processos de interação para o acesso nas universidades públicas. Além disso foram analisados alguns estudos de outros autores que já pesquisaram na região e sobre o contexto em questão, para que pudéssemos compreender as lacunas existentes entre estes estudos, ou seja, sobre o estado da arte.

1.2 QUESTÕES NORTEADORAS

A pesquisa dialoga com as questões já postas relacionadas ao PSE Quilombola, através de dados educacionais de jovens das comunidades do 2º distrito do município de Baião-PA, localizado na região do Baixo Tocantins, os quais consideramos como pertencentes as seguintes comunidades: Umarizal e Igarapé Preto. Procurando apontar caminhos para concepção de uma universidade democrática, inclusiva e popular, através de movimentos sociais e, principalmente negros, as políticas afirmativas surgiram com assistência estudantil, através de bolsas permanências, que colabore efetivamente com a formação dos indivíduos que vivem no nessas

comunidades. Ou seja, é uma pesquisa que foca em um campo empírico, de um problema, que possui especificidade e singularidade.

Diante disso, a pesquisa norteia sobre as condições que esses jovens quilombolas enfrentam ou realizam para sua permanência no ensino superior? Como esses jovens são acolhidos e quantos deles, do ponto de vista pedagógico, são assistidos nas suas faculdades? As ações afirmativas conseguem atender todos os jovens quilombolas que conseguem o acesso? Quais outras condições esses jovens buscam para permanecer no curso superior, independente de políticas afirmativas? Como os mesmos vivem no local de seu curso?

1.3 OBJETIVOS

Objetivo geral da pesquisa é analisar os desafios, enfrentados pelos alunos oriundos do PSE Quilombola no Baixo Tocantins para permanecerem na Universidade Federal do Pará. Com relação aos objetivos específicos, apresentamos os seguintes: Analisar as políticas afirmativas na universidade, que garantem a permanência de jovens nos cursos de graduação escolhido; analisar as contribuições do PSE Quilombola para o acesso dos jovens das comunidades, de Umarizal e Igarapé Preto, à universidade pública no período de 2013 a 2017; e avaliar as dificuldades de permanência e as trajetórias de alunos quilombolas na Universidade Federal do Pará.

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, com foco no materialismo histórico e dialético, pois de acordo com Marx e Engels (2006), esta concepção defende a evolução da sociedade ao longo do tempo de acordo com suas relações sociais de produtividade. Pois segundo Thompson (1981) quando Marx pensa no materialismo histórico reflete nos meios pelos quais os seres humanos produzem coletivamente as necessidades da vida. E é através dessa reflexão que esta pesquisa se baseou.

Além disso, a pesquisa também contou com abordagens descritiva e explicativa, pois, segundo Gil (2002, p. 42), “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Já as explicativas “[...] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de

pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas" (p. 42).

Para tal feito, este trabalho contou com o apoio de estudos de caso, os quais nos propõe uma pesquisa mais ampla de casos específicos, oferecendo, assim, subsídios para novas investigações sobre a mesma temática de egressos, estudantes ativos e desistentes da Universidade Federal do Pará e também com pesquisas relacionadas à área, consolidando, assim, um bom arcabouço bibliográfico. Ainda, segundo Gil (2002) a pesquisa bibliografia cataloga referências já postuladas de trabalhos da mesma natureza, que se propõem a análises de diversas posições a certa de um tema.

Neste sentido, esta pesquisa dialogou com as questões já postas relacionadas ao PSE Quilombola, através de dados educacionais de jovens das comunidades do 2º distrito do município de Baião-PA, que fazem fronteira com o Município de Oeiras do Pará, ambas localizadas na região do Baixo Tocantins, os quais consideramos como pertencentes as seguintes comunidades: Umarizal e Igarapé Preto. Apontando caminhos para concepção de uma universidade democrática, inclusiva e popular (Assistência estudantil, Bolsas permanências), que colabore efetivamente com a formação dos indivíduos que vivem no nessas comunidades. Ou seja, é uma pesquisa que foca em um campo empírico, de um problema, que possui especificidade e singularidade.

Do conjunto dessa pesquisa foi analisado o acesso de jovens quilombolas na UFPA e suas intensas desigualdades sociais. No entanto, entendemos que ja tiveram pesquisas e trabalhos desta natureza, porém, ainda, não com foco nos jovens oriundos das Comunidades Quilombolas de Umarizal e Igarapé Preto, localizadas no município de Baião-PA. Vale frisar que quando citamos as comunidades não estamos nos referindo somente as Vilas e sim a um conjunto de vilas que compõem a região quilombola de Igarapé Preto e Umarizal. Pois nessas vilas estão localizadas a sedes das associações quilombolas dessa região. E o motivo para tal escolha, está diretamente ligada ao tempo que as mesmas existem e também por apresentarem o maior número de jovens que tiveram acesso à universidade pública e, especificamente, a Universidade Federal do Pará.

As principais categorias e as revisões literárias estão classificadas da seguinte forma:

- Na Categoria Universidades Públicas no Brasil: Bottoni, et al, (2013); Catani e Oliveira (2002); Chauí (2003); Da Cruz (2019); Da Silva (2019); Dourado (2008); Freitas (2018); Fonseca (2018); Gisi (2006); Hage, et al (2013); Lima e Machado (2016); Lima (2019); Martins (2002); Peroni (2012); Salata (2018); Santos, et al, (2013); Severino (2008); Silva e silva (2019); Silva (2020).

- Na Categoria Sociedade quilombola: Campus (2016); Leite (2008); Quintans e Gay (2014); Soares (2018); Soares (2020); Santos (2018).
- Na Categoria Permanência: Ganam e Ponezi (2021); Lima, et al, (2018); Melo (2018).

Além destas, disposições legais da Federação Brasileiras e da UFPA como decretos, resoluções, leis, programas, entre outros foram pesquisado, afim de apresentar mais coerência sobre a discussão apresentada.

O período de vigência dos planos de análises consistiu, precisamente entre os anos de 2013 a 2017, com dimensões a partir do número de vagas ofertadas; número de alunos inscritos; número de alunos aprovados; alunos que efetivaram as matrículas; alunos que pertenceram ao curso matriculado até sua conclusão; alunos que, ainda, permanecem em seus cursos; e alunos que desistiram.

Para tal feito, fez-se necessário o estudo de campo em busca das especificidades que a região apresenta, suas características sociais e principalmente as desigualdades sociais que ambas apresentam. Diante disso, este trabalho utilizou dois tipos de pesquisas nas comunidades, a de forma presencial – com líderes comunitários, diretoria das associações quilombolas, acadêmicos e egressos. Além disso, foi utilizado um questionário com intuito de coletar informações específicas numa abordagem, através da plataforma *google forms.* Questionários semiestruturados entre alunos e egressos, ativos e desistentes aprovados no PSE Quilombola no período da pesquisa, especificamente de egressos da Universidade Federal do Pará. Além disso, a pesquisa contou com um bom arcabouço bibliográfico, o que nos propôs analisar diversas posições acerca do tema.

A pesquisa presencial contou com dois momentos em dias alternados nas comunidades. No dia 09 de agosto de 2022, estive na comunidade de Igarapé Preto na presença do senhor Djalma Pereira Ramalho, que já foi secretário executivo, por oito anos, da Associação Quilombola ARQIB e atualmente como secretário cultural, além dele, obtive informações relacionadas à comunidade, por parte de alguns moradores, como Emanuele Rodrigue e Amanda Santos. Na comunidade de Umarizal, a pesquisa aconteceu no dia 23 de outubro de 2022, na presença da diretoria da Associação Quilombola ACORQBU, formada pelos senhores Assunção Azevedo dos Santos (Presidente), Cegisnando Arnoud (Tesoureiro) e Héliode Souza Vieira (Secretário). Em ambas comunidades, foram apresentados questionários, de uma certa familiaridade por parte dos entrevistados, que contou com perguntas relacionadas ao contexto histórico das vilas sedes, processos de criação das associações, no que se refere aspectos de fundação, economia, saúde, educação, população e comunidades associadas.

Através do *google forms*, aconteceram consultas específicas para alunos egressos, acadêmicos e desistentes da Universidade Federal do Pará, através de questionário único, como mostra em apêndices, com objetivo de saber as características específicas de cada aluno pesquisado. Até o presente momento vinte alunos foram consultados, o que fez termos as análises apresentadas no capítulo quatro.

1.5 APRESENTAÇÕES DOS CAPÍTULOS.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo expõe um breve histórico sobre a educação superior brasileira, com ênfase nas universidades públicas, sua função social e seus vários momentos e processos marcados por desigualdades, avanços, disparidades entre o ensino público e privado e por movimentações sociais em benefícios da democracia e autonomia universitária. Exibe, também, sobre programas federais e políticas afirmativas e suas contribuições para o acesso e permanência de mais jovens nas universidades. E como essas políticas contribuíram para a expansão do Ensino Superior na Amazônia e o papel da Universidade Federal do Pará (UFPA) na região, suas estratégicas para o desenvolvimento institucional, humano e a sociedade em que ele está inserido.

No segundo capítulo, será abordado um breve histórico sobre as lutas e resistências dos quilombolas no Brasil e os desafios que esses povos enfrentam socialmente e principalmente no âmbito educacional. Também será abordado sobre a estratégia que a Universidade Federal do Pará (UFPA) vem buscando a partir das políticas de cotas para implementação de vagas reservadas para os quilombolas, com a forma de minimizar os problemas de vulnerabilidade e desigualdade social que se apresentou, historicamente, no decorrer do tempo. Também será mostrado, neste capítulo, a quantidade de vagas ofertadas desde o início do PSE Quilombola até o ano de 2021, o número de alunos que já concluiu suas graduações no período de 2013 à 2017, no qual seria o período apto para essas conclusões, alunos que ainda estão estudando e alunos que cancelaram suas matrículas.

No terceiro capitulo, serão apontadas as análises produzidas nas comunidades pesquisadas, bem como as trajetórias de alunos que ingressaram na Universidade Federal do Pará. As contribuições que as políticas afirmativas possibilitaram aos alunos que conseguiram pleitear uma vaga e relatos sobre as dificuldades que esses jovens enfrentaram para permanecer no curso escolhido. Além disso, será exposto sobre os motivos de desistências de jovens das universidades. O que levou essa tal desistência e quais foram as principais dificuldades encontradas em seu período acadêmico.

Nas considerações finais, será feito uma síntese geral dos principais problemas e dificuldades encontrados pelos jovens quilombolas, no que se refere o acesso e permanência no ensino superior até sua conclusão. Será apontado as contribuições que as políticas afirmativas vêm proporcionando para esse povo o que tange suas permanências nas universidades e o que precisa melhorar para que mais jovens adentrem e permaneçam no curso escolhido. As dificuldades descritas serão apontadas como algo construtivo para que se possa levar aos superiores como forma de mostrar a realidade das comunidades, com intuito de buscar mais estratégias benéficas para tais problemas, que ainda são encontrados.

2. A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: INCLUSÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA.

No Brasil, o acesso ao ensino superior se constituiu e ainda ocorre de maneira desigual. Segundo Gisi (2006), a educação superior brasileira sempre foi reservada para poucos, já no seu início privilegiava a formação das elites sociais. O contexto socioeconômico, geralmente, foi e permanece como fator determinante para isso, favorecendo uma pequena parcela da população. O acesso e a permanência de jovens nas universidades, nos últimos anos, vêm se ampliando, mas ainda necessita um olhar mais detalhado sobre a problemática histórica da exclusão social de diferentes grupos na sociedade brasileira, principalmente quando se disserta sobre a universidades popular, pois de acordo com Santos; Mafra; Romão (2013) a educação popular é aquela comprometida com as causas do povo, promovendo sua conscientização, sua participação e emancipação.

Nesse sentido, reverter esse quadro de desigualdade social nunca foi fácil, no entanto, com o passar do tempo, as flexibilizações no acesso foram surgindo, através de esforços de pesquisadores na área da educação e da implementação de políticas públicas educacionais, que dão uma alavancada no ingresso de mais jovens e, principalmente, da classe menos favorecida ao ensino superior brasileiro. Todavia, entendemos que ainda não é suficiente.

Os favorecidos geralmente são os candidatos que tiveram e ainda têm a oportunidade de serem bem preparados, ou seja, àqueles que possuem mais oportunidades educacionais, através do capital social. Ao que tudo indica, eles sempre estarão com “um passo à frente” no acesso ao ensino superior e, em sua maioria, nas universidades públicas e até mesmo nos cursos de maior status socioeconômico, que tendem a ser os mais cogitados.

É perceptível que a participação na educação superior no Brasil se expandiu nas últimas décadas. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2020), o número geral de matrículas deu um salto de 6.379.299, em 2010, para 8.680.354, em 2020. O setor público cresceu de 1.643.298, em 2010, para 1.956.352, em 2020. Enquanto que o setor privado expandiu de 4.736.001, em 2010, para 6.724.002, em 2020.

Nas últimas décadas, o ensino superior no Brasil tem nos mostrado um avanço expressivo, no que diz respeito ao ingresso de mais jovens nas universidades. Isso é recorrente de políticas e programas que permitem o acesso da camada popular mais vulnerável economicamente. Estamos falando do aumento gradual de expansão das universidades públicas, seus problemas de massificação e as mudanças nas organizações acadêmicas do ensino superior a partir da década de 1990, sua intensa expansão de criação de novos cursos e

instituições de natureza privada, acompanhada de diversas alterações nas composições socioeconômica dos estudantes.

2.1 Universidade no Brasil - um breve histórico.

A Universidade tem a função social de especialização profissional e científica, responsável pela formação de profissionais de nível superior. Oferecem atividades de ensino, pesquisa e extensão, utilitários à comunidade. No Brasil, essa modalidade de ensino possui um histórico recente, se comparar, principalmente, com os países europeus. A inserção das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, segundo Bottoni, et al, (2013), se deu através de Dom João VI, com a vinda da Família Real para o Brasil, que fundou as primeiras instituições do país a partir de 1808: a Escola de Cirurgia da Bahia (atual UFBA) e a Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina (atual UFRJ).

A partir desse período, os cursos superiores começaram a ser instituídos no país. De acordo com Martins (2002), também seguiram o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura. O Martins, ainda frisa que

> Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. (MARTINS, 2002, p.4)

Diante disso, observa-se que no primeiro momento, a educação superior era vista como algo voltado para a elite. O acesso era restrito, de caráter privado e sua natureza de instituição isolada.

As Instituições de Ensino Superior públicas só irão surgir mais tarde. Segundo Santos; Mafra; Romão (2013), as universidades surgem em pequeno número e situadas nas cidades de maior concentração populacional. O ensino superior privado, sustenta-se, de todo modo restrito aos grupos sociais que possuem condições de subsidiar suas mensalidades e o ensino superior público, restrito aos jovens de classe média, oriundos, na sua grande maioria, de escolas privadas de ensino médio.

Para Lima (2002), "a ideia de universidade mobilizou gerações de propositores e críticos desta forma de ensino. O projeto elaborado pela elite intelectual laica defendia a universidade pública em oposição ao modelo de instituições isoladas e propunha a institucionalização da pesquisa em seu interior." (LIMA, 2002, p.4). Porém, Bottoni (2013) et al, enfatiza que

> Até o início do século XX, depois de muitas reivindicações, reformas e constituições, o povo, ao menos uma parte dele, teve acesso à educação – uma educação fraca e voltada apenas ao aprendizado das funções que viriam a ser desempenhadas por essa parcela populacional. A tecnologia continuava sendo importada, tornando o Brasil dependente dos outros países. (BOTTONI, et al, 2013, p. 24).

Nesse sentido, o acesso ao ensino superior no Brasil, principalmente de caráter popular, nunca foi algo simples. Pois, mesmo com a introdução de ensino público, a prioridade de vagas, ainda, estava voltada para pessoas com poder aquisitivo mais elevado e sobre o comando do Estado com características de organização e não como instituição social. Porém, segundo Chauí (2003), foi

> A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, no correr do século XX a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como uma ideia reguladora. (CHAUÍ, 2003, p.5)

Foram vários momentos e processos marcados entre defensores do ensino público, defensores do ensino privado e por movimentações sociais em benefícios da democracia e autonomia universitária. Segundo Dourado (2008), a institucionalização da educação superior, no Brasil, tendo por norte a organização acadêmica como Universidade, é recente, dada no ano de 1920.

A proposta de educação para todos e de ampliação de acesso e permanência ao ensino superior, foram filtrados por investimentos insuficientes para que pudesse atingir o desenvolvimento humano previsto. A expansão e a massificação andam juntas e estão sempre em discussão, nas últimas décadas, na instauração de políticas públicas que possam minimizar os problemas de inclusão, que perpassam no decorrer dos anos.

Segundo Dourado (2008), aliados a essas mudanças no que concerne a organização acadêmica da educação superior no Brasil vivencia-se, na década de 1990, um claro processo expansionista intensificado a partir de criação de novos cursos e instituições de natureza privada mercantil. Trata-se de uma grande expansão apresentada pelo Estado, que poderia ser encarada como positiva, porém, na verdade, preocupa quando percebemos que os recursos que eram destinados para as Instituições Federais de Superior, reduzem. É a experiência neoliberal, com suas políticas e ações, introduzindo-se no setor educacional brasileiro, principalmente, no ensino superior.

> Nos anos 90, portanto, especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as políticas públicas são reorientadas por meio, entre outros processos, da reforma de Estado que engendra alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, consequentemente, de regulação das políticas públicas e, particularmente, das políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais. Tais ações na arena educacional expressam-se no processo que resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), negligenciando parte das bandeiras encaminhadas pela sociedade civil, especialmente o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. (DOURADO, 2008, p.12)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996, estabelece em uma de suas referências o início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil.

> LDB 9.394/96 - **Art. 53.** No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes. (BRAIL, 2020).

Segundo Salata (2018), ao longo desse processo de expansão e autonomia consolidou-se, um sistema de Ensino Superior que, de modo muito simplista, poderia ser dividido em dois grandes grupos:

> O primeiro formado por instituições públicas, de maior prestígio e mais difícil acesso; e um segundo grupo, composto pelas instituições privadas, de menor prestígio e onde o ingresso é menos concorrido. Em ambas, as classes superiores e médias estão sobrerrepresentadas, seja em função da maior capacidade para arcar com os custos envolvidos, em especial na rede privada, ou então da vantagem obtida nos concorridos exames de vestibular, notadamente para o ingresso nas universidades públicas. (SALATA, 2018, p. 224).

Nesse contexto, as universidades passam a ter maior autonomia na definição das formas de ingresso e, consequentemente, o aumento de número de vagas. De acordo com Catani e Oliveira (2002) a LDB, introduziu mudanças concretas no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão, de currículo e de produção do trabalho acadêmico, causando transformações significativas no campo universitário e na identidade das Instituições de Ensino Superior.

Além disso, os diferentes programas implementados pelo governo federal buscam garantir o acesso escolar para todos respeitando as diferenças sociais e as necessidades

educacionais. O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionada através da Lei nº 13.005 de 2014, demonstram em seus planos de metas, articulações voltadas para o sistema de ensino. Dentre elas podemos citar:

> **Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (PNE, 2014, p.33)
> **Meta 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público. (PNE, 2014, p.41)

Essas metas estão voltadas exclusivamente para a expansão de acesso à educação, sobretudo a educação superior, que no Brasil a idade média para esse ingresso é entre 18 a 24 anos. Porém, segundo dados divulgados pelo Inep (2020), apenas 18,1% de jovens dessa idade estão matriculados no ensino superior, índices que ainda estão abaixo do PNE, que seria de 33%.

Apesar das metas objetivarem melhorar a qualidade educacional no Brasil, o país apresenta um problema histórico que acarreta no baixo percentual de alunos matriculados no ensino superior. Grande parte da sociedade brasileira, ainda, possuem recursos insuficientes para alcançar as metas previstas no plano. No entanto, essas metas foram criadas para impulsionar tanto as educação básica quanto a educação superior. É uma preocupação do ministério da Educação em impulsionar a matrículas de mais jovens na educação superior e que concluam seus cursos de graduação, com aceites ao desenvolvimento da nação brasileira a partir da produção do conhecimento universitário.

2.2 Desafios da inclusão no processo de Expansão da Educação Superior Brasileira.

Em meios a essas lutas sociais, implementação de novas políticas, através da LDB 9.394/96, o Brasil apresenta referências para o início do processo de reestruturação da educação superior. Essa reestruturação que teve seu pontapé inicial a partir do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), início a uma ampla reforma que objetivou modificar o panorama da educação no país, particularmente da educação superior. E na sequência os Governos Lula e Dilma, apresentam outras alterações, o que faz impulsionar o ensino superior brasileiro.

Nesse mesmo seguimento, Salata (2018) relata que somou-se uma série de políticas públicas de implantação voltadas também a expansão do acesso. Entre essas políticas, destacam-se as seguintes:

- FIES pela Lei nº. 10.260/2001, para gerar financiamentos em cursos de graduação a alunos de IES privado-mercantis, habilitadas nas resoluções do MEC;
- Programa Educa Mais Brasil, criado em 2004 (por grupos educacionais privados), para conceder até 70% de desconto em mensalidades a cidadãos de baixa renda;
- PROUNI, pela Lei nº. 11.096/2005, para gerar bolsas de estudo parciais (25% e 50%) e integrais (100%), a alunos de IES privadas, aprovados no ENEM;
- O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI, Decreto. 6.096/2007 para ampliar o aparato de ensino superior público;
- O Sistema de Avaliação Unificada (SISU), criado pelo MEC em 2012, plataforma na qual as IES público-privadas destinariam um percentual de suas vagas a alunos do ENEM. Em seu Art. 2º "O Sisu é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem." (BRASIL, 2010).
- Lei nº. 12.688 criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior PROIES, em 2012, para trocar de bolsas de estudo, por perdão de dívidas tributárias federais a IES privadas interessadas.
- Decreto Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010 "Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação. Este tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal".
- O sistema de cotas, adotado por algumas poucas universidades a partir do início da década de 2000, ganha impulso em 2012, quando foi sancionada a lei n. 12.711, que obrigava as instituições federais a, gradualmente, no prazo de quatro anos, garantir 50% das matrículas a estudantes oriundos do ensino médio público, mesclando também critérios de renda e raciais.

Essas políticas de caráter afirmativo demonstram efeitos positivos para a evolução do Ensino Superior brasileiro. Indicam fortalecimento, principalmente, para as Instituições de Ensino Público, buscando, assim, minimizar os problemas recorrentes de desigualdades sociais, políticas e econômicas. É como se abrisse um leque para o campo do debate e do conhecimento.

Além das políticas de acesso, outras iniciativas foram tomadas nas últimas décadas, em especial nos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em prol da permanência, evidenciam que tais ações já vinham sendo postas em prática. Operou-se, assim, uma estratégia que incluía: ações de auxílio direto ao estudante, como desconto nas mensalidades; programas de financiamento similares ao do FIES, sem a necessidade de fiador e com seguro para o caso de o responsável perder o emprego; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e o Programa de Bolsa Permanência para quem é bolsista integral do Prouni. (DA CRUZ, 2019)

Todas essas políticas são efetivadas com forte apoio governamental, através de flexibilizações e exigência impostas pelo setor privado, como forma de financiamentos. Salata (2018), afirma que "Devido à sua maior agilidade em atender à crescente demanda, o setor privado apresentou, nesse período, uma expansão maior que a do setor público, que também se ampliou consideravelmente". No entanto, mesmo com esse desenvolvimento, por sua vez, os programas ainda não conseguem atender à demanda existente no país.

Os dados coletados por Lima et al (2019) apontam o crescimento de programas e políticas de acesso ao ensino superior, nos três governos:

> Nos governos de FHC (1995 a 2002), os dados atestaram um declínio de quase 7% no número de IES públicas e um aumento de 110,8%, no número de IES privadas. Já as matrículas cresceram nas IES públicas e privadas, mas o setor privado registrou uma ampliação de 130% contra 55% de ampliação no setor público. Ressalta-se que, ao final de seus mandatos, as IES privadas universitárias do País haviam saltado de 63, em 1995, para 84 em 2002, e as IES não universitárias passaram de 621 para 1.358, uma ampliação de 119%, de modo que ambas somavam 1442 IES. As matrículas em IES públicas cresceram 55,0%, e em IES privadas quase 130% (INEP, 1995 a 2002). (LIMA et al, 2019, p. 10).

O governo de Lula continua e aprofunda as reformas educacionais de seguimento ao ensino superior, que demonstra seu crescimento.

> Nos governos de Lula (2003 a 2010), as IES públicas expandiram-se mais, por conta da criação de quatro novas universidades federais, e reformulação de outras 14, além da criação de 74 novas Escolas Técnicas Federais (somadas às 140 que já existiam até 2002) e reestruturação de 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), remodelados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)13. Nesse período, as IES privadas tiveram um pequeno recuo, de unidades e matrículas, mas, ainda assim, ambos se ampliaram bem mais do que as públicas, pois cresceram quase 72% no total, contra um crescimento de quase 40% das IES públicas. No referido período, o número de IES universitárias privadas saltou de 84 para 89, e, de IES públicas, de 79 para 97. Quanto às matrículas, estas cresceram 71,5% nas IES privadas, contra os 39,7% das IES públicas (INEP, 2003 a 2010). Lula ainda ampliou os repasses ao FIES e criou o PROUNI, gerando bolsas de estudo, integrais (100%) e parciais (50% ou 25%), por meio de renúncias fiscais, a estudantes de IES privadas, com ou sem fins lucrativos, aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (BRASIL, 2005). (LIMA, et al, 2019, p.10).

E em seguimento a um mesmo partido político, Dilma Rouseff, apresenta a elevação do ensino superior com, bastante, disparidade entre as esferas pública e privada.

> Nos governos de Dilma (2011 a 2016), a expansão das IES privadas sofreu um pequeno recuo de 0,6%. Já as IES públicas, cresceram cerca de 4%, tendo sido criadas 11 IES públicas e 116 Escolas Técnicas Federais, entre 2011 e 2013. Nos governos de Dilma, apesar do pequeno recuo do setor privado, este chegou ao final do período representando 87,5% do total de IES do País. No que tange ao número de matrículas, houve ligeiro acercamento, entre os valores de crescimento das IES públicas e das privadas. Dados do primeiro governo de Dilma atestaram que as IES não universitárias privadas reduziram de 2.011, inicialmente, para 1.986 ao final. Já as matrículas cresceram cerca de 20% em IES públicas, contra os 25% de crescimento das IES privadas. Além disso, Dilma elevou ainda mais os repasses de recursos a FIES e PROUNI (INEP, 2011 a 2016). (LIMA et al, 2019, p. 10).

De modo geral, podemos considerar que esses conjuntos de políticas condicionam promoção de equidade, reconhecimento à sociedade brasileira. O que possibilita a redução de desigualdades de acesso e permanência, principalmente, para a classe que historicamente foi desfavorecida. Percebe-se que entre os três governos foram consolidadas políticas que favoreceram o ingresso e mais jovens nas universidades e consequentemente suas permanências até suas conclusões. Todavia, o governo de Lula apresenta uma expansão significativa nas Instituições de Ensino no âmbito Federal, o que corrobora com percentuais expressivos de acesso e permanência de jovens, principalmente nas instituições públicas. O governo de Dilma segue as mesmas estratégias do governo de Lula, sempre com olhar diferenciado para o desenvolvimento das instituições públicas.

Entretanto, não se pode negar dos grandes saltos que as instituições privadas deram ao longo dos anos. Apesar de várias políticas favorecerem as instituições públicas, mas são as instituições privadas que tomam conta do cenário nacional, principalmente no quesito acesso.

Como já foi dito anteriormente, as políticas públicas, que vêm sendo implementadas a partir de 1990, objetivam reduzir esses problemas de inclusão que o país apresenta. Porém, a expansão do ensino superior não se efetiva tanto, como sua massificação. Essas políticas, na realidade, presumem o interesse neoliberalista, onde as instituições de ensino privado são mais favorecidas e apresentam maiores elevações, em relação, as instituições públicas. De acordo com Peroni (2012), foram muito tênues as linhas divisórias entre o público e o privado em nosso país. O princípio neoliberal requer indivíduos com competências específicas para as novas demandas do mercado, que e indiretamente estão sendo introduzidas no processo de ensino-aprendizagem das universidades. Freitas (2018), afirma:

> O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseado em um livre mercado cuja a lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a eficiência através da concorrência. Com tal concepção, o Estado é o principal

> inimigo da geração da qualidade social, pois é um mal gestor. Considerando esse fundamento, a fronteira da eficiência do Sistema educacional seria atingida quando a atividade educacional estivesse sob o controle empresarial concorrendo em um livre mercado, sem intervenção do Estado (FREITAS, 2018, p. 733)

Desse modo, o Estado apresenta financiamento de políticas públicas educacionais, o que configura uma acentuada exclusão da classe menos favorecida, que ao invés, de reduzir os problemas de acesso nas instituições públicas, aumentam, cada vez mais. Nesse sentido, Peroni (2012) assegura:

> No Brasil, a concepção de quase-mercado na educação tem sido introduzida principalmente pela interlocução direta dos empresários com os governos, como no movimento Todos pela Educação, ou por parcerias em todos os níveis, desde o nacional até o escolar, como, por exemplo, com o Instituto Ayrton Senna ou o Instituto Unibanco, com o Programa Jovem do Futuro – enfim inúmeras entidades privadas, que têm o mercado como parâmetro de qualidade e a simpatia da sociedade, por se apresentarem como instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, que querem o "bem" da educação (PERONI, 2012, p.26).

Diante disso, as políticas de inclusão têm sido desafiadas à elaboração de estratégias pedagógicas que permitam equiparar possibilidades de acesso para aqueles que tentam uma oportunidade na educação superior brasileira. É possível compreender que essas estratégias passam a ter novos semblantes para atender as relações de trabalho, que contempla o desenvolvimento do capital e suas funções na sociedade.

> O procedimento geral consiste em introduzir, parâmetros de funcionamento de uma empresa no interior do serviço público. Essas ações são fundamentais para, em primeiro lugar, criar um mercado inicial através de terceirização das escolas públicas - visando a constituição do futuro mercado de voucher – e, em segundo lugar coloca em processo de destruição das redes públicas pela transferência dos recursos públicos para as empresas terceirizadas contratas para operar as escolas públicas, subfinanciando as públicas e derrubando as suas qualidades. Dessa forma, as redes públicas vão sendo colocadas em um "vetor de privatização", no qual elas podem ser vistas como mais distantes ou mais próximas de seu estágio final de privatização e inserção em um livre mercado educacional. (FREITAS, 2018)

Todavia, em concordância com Da Cruz (2019), muito mais do que ampliar as oportunidades de acesso, a expansão da educação superior, deve-se garantir a inclusão social de jovens historicamente excluídos em virtude da sua condição social e/ou racial, tornando-se, por isso, de importância crucial assegurar também a sua permanência nos cursos, na medida em que "acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de expansão." No entanto, vivenciamos, atualmente, uma realidade não tão nova, os problemas de acesso e permanência continuam. Diante desse "novo cenário educacional", Da Cruz (2019) enfatiza:

> [...] as políticas de inclusão e permanência ganham centralidade, pois tais iniciativas têm como escopo promover o acesso de estudantes das camadas sub-representadas da sociedade na educação superior. Essa não é uma luta recente, pois a pressão por

> inclusão e democratização sempre esteve presente ao longo da história educacional brasileira, uma vez que pobres e negros desde sempre enfrentaram barreiras no acesso à instrução pública. (DA CRUZ, 2019).

Através das políticas de inclusão, pudemos acompanhar o crescimento de vagas no curso de graduação, porém, como já foi mencionado anteriormente, confere uma grande explosão no setor privado. O que resulta na queda dos candidatos no setor público. Conforme concepção de Da Cruz (2019), apesar de todos os esforços empreendidos nas últimas décadas, as políticas de expansão é correspondente massificação da educação superior, e ainda são incipientes, pois não foram suficientes para resolver a questão da expansão desse nível de ensino, principalmente público.

No entanto, segundo Lima e Machado (2016), até os meados de 2014 e início de 2015 (quando a crise econômica brasileira também impactou nas políticas públicas) viu-se uma transformação no panorama das universidades federais na comparação com o ciclo anterior: a grande quantidade de universidades reestruturadas, ampliadas e fundadas, linhas de financiamentos de pesquisas e salários recompostos viabilizaram um salto inquestionável na esfera da produção de ciência e tecnologia no Brasil.

> Dados de 2016, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), emitidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atestaram que, nesse ano, o total de brasileiros com idade entre 18 a 24 anos somava 23 milhões de cidadãos e os graduandos de IES público-privadas somaram 3 milhões (os de IES privadas somaram 82,3% do total ou 2.469.000 alunos e os de IES públicas somaram 17,7% ou 531.000 alunos). A taxa líquida de matriculados em 2016 nessa faixa etária no ensino superior do País foi de 23,8 %, ainda considerada baixa, se comparada aos valores da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014 a 2024, criado pela Lei nº. 13.005/2014, que prevê, até o final de 2024, a ampliação da taxa bruta de matrículas na referida faixa etária para 50% (em 2016 chegou a 32,8%), e da taxa líquida para 33%. O MEC destaca que a Meta só se concretizará se ao menos 40% das novas matrículas anuais forem efetivadas em IES públicas. (LIMA, et al, 2019, p. 11)

Diante disso, podemos considerar que até o ano de 2016, principalmente entre os governos de Lula e Dilma Roussef, o desenvolvimento no ensino superior vinha se expandindo, especialmente, no que se refere o acesso e permanência de jovens nas Instituições de Ensino Superior. O que poderíamos considerar como um problema, seria a disparidade de desenvolvimento entre o público e o privado. Devido ao modelo econômico neoliberal, voltadas para as características do capitalismo, em que, o sistema privado de ensino sempre assumiu índices de egressos mais elevados.

De acordo com Adrião e Peroni (2009), o sistema educacional contemporâneo brasileiro, responde as exigências neoliberais, através de diferentes políticas de parcerias entre o público e o privado.

> Em alguns casos, o setor público compra os sistemas de ensino com recursos próprios, em outros recebe recursos de outras esferas governamentais para viabilizar a tal aquisição. De qualquer maneira, submete e envolve toda a rede de ensino ou escolas em particular a uma proposta elaborada por segmentos não vinculados à educação local os quais, em nome de uma maior competência técnica substituem o compromisso político da gestão pública com a elaboração e o acompanhamento das políticas educacionais. (ADRIÃO, PERONI, 2009, p. 111).

Essa condição estimula ainda mais o capital. Adrião e Peroni (2009), ampliando matrículas custeadas por recursos públicos em instituições privadas, além da terceirização de merendas e contratação de funcionários que não integram o quadro do magistério. Além disso, perante os problemas advindos pela crise econômica, o que era realidade, agora passaria por mudanças. Em resumo, Fonseca (2018) explicita:

> O processo de expansão das universidades federais parou de ser fomentado. Mais do que isso, as pactuações das expansões já ocorridas nos últimos anos entre universidades e governo federal, e atualmente em andamento, têm sido objeto de tensão permanente. O orçamento do ano de 2017 viu acontecer, pela primeira vez em décadas, uma diminuição nominal no orçamento das universidades públicas. Esse fato é particularmente grave por pelo menos duas razões: a maioria das universidades está ainda em meio a processos de expansão de seus campi e as maiores despesas de todas as universidades são na manutenção de contratos e serviços que não "congelam" e nem se reduzem, mas que todos os anos são reajustados (FONSECA, 2018, p. 305).

Perante o exposto, podemos considerar que as Universidade Federais Públicas, passaria por momentos delicados. Esse panorama da educação superior brasileira, também afetou o setor privado. Diante das características históricas específicas do setor privado, Fonseca (2018) também não conseguirá um salto estrutural em curto prazo a não ser com uma retomada forte e decidida na recuperação da pujança das universidades públicas, que concentram de modo esmagador os laboratórios, os pesquisadores e as condições para a produção da ciência e da tecnologia do país.

Para Fonseca (2018), o momento seria de impasse. Mas sempre também será de esperança e de otimismo ou, como diz certa teoria crítica da sociedade, de "pessimismo na razão e otimismo na vontade". Ou, como se costuma dizer no Brasil, "a esperança é a última que morre". No entanto, Bottoni et al (2013) continua afirmando que o sistema educacional privado brasileiro continua em expansão, em especial com predominância das instituições voltadas para o lucro. A qualidade de ensino e as competências dos egressos são criticadas, assim como a validade dos diplomas universitários. Bottoni et al (2013) enfatiza:

> As universidades privadas têm mais facilidade operacional, todavia, dependem, fundamentalmente, das mensalidades pagas pelos alunos. Com a concorrência entre as instituições privadas, as mensalidades baixaram significativamente, gerando menor receita, a qual precisou ser compensada pelo aumento de alunos por turma (unidade

> básica dos custos fixos), causando o empobrecimento da qualidade do serviço prestado. (BOTTONI, et al, 2013)

As iniciativas privadas não são exclusivamente do Estado, está diretamente ligada ao liberalismo econômico, transformou a educação brasileira para o mercado e essa política vai continuar. Segundo Bottoni, et al (2013), o ensino superior brasileiro ainda busca sua identidade; desde o princípio, foram-nos colocados modelos a serem copiados. Começou com a Universidade de Coimbra, quando foi preciso adaptar toda uma cultura a um modelo que não se encaixava na recém-colônia. Com dificuldades, nossas universidades foram sendo criadas, e o modelo que conciliava o ensino com a pesquisa era o ideal, mas ainda elitizado.

As universidades públicas federais brasileiras passam, atualmente, e principalmente a partir do a ano de 2017, por um momento crítico. O governo de Jair Bolsonaro reduziu muitos dos programas que instituído pelos governos anteriores, reduziu o orçamento para investimentos nas IES, além disso, a crise da pandemia também contribuiu para que se filtrasse mais problemas. Os jornais brasileiros noticiavam todos os dias o perigo das universidades não conseguirem concluir o ano letivo. Entende-se que devem ser buscados meios que ajudem a melhorar essa realidade, pois as Universidades carregam a enorme responsabilidade de contribuir para a formação de cidadãos que ajudarão a construir um país mais desenvolvido, justo e democrático, mas, para que isso possa acontecer, é necessário que a formação verdadeiramente de qualidade seja democratizada.

Apresentamos, portanto, uma realidade de resistência. Por mais que nossas políticas educacionais, tenha fortalecido bastante, essa tarefa de resistência parte dos movimentos sociais, em busca da democracia, em busca de mais jovens ingressando nas universidades públicas e gratuita. Com todos esses cortes, assola os problemas de permanecia de uma gama de jovens nas universidades, o que reduz a perspectiva de futuro.

A Região Norte, por exemplo, considerada por muitos, como a região atrasada. No decorrer do tempo, apresentou evoluções significativas, advindas da Políticas de restruturação universitária e de outras políticas de acesso e expansão, que fez surgir várias outras instituições de caráter público, não somente de âmbito federal como também de esferas Estaduais e Municipais.

De acordo com o Inep (2020), a Região Norte apresenta 23 unidades de instituições públicas e neste mesmo ano 1.798.980 número de matrículas efetivadas presencialmente. Dentre elas estão a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade

Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Estadual do Amapá (UEAP), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Universidade Federal do Tocantins (UFT), entre outras.

2.3 Políticas educacionais afirmativas para a permanência de jovens na universidade.

Conseguir ou não ter acesso à universidade é, no Brasil, um elemento marcante no processo de reprodução das desigualdades. Conforme Bourdieu e Passeron (2003) A permanência na educação superior pressupõe condições já existentes, principalmente, o capital cultural que é adquirido ao longo da trajetória de vida e escolar e que não se adquire de um momento para outro. Com isso, percebe-se, então, que outro principal fator é a origem sociocultural dos indivíduos, através das desigualdades em suas trajetórias na educação básica.

Gisi (2006, p. 13), portanto, conclui que "a raiz do problema se encontra na sociedade que se divide entre aqueles que têm capital econômico, social e cultural e aqueles que não o possuem". Os alunos que possuem melhores condições econômicas frequentam melhores escolas, cursinhos preparatórios privados, compram livros com maiores prestígios e utilizam o meio técnico-científico e informacional a seu favor. Enquanto que outros enfrentam as dificuldades existentes, tentando superar inúmeros desafios do ensino público.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), algumas políticas adotadas tiveram iniciativas com intenção de contemplar populações historicamente não atendidas, alunos provenientes de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas, que por razões econômicas e raciais, não tiveram oportunidades suficientes para obter uma vaga no ensino superior, adentraram-no.

Foram vistas implantações de vários programas de expansão para o acesso e permanência de jovens nas universidades. Dentre eles, podemos citar:

> Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2007).

Nessa mesma perspectiva, no ano de 2010, ainda no governo Lula, foi sancionado o Decreto Lei nº 7.234, de 19 de julho do "Programa Nacional de Assistência Estudantil –

PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação. Este tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal". Estes programas foram grandes avanços para a sociedade universitária, principalmente para os jovens das classes menos favorecidas.

Salata (2018 apud Neves et al., 2007, p. 220) ressalta que "Os últimos anos, no entanto, trouxeram outros elementos para essa dinâmica, com novo ciclo de expansão da rede de Ensino Superior, além de iniciativas e políticas públicas visando a redução das desigualdades de acesso". Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado no final dos anos 90 para avaliar o desempenho dos estudantes no ensino médio, atualmente, é umas das principais portas de acesso ao ensino superior, a qual estudantes que tenham renda familiar mensal bruta de até três salários mínimos são isentos de pagar a taxa de inscrição.

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), outro elemento marcante se efetiva com intuito de minimizar as desigualdades de acesso, o sistema de cotas, sancionada pela Lei nº 12.711/2012. Alguns de seus artigos dispõem:

> Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

Dentro dessa reserva cotas, foram estipuladas regras para destinar vagas a alunos de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e com deficiência. Assim, o acesso à universidade possibilita processos formativos que se desenvolvem na sociedade acadêmica brasileira, tanto na questão social, quanto nas instituições de ensino e pesquisa e também nas organizações dos movimentos sociais.

Da Cruz (2019, p. 3) reforça que essas "políticas de inclusão têm sido desafiadas à elaboração de estratégias pedagógicas que permitam equiparar possibilidades de acesso para aqueles que intentam uma oportunidade na educação superior brasileira." Afirma ainda que "é de suma importância que se aprofundem as discussões sobre políticas de inclusão na educação

superior, pois se trata de processo complexo, pois envolve outros aspectos como acesso e permanência, desse modo constituindo política mais ampla de democratização.”

> As iniciativas das últimas décadas, em especial nos governos do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em prol da permanência evidenciam que tais ações já vinham sendo postas em prática. Operou-se, assim, uma estratégia que incluía: ações de auxílio direto ao estudante, como desconto nas mensalidades; programas de financiamento similares ao do Fies, sem a necessidade de fiador e com seguro para o caso de o responsável perder o emprego; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e o Programa de Bolsa Permanência para quem é bolsista integral do Prouni (DA CRUZ, 2019).

Pode-se entender que todas essas iniciativas estão voltadas para estudantes em vulnerabilidade social como forma de possibilitar o acesso e permanência desses jovens em curso de graduação nas instituições de ensino superior, selecionados por critérios socioeconômicos determinados pela instituição formadora, o que inclui instituições públicas e privadas. Para contribuir, ainda mais, com a permanência e diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o Ministério da Educação (MEC) criou a bolsa permanência.

> A iniciativa voltada para a efetivação e continuidade do Programa Bolsa Permanência, criado pela Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013 (BRASIL, 2013), que tem o objetivo de viabilizar, nos cursos de graduação, a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial indígenas e quilombolas; reduzir os custos institucionais em decorrência da evasão estudantil e promover a democratização do acesso ao ensino superior. (DA CRUZ, 2019).

O Ministério da Educação, através da Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013 – ressalta que Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, é diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal. Com isso, iniciativas como essas, trouxeram estratégias fundamentais para a permanência de estudantes, com apontamentos aos direitos sociais, dando ênfase não somente em viés econômico, mas também a diversidade racial, que muito excluía jovens das universidades brasileira.

Todavia, segundo Melo (2018), os dispositivos legais que sustentam uma educação compromissada com a diversidade brasileira e, principalmente, dos povos quilombolas é recente, com inúmeras lacunas que se permitem transparecer que é um processo, ainda, em construção. Diante disso, Melo (2018), observa que

> No âmbito da educação superior, embora a Lei 12.711 tenha sido um divisor de águas ao viabilizar o ingresso de estudantes egressos do ensino público, pretos, pardos e indígenas, para população em epigrafe não existem leis que regulamentem o seu ingresso. Entretanto, alguma universidade, no uso de sua autonomia, disponibiliza vagas para esses estudantes. Paradoxalmente, o governo federal oferece a Bolsa Permanência, recurso financeiro que objetiva suprir as necessidades materiais do alunado (MELO, 2018, p. 74).

Nessa circunstância, o critério da raça será autodeclaratório, assim como ocorre em toda política de afirmação no Brasil. O processo seletivo quilombola se introduz nessas novas políticas de acesso e premência. Foi uma conquista dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro, que vem sendo buscado desde a década de 90, com a implantação da LDB, que foi se alterando, no decorrer do tempo.

A Lei 10.639 sancionada em 2003, alterou a LDB inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". Nesta conjuntura atribui-se a necessidade de criação de estratégias que viabilizassem a concretização legal na proposta curricular com embasamento na uma educação antirracista. Ou seja, por meio dela as instituições de ensino, poderiam fornecer orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução do conteúdo afro-brasileiro e africano dentro de sala de aula.

Em 2004, foi lançado Programa Brasil Quilombola (PBQ), com o intuito de concretizar políticas de Estado para as áreas quilombolas. Este programa foi a base da Agenda Social Quilombola, sancionada através do Decreto 6.261/2007, que está voltada para ações de desenvolvimento das comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania.

2.4 A Expansão do Ensino Superior na Amazônia e o papel da Universidade Federal do Pará (UFPA) na região.

Na Amazônia, o ensino superior segue a mesma direção do restante do país. As disparidades entre o setor público e privado apresentam-se da mesma maneira, porém não podemos deixar de notar o grande desenvolvimento das universidades públicas apresentadas no decorrer das últimas décadas, na região. Tiveram avanços que consolidaram o acesso e permanência de jovens ao ensino superior, preparando esses indivíduos para o mercado de trabalho. Programas como REUNI, PNAES e o Sistema de cotas, foram essenciais para esse tal desenvolvimento.

O REUNI, por exemplo, contribuiu de forma significativa para a elevação de orçamentos destinados à infraestrutura, cursos, ampliação de vagas, quadro funcional, campi, alunos e financiamentos para subsidiar a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão de modo a não interferir negativamente no desempenho das universidades em longo prazo. Da Silva (2019), afirma que

> O modelo de gestão das IES Federais, adotado no REUNI, é o da política para atingir metas, implantado com o modelo de controle de resultados e foco na eficiência e nos resultados. A ampliação da oferta de educação superior se deu pelo aumento de vagas de ingresso, principalmente no período noturno, redução de taxas e de evasão e ocupação de vagas ociosas (DA SILVA, 2019, p. 160)

Assim, observa-se como as políticas de expansão influenciaram de forma positiva para alguns indicadores nas Instituições Federais de Ensino Superior. Segundo Silva e Silva (2020, p.59), "o processo atual de expansão das universidades públicas no interior da Amazônia, mesmo que ainda insuficiente, vem produzindo resultados extremamente significativos, no que se refere ao processo de formação de mão de obra e produção de ciência e tecnologia." A Universidade Federal do Pará (UFPA), por exemplo, é uma dessas instituições que apresenta um desenvolvimento significativo nesse processo.

> A Universidade Federal do Pará findou o ano de 2011, com 43.7315 estudantes matriculados em sua estrutura que congrega onze *campi* localizados em diferentes regiões do Estado. A principal forma de ingresso desses estudantes na Universidade tem sido via vestibular que, ao longo dos últimos anos, vem sofrendo várias modificações, alterando-se de Processo Seletivo Seriado em 2003, para Processo Seletivo, em 2009; surgindo ainda, os *Processos* Seletivos Especiais que imprimem uma nova configuração da Educação Superior na Amazônia Paraense ao oportunizar o acesso de populações negras, indígenas e do campo. (HAGE, et al, 2013, p.)

Isso nos mostra a importância desses programas de expansão, principalmente para uma região como a Amazônia, que apresenta diferentes peculiaridades e desafios por apresentar diferentes povos, que ainda enfrentam muitas dificuldades sociais. Outra política foi o Sistema de Cotas, através da Lei 12.711/2012, que evidenciou políticas de inclusão, por meio das cotas específicas e auxílios para estudantes em vulnerabilidade social, favorecendo a permanência de muitos jovens no curso de graduação escolhido. Portanto, caminha em um contexto que dever ser continuado garantindo mais expansão e autonomia, pois o que temos até aqui não é suficiente, principalmente quando se trata da região amazônica.

> A Amazônia, portanto, precisa de uma universidade que compreenda o dinamismo que o mundo está exigindo das nações, mas também que compreenda o cotidiano de suas "aldeias" [...]. É a partir dessa compreensão que a universidade, por meio de sua comunidade acadêmica, deve visualizar a Amazônia e se reinventar com vista a dinamizar os seus saberes, sua cultura, sua maneira de fazer política tendo como princípio demonstrar e cobrar o "custo amazônico" com o firme propósito de colocar

> os seus benefícios a serviço de todos aqueles que vivem na região. (SILVA e SILVA, 2020, p. 60)

Diante disso, entende-se que as políticas de ações afirmativas para o Ensino Superior não devem parar e precisam ser mais específicas. Pois a realidade educacional na Amazônia apresentam profundas desigualdades sociais, que evidenciam dados muito importantes para o desenvolvimento da nação brasileira e, principalmente, superação a muitos problemas, históricos, expressados pelo racismo, discriminação e desigualdades sociais. De acordo com Silva e Silva (2020, p. 57), "um dos elementos fundamentais para a superação desses desafios do desenvolvimento na Amazônia é a produção do conhecimento." Considerando que a região amazônica é reconhecida mundialmente pela sua importância para o planeta. Em outras palavras, Silva e Silva (2020), ressaltam que

> [...] a Amazônia está colocada no mundo globalizado, seu desenvolvimento depende da articulação com o restante do mundo, contudo sua dinâmica é bastante diferenciada, basta que observemos sua geografia, composta por grandes rios e várias ilhas; entre essas ilhas, há o Marajó, considerado o maior arquipélago do mundo. E sua diversidade populacional. Composta por populações vivendo em grandes metrópoles como Belém e Manaus, populações ribeirinhas, populações indígenas e remanescentes de quilombo. (SILVA e SILVA, 2020, p. 57)

Trata-se de uma região muito rica e sua diversidade mostra a potencialidade que aqui está presente, fazendo com que vários pesquisadores e cientistas sejam atraídos para a região. A Universidade Federal do Pará, conhecida popularmente como a "Maior do Norte", não perde de vista toda a importância que essa região apresenta e reafirma seu compromisso, através do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Cumprindo a sua função social acadêmica e do mercado de trabalho.

Para melhor coordenar, planejar e acompanhar as políticas afirmativas, a UFPA criou a Assessoria da Universidade e Inclusão Social (ADIS), instituída pela resolução nº 758/2017 em que a partir de então, o setor é responsável pelo planejamento, coordenação, definição, implementação e acompanhamento de políticas referentes as ações afirmativas com atuação integrada com as diversas Unidades da UFPA. Coordenada pela Professora e pesquisadora Zélia Amador de Deus, uma pessoa inconformada com as desigualdades presentes na sociedade brasileira, trabalham em razão da necessidade de promover a igualdade e valorizar esses grupos que, no dia a dia, têm seus direitos violados, sobretudo, dentro do ambiente universitário, através de suas coordenações, tais como: Coordenadoria de Relações Diversidade Étnico-Racial, Coordenadoria de Diversidade de Gênero e de Orientação Sexual e Coordenadoria de Diversidade Cultural.

Além da UFPA outras universidades de caráter público seguem a mesma direção. As universidades públicas são compreendidas como instituições estratégicas para o desenvolvimento humano e a sociedade em que ela está inserida. Esforços e investimentos ocorridos nas últimas décadas em prol de tal desenvolvimento vem fortalecendo cada vez mais o aumento do número de vagas de graduação e pós-graduação, o que beneficia não somente o aluno, mas também a região na qual essa instituição está implantada. Silva e Silva (2020, p. 65) enfatizam que "no Brasil e no mundo, a universidade tem construído diversas estratégias para sua autoformação. Na Amazônia, podemos dizer que a "ideia de universidade" se forja atualmente tendo como princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão." São instituições insubstituíveis para o desenvolvimento social que tornou-se, também, um campo de luta contra o preconceito e o racismo.

Nas universidades, a produção do conhecimento é criada através de estratégias que focam nas coisas e fatos que o mundo contemporâneo vem desenvolvendo. Segundo Silva (2019), centra-se na produção do conhecimento universal, por meio da investigação científica livre, autônoma em todas as áreas do conhecimento, o que inclui, também, lutas liberais e marxistas, o que contribui movimentos importantes para a Educação Popular. Foi nesse embalo que a Universidade Federal do Pará se constituiu e se consolida até os dias de hoje, tendo a sociedade como sua principal referência.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2025) é no ambiente amazônico em que a Universidade Federal do Pará se desenvolve, adiciona dinâmicas que também condicionam a sua atuação de modo importante. Desde o início de sua existência, tem um foco progressista, plural e democrático, valorizando os profissionais e todas as áreas de ensino. A baixa oferta de oportunidades de formação para um enorme contingente de jovens obriga a que se mantenha a expansão da oferta como objetivo, na expectativa de que políticas públicas nessa direção possibilitem a sua realização. Criada em 2 de julho de 1957, apresentam em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, características importantes para seu desenvolvimento.

> [...] a UFPA também foi impactada por outros processos de mudança, como a implantação do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que permitiu maior ampliação da infraestrutura física da universidade e aumento da quantidade de vagas dos cursos de graduação. O sistema de cotas também vem se ampliando desde 2006, com aumento de vagas destinadas para alunos que frequentaram todo o ensino médio na rede pública, vagas para candidatos que se autodeclaram negros, pardos ou indígenas. (PDI, 2016-2025, p. 21)

Percebe-se que uma de suas principais características está diretamente ligada em sua relação mútua com a comunidade acadêmica, com os movimentos sociais e a busca por estratégias que compreendam a realidade do povo e suas necessidades, pois segundo Santos; Mafra; Romão (2013):

> O diálogo entre os movimentos sociais e a comunidade acadêmica apresenta-se como uma das categorias mais importantes, tanto no que diz respeito às demandas, quanto no que se refere ao processo de tomada de decisões e ao processo de construção de conhecimento. Nunca é demais chamar a atenção para a importância da escuta e do reconhecimento acadêmico das vozes da comunidade externa. (Santos; Mafra; Romão, 2013, p. 100).

E é nessa perspectiva que a instituição trabalha para a redução das desigualdades sociais e para o aumento da inclusão de jovens na universidade. A introdução do PNAES e seu conjunto de princípios e diretrizes, de acordo com PDI (2016-2025), norteiam a implantação de ações que ampliam a produção do conhecimento; melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão, decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, existe a política de Assistência da UFPA que é coordenada pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria.

> A Assistência Estudantil nas IFES brasileiras deve ser entendida como uma política essencial no contexto da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso porque a perspectiva de inclusão social possibilita aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica a participação nas atividades acadêmicas em condições de igualdade aos demais estudantes, na medida em que o atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte são oferecidos enquanto assistência básica na dimensão dos direitos sociais. (PDI 2016-2025, p.125).

Nesta linha de desenvolvimento da Assistência Estudantil, a UFPA é constituída de quatro programas, de acordo com PDI 2016-2025:

- O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ASSISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL (PROAIS) - se configura por meio de um conjunto de ações que embasam o desenvolvimento de programas e projetos que favorecem ao processo de expansão das condições de permanência e de formação acadêmica aos estudantes como um direito social. O PROAIS visa a buscar não apenas a inclusão daqueles que apresentem vulnerabilidade socioeconômica, mas também garantir a conclusão exitosa dos cursos, reduzindo a retenção e a evasão de forma a contribuir com uma formação integral. Essa expansão de condições de acesso e de permanência, com sucesso aos

estudantes, tem em vista todos os condicionantes sociais, históricos, culturais e econômicos que se interpõem à realidade dos estudantes, sejam eles oriundos de nossa região, de outros estados ou de outros países.

- PROGRAMA PERMANÊNCIA (PPERMANÊNCIA) - destina-se a apoiar o discente de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica com a concessão de auxílios financeiros. Sua operacionalização ocorre por meio de processo seletivo para custear despesas de necessidades básicas de modo parcial ou integral, na perspectiva de contribuir com sua permanência com qualidade e sucesso no curso de graduação, até a integralização total do curso na IFES.
- PROGRAMA DE APOIO ÀS BOLSAS ACADÊMICAS DE PESQUISA, EXTENSÃO E TÉCNICAS (PROBPET) - programa voltado para a assistência ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica mediante a concessão de bolsas acadêmicas, em caráter de ação afirmativa, visando a estimular a sua inclusão social e articulação para produção e difusão do conhecimento por meio da extensão universitária, pesquisa, monitoria e outras ações similares.
- PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA DO MISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (PBP/MEC) - o programa é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a discentes matriculados em IFES em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a discentes indígenas e quilombolas com finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para sua permanência e diplomação. Seu objetivo é viabilizar a permanência de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; promover a expansão do acesso ao ensino superior por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Na introdução desses programas, a UFPA dá uma alavancada, significativa, no números de egressos e sua permanência no curso escolhido. Além disso, o processo de interiorização de se expande, trazendo desenvolvimento, social, regional e local. Atualmente, segundo Silva (2019, p.111), "[...] a Universidade Federal do Pará possui 14 institutos, 12 Campi, uma escola de aplicação, dois hospitais universitários, seis núcleos e 25 polos." Ainda segundo Silva (2019), a instituição possui como missão:

> Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável". Como vião institucional, "ser referência nacional e internacional como Universidade

> Multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural (SILVA, 2019, p. 112).

Como consequências de todos esses programas e processos expansionistas, trazidos, principalmente, pelo REUNI, a Universidade Federal do Pará, através do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, apresenta atualmente, além da sede, quatro polos universitários que de acordo com Silva e Silva (2020, p. 70):

> Esses quatros Polos Universitários encontram-se sediados nos municípios de Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru, no Estado do Pará, onde o Campus de Cametá (UFPA) flexibiliza cursos de graduação, dentre os 10 cursos por ele criados ao longo de seus trinta anos, [...].

Com essa expansão, aparecem vários impactos positivos importantes, principalmente no tange o aumento do número de vagas, no entanto, reforça um compromisso social por parte da instituição, refletindo sobre os diversos papeis da universidade perante as diferentes realidades locais e seus efeitos, tanto sociais quanto econômicos. Outro programa favorável é a política de cotas, instituída pela Lei 12.711/2012, instrumento criado pelo Governo Federal para contemplar os estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas (PPI) e pessoas com deficiência (PcD) para auxiliar o ingresso desses indivíduos no Ensino Superior, entre outros.

Diante disso, podemos considerar que no Brasil já existem políticas para o desenvolvimento da educação superior e estratégias para acesso e permanência do alunado em seu processo de ensino-aprendizagem, mas essas políticas precisam ser mais específicas voltadas para cada grupo social e realidade local, uma vez que, é perceptível que ainda existem muitos jovens fora das universidades, tanto por não conseguirem o acesso, quanto por não conseguirem as devidas formas de permanência. Pois, ainda, as próprias políticas limitam o avanço das universidades em prol das ações afirmativas.

Dessa forma, podemos considerar o processo de inclusão como algo desafiador. A conquista de direitos, ainda, faz parte de processos de lutas e não está ligado somente à questões econômicas. As contradições sociais, bem como, as especificidades históricas, culturais e indenitárias, também, fazem parte do processo. É na própria escola que refletimos sobre essas contradições, na qual apresentam-se múltiplas desigualdades, tornando-se um ação lenta e deixando dívidas sociais. Nas universidades o cenário é o mesmo, as desigualdades sociais vivenciadas pelos discentes passam a ser discussões frequentes, pois a ausência de políticas específicas passam a ser, mais um, indicador dos desafios que esses jovens enfrentam para permanecerem nas Universidades.

A UFPA, levando em consideração a política de cotas e todas essas novas políticas de acesso e permanência e desenvolvimento social, implementaram as cotas, devidas, em seus processos seletivos. Através de sua autonomia, também, aprova a resolução 4.309, em 27 de agosto de 2012, de "reserva de 2 (duas) vagas, por acréscimo, em favor dos quilombolas, no Processo Seletivo (PS) para ingresso nos cursos de graduação, denominado de Processo Seletivo Especial Indígena e Quilombola ou apenas PSE Quilombola. Trata-se de uma seleção diferenciada voltada para indígenas e quilombolas com vagas extras para candidatos dessas representações que se encontram em condição de vulnerabilidade econômica e que não tenham sido admitidos anteriormente em curso superior. A mesma foi criada com intuito

Entretanto, nesse contexto de transformações necessárias e de grande expansão nesta área, a educação superior continua sendo para poucos, pois a vivência na área faz entender que a maioria dos jovens não tem oportunidades de frequentar uma boa escola, de forma que possam ter um melhor preparo e suprir as desvantagens existentes, logo, podemos afirmar que educação em nosso país, de modo geral, é constituída de problemas e desafios que precisam ser superados por todos.

Com relação aos jovens quilombolas, o acesso à universidade é visto como início de superação, principalmente, de vulnerabilidade social e econômica. Pois, assim como ocorre em boa parte do mundo, podemos considerar que um dos principais problemas apontados pelos jovens quilombolas, em relação à saída de suas comunidades para a cidade, está relacionado à busca por empregos e educação, ou seja, muitos almejam superar as dificuldades encontras em suas trajetórias de vida, tendo a educação como principal meio de superação.

Na região da Amazônia, no Baixo Tocantins, a saída da população quilombola de suas comunidades, em sua maioria, é com o intuito de dar continuidade nos estudos e o PSE Quilombola faz parte desse objetivo. Apesar das dificuldades de preparo para o processo seletivo, essa política afirmativa vem contribuindo, de forma expressiva, como direito de inserir pessoas nas universidade, que historicamente foi negado, oportunizando novos diálogos, novas práticas e compreensões, impactando na formação desses alunos e, consequentemente, contribuindo com suas comunidades.

3. DO QUILOMBO A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: OS DESAFIOS DE INCLUSÃO DA JUVENTUDE QUILOMBOLA.

A juventude é uma categoria etária natural que se constrói sobre diversos aspectos através de suas relações políticas e sociais nas sociedades que ocupam. Na maioria das vezes, suas origens anunciam suas condições e significados nas mais diferentes maneiras, o que ocasionam as situações de desigualdades sociais. As origens das desigualdades sociais são oriundas dos processos históricos e da má distribuição de renda entre a população, o que ocasiona na divisão de classes sociais.

Segundo Do Rosário et al (2019, p. 27) "tais fatores contribuem para ratificar a existência de grupos vulneráveis de maneira social, cultural e política, levando a existência de realidades diferente em um espaço". A classe dominante é aquela que possui uma posição econômica mais elevada, pois dominam as relações sociais, os meios de produção e muitas das vezes a produção intelectual. Para Marx e Engels (2007), essa ideia de classe está ligada às posições que os sujeitos ocupam na sociedade.

> As ideias da classe dominante são, em qualquer época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material tem controle sobre os meios da produção intelectual (MARX, ENGELS, 2007, p. 47).

Nesta concepção, percebe-se que Marx e Engels enfatizam a classe social nos moldes capitalista. Isso demonstra que o ser humano pode migrar de uma classe para a outra, pois o conceito de classe está ligado as relações econômicas e não ao sangue, ou seja, a classe social em Marx e Engels é uma constatação do próprio processo de organização do trabalho. Em outras palavras, Robinson (2023) reafirma, "não é o racismo que cria as diferença de classes, é o capitalismo." Os anos de escravidão, por exemplo, foi um processo de inicialização das relações econômicas capitalistas.

> A escravidão era a instituição histórica específica pela qual o trabalhador negro fora introduzido no sistema do mundo moderno. Entretanto, não era como escravos que se poderia vir a entender a importância que esses homens, mulheres e crianças negros tiveram para o desenvolvimento estadunidense e sim como força de trabalho. (ROBINSON, 2023, p. 369)

Tudo isso é fundamental para entendermos como as atividades econômicas funcionam. Os escravos africanos, segundo Robinson (2023, p.29), "escolheram a fuga e ao aquilombamento porque estavam menos interessados em transformar a sociedade ocidental do

que em encontrar um caminho pra “casa”, mesmo que isso significasse a morte. É nesse contexto que a luta de classes entra, somada a política, cultura e sociedade.

Thompson (1981) entende que o modo de produção em Marx, traz a ideia de que o indivíduo pode utilizar os processos tecnológicos de determinadas épocas e observar como influenciam na cultura, na economia e na sociedade interligando-se. Esse processo possui diálogos do passado com a perspectiva do futuro e não é algo estático. Na sociedade atual não se pode conformar com aquilo que está escrito ou com aquilo que lhe é oferecido, pois, tudo está sujeito a questionamentos. Thompson usa dois conceitos que busca em Marx, o da necessidade e o da consciência. Os seres humanos buscam superar as necessidades da vida, que extrapolam os espaços da casa, da comida e do trabalho. É algo que vai além do que se precisa, é a busca pelo que se almeja. E é nesse contexto que se inclui a origem das comunidades quilombolas.

Mas, que é ser um jovem quilombola?

Essa interrogação, desenvolveu-se na experiência do trabalho de campo ao perguntar aos jovens das comunidade de Igarapé Preto e Umarizal sobre o que é ser quilombola. Para essa etapa da pesquisa questionou 5 alunos de cada comunidade, totalizando 10 sujeitos pesquisados. Na comunidade de Igarapé Preto, obteve como pesquisados 5 sujeitos, onde destacamos a fala da pertencente à comunidade Amanda Santos que destaca:

> Ser jovem Quilombola é um ato de resistência, é também ser alegre, é ser apaixonado pela cultura que é o samba de cacete, que nos foi herdado dos nossos ancestrais que está presente no nosso cotidiano. Ser jovem Quilombola é sair do seu Quilombo pra estudar fora, é chorar com saudades de casa, no entanto, permanecer e resistir é fundamental, para que se possa chegar em nossos objetivos, de formação profissional e de sonhos. É permanecer em um espaço que muitos vezes nos é negado, e contar nossa história nossa luta por onde passamos. A jovem enfatiza “A cada cabeça é um Quilombo por isso aquilombar - é assumir uma posição de resistência e para resistir ao racismo e saímos dos alvos das balas que nos matam todos os dias é preciso resistir e aquilombar - se.” (SANTOS, 2023).

A fala da Amanda representa a conclusão de várias respostas distintas na entrevista. Ao analisar os termos usados pelos jovens, tais como praticas tradicionais, resistência, raça, raízes, força, entre outras. Chegamos à conclusão ser quilombola é reconhecer a força e a cultura negra na sociedade. Cada sociedade constrói sua ideia e significados para os papeis sociais de sua juventude. Em sua maioria os jovens vivem em uma realidade de desigualdades sociais, principalmente, em relação ao acesso à educação, saúde e trabalho. É um fenômeno natural construído através de atributos sociais.

Raça e gênero são questões que, também, contribuem para as realidades sociais. Segundo Graça e Duarte (2014) juventude, gênero e raça são características indenitárias, que caracterizam-se pela produção da diferença da relação dos indivíduos entre os grupos sociais, ou seja, constroem posições especificando jovens, mulheres, homens, negros e negras, referindo-se as peculiaridades nos contextos históricos.

No Brasil, a presença das desigualdades sociais é nítida, ocorre desde o período de sua colonização. Os nativos desprovidos de poder aquisitivo e os negros africanos que já chegaram na condição de escravos não possuíam direito algum e sim deveres. Tais fatores contribuíram e contribuem para ratificar a existência de grupos vulneráveis de maneira social, cultural e política, levando a existência de realidades diferente em um único espaço.

3.1 Lutas e resistências quilombolas no Brasil pelo direito à educação.

Comunidades quilombolas são grupos étnicos descendentes e remanescentes de comunidades formadas por escravos refugiados, que, atualmente, se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, culturas e tradições. Em outras palavras, de acordo com a Fundação Palmares, pautado no o art. 2º do Decreto nº 4.887/2003 "São, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade."

No Brasil, esses povos chegaram, ainda, no período da expansão marítimo comercial, as chamadas "grandes navegações" (Século VXI) e até os anos de 1888, viveram na condição de escravos, quando, então, houve a abolição da escravatura. Eram tratados como mercadorias e não possuíam direito algum como cidadãos. Este grupo étnico de forte identidade cultural, foi um dos maiores contribuintes para o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira, porém, historicamente privado de cidadania e de direitos humanos. No entanto, este mesmo grupo, exatamente por sua origem tanto histórica quanto geográfica e sua identificação étnico-cultural diversa dos grupos dominantes nacionais, continuam excluídos e marginalizados após cem anos de abolição, como resultados sociais desastrosos como analfabetismo, desemprego e violência.

Após a abolição da escravatura as comunidades quilombolas permaneceram presentes em praticamente todo o território brasileiro, esbanjando tradições, crenças, práticas e muitas riquezas culturais. Na constituição de 1988 a questão quilombola entrou na política institucional brasileira. Foi através dela que foi assegurado às comunidades quilombolas o

direito à propriedade de suas terras. Entretanto, de acordo com Soares (2020), devemos considerar que as histórias de lutas e resistência vêm desde o período colonial.

> [...] a história sobre o período colonial e a escravidão no Brasil deve considerar e partir do estudo da luta e da resistência dos negros contra a escravidão, em especial, na formação dos quilombos, por serem estas também bases históricas fundamentais de constituição da questão social nestes trópicos. Atualmente já há uma importante produção sobre a história da resistência negra e quilombola no país, entretanto, ainda não foi incorporada na formação em Serviço Social. (SOARES, 2020, p. 56)

Todos esses avanços históricos no país, nos permite observar a diversidade de sujeitos que buscam diferentes formas de resistência e enfrentamentos aos modelos desenvolvimentistas que o mundo contemporâneo vem apresentando. No entanto, ainda, sofrem preconceitos, racismos advindos de um passado histórico que dificultam no acesso à vários setores sociais e humanitários, dentre eles está a saúde e educação. Porém, são povos têm lutado ativamente pelas conquistas e reconquistas de seus direitos, que no decorrer do tempo vem ganhando o espaço, que de fato, sempre foram seus.

Atualmente, segundo o IBGE (2021), a população negra e parda corresponde 56% da população brasileira. Isso demonstra que a população brasileira cresce com um maior contingente de pessoas remanescente de quilombos. Isso significa resistência, porém, o racismos estrutural, ainda continua presente, principalmente, quando se trata de acesso à educação e ao mundo do trabalho. Apesar desse percentual elevado da população negra no Brasil, indicadores apontam que negros estudam, ganham e vivem menos que os brancos.

O racismos estrutural, segundo Almeida (2019) é a discriminação racial sistemática presente nas estruturais sociais. Ou seja, é o racismo enraizado na sociedade, que acaba estando presente em todas as instâncias sociais, sejam institucionais, políticas ou econômicas. Trata-se do tipo de racismo que já faz parte da cultura de um povo e contribui para a perpetuação de desigualdades. O racismo é estrutural quanto a discriminação racial é um dos elementos que compõe a organização política e econômica de uma sociedade. É assim chamado porque está presente nas estruturas das instituições, demonstrados em várias formas:

- Falta de representatividade política;
- Falta de representatividade na mídia;
- Falta de representatividade na liderança de empresas;
- Baixo percentual de formação universitária;
- Violência urbana;

- Palavras racistas na língua portuguesa: Denegrir; Lista negra; Mercado negro; Criado-mudo; Mulato; Meia tigela; Macumba: termo pejorativo para religiões de matriz africana.

Isso demonstra que a questão racial, ainda, está presente no território nacional, enfatizando as desigualdades, ou seja, na sociedade contemporânea a desigualdade social, econômica e educacional estão presentes devido à falta de mais políticas efetivas que corrobore para uma sociedade menos injusta. No entanto, não se pode negar que a ações afirmativas tem nos mostrado mudanças significativas nesse cenário, principalmente, quando se observa o aumento de pessoas pretas e pardas nas instituições de ensino superior públicas e gratuitas. Espaços estes que sempre privilegiaram pessoas de poder.

Isso é recorrente devido às produções de estudos de lutas que contribuem de forma significativa de avanço para que muitas conquistas venham à tona, o que mostra a autoafirmação da identidade quilombola, trazendo cada vez mais incentivo a busca por mais direitos sociais. Pois de acordo com Dos Santos (2014, p.31) "A identidade negra ou remanescente de quilombo é um sentimento que será construído socialmente a partir da experiência dos indivíduos um processo que se constitui numa constante transformação, que incidirá e refletirá sobre a identidade étnica." O que se torna algo fundamental na construção de movimentos sociais para a busca de direitos, porque reflete a identidade assumida de indivíduos ou grupos em diferentes situações e relações concretas.

Diante dos avanços nas manifestações sociais negra, mais da metade da população brasileira se autodeclarem negros (pardos e pretos), segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2020. Isso demonstra o auto reconhecimento social de identidade étnica. Junto a isso surgem às efetivações das políticas afirmativas no país para minimizar os problemas de desigualdades sociais e econômicas de critérios raciais. No entanto, ainda, se observa um processo muito lento de expansão, contudo, a população negra continua lutando para tornarem-se cidadãos de seus direitos.

Para Leite (2008, p. 969) "desde a abolição do sistema escravista colonial em 1888, o quilombo vem sendo, portanto, associado à luta contra o racismo e às políticas de reconhecimento da população afro-brasileira.". Desse modo, podemos considerar que a palavra "quilombo" está diretamente ligada à resistência. Primariamente, eram espaços de refúgios dos escravos, que fugiam das fazendas, onde eram exploradas e sofriam maus tratos. Em outras palavras Leite (2008) comenta:

> A palavra "quilombo", que em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas

> leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País. Essa palavra teve também um significado especial para os libertos, em sua trajetória conquista e liberdade, alcançando amplas dimensões e conteúdos. (LEITE, 2008, p. 965)

Hoje, no Brasil, este termo é usado para designar espaços de comunidades tradicionais de seguimentos negros nas diferentes regiões do país, com trajetória histórica específicas de resistência cultural. Em 2007 foi aprovado o Decreto 6.040, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. E através de seus artigos foi instituído:

> Art. 3º - Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas [...]. (BRASIL, 2007)

O decreto concede a essas populações o direito à identificação e delimitação dos territórios das comunidades quilombolas. Essa foi uma grande conquista advinda para essa nação, compreendido pelo estado a sobrevivência de questões históricas e sociais que se foi negado a esse grupo de cidadãos. No entanto, nunca foi fácil igualar a sociedade negra ao cenário mundial. Os negros continuam estudando menos e enfrentando maiores dificuldades.

Segundo Soares (2020), mesmo a partir da Constituição Federal de 1988, a luta quilombola pelo território que vem entrando em pauta política, pouco se avançou, porém, sobre tudo, houve o reconhecimento de comunidades de âmbito cultural, que por meio desta surgiu a Fundação Cultural Palmares (FCP), à qual cabe a atribuição de certificação de reconhecimento das comunidades quilombolas, a partir da autoatribuição. A Fundação Cultural Palmares é uma fundação federal brasileira de promoção da afro-brasilidade, vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, que condiciona:

> Art. 2º A Fundação Cultural Palmares - FCP poderá atuar, em todo o território nacional, diretamente ou mediante convênios ou contrato com Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, cabendo-lhe: I - promover e apoiar eventos relacionados com os seus objetivos, inclusive visando à interação cultural, social, econômica e política do negro no contexto social do país; II - promover e apoiar o intercâmbio com outros países e com entidades internacionais, através do Ministério das Relações Exteriores, para a realização de pesquisas, estudos e eventos relativos à história e à cultura dos povos negros.

> III - realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação.

Esta lei foi instituída fruto de mobilizações e lutas dos movimentos sociais e, especificamente, do movimento negro, que assegura direitos sociais à população negra e de organização de segmentos da sociedade civil em torno da defesa e garantia de direitos sociais e políticos. Ou seja, "os quilombos ultrapassaram os marcos da escravidão. Hoje permanecem existindo enquanto comunidades tradicionais, com vínculo com a terra e formas de produzir que contrastam com o modelo predominante de desenvolvimento do campo brasileiro." (SOARES, 2018, p. 579).

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (2019), existem 3.271 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas. Destas comunidades, 2.729 possuem certificação da Fundação; 191 estão com certificação em análise técnica; e 38 estão aguardando visita técnica. Para a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), estima-se em 6.000 o número de quilombos no Brasil.

No Estado do Pará, por exemplo, de acordo estrutura organizativa da MALUNGU, "Os processos de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo são longos e complexos, e tramitam lentamente nos órgãos de Estado cuja missão é efetivar o direito constitucional dessas comunidades à propriedade das terras que ocupam.

TABELA 1: Quantitativo de territórios e associações quilombolas no Pará

Nº	Município	Nº de Territórios	Nº de Associações
1	Abaetetuba	17	**8**
2	Acará	21	**13**
3	Alenquer	1	**1**
4	Almerim	1	**0**
5	Ananindeua	1	**1**
6	Bagre	5	**2**
7	Baião	27	**8**
8	Barcarena	6	**5**
9	Belém	1	**0**
10	Bonito	1	**1**
11	Bragança	1	**0**
12	Breu Branco	1	**1**
13	Bujaru	3	**1**
14	Cachoeira do Arari	1	**1**
15	Cachoeira do Piriá	3	**3**
16	Cametá	14	**7**
17	Capitão Poço	1	**1**
18	Castanhal	2	**1**

19	Colares	3	**2**
20	Concórdia do Pará	10	**2**
21	Curralinho	1	**1**
22	Garrafão do Norte	2	**1**
23	Gurupá	10	**4**
24	Igarapé-Açu	1	**1**
25	Inhangapi	7	**2**
26	Ipixuna do Pará	1	**1**
27	Irituia	13	**3**
28	Limoeiro do Ajurú	1	**1**
29	Mocajuba	9	**2**
30	Moju	26	**24**
31	Monte Alegre	2	**2**
32	Óbidos	13	**7**
33	Oeiras do Pará	1	**2**
34	Oriximiná	37	**10**
35	Ourém	1	**1**
36	Ponta de Pedras	2	**3**
37	Portel	4	**2**
38	Porto de Moz	5	**1**
39	Prainha	1	**1**
40	Salvaterra	19	**17**
41	Santa Isabel do Pará	5	**3**
42	Santa Luzia do Pará	6	**6**
43	Santarém	12	**18**
44	São Domingos do Capim	4	**1**
45	Santa Maria das Barreiras	1	**0**
46	São Miguel do Guamá	5	**5**
47	Santo Antonio do Tauá	1	**1**
48	Tomé-Açu	7	**2**
49	Traquateua	4	**4**
50	Viseu	6	**4**
-	**Pará**	**326**	**187**

Fonte: Elaboração própria com base https://malungu.org/comunidades-1/, 2023.

Diante dos dados exibidos no quadro o Estado do Pará mantem-se resistente, pois dos 144 municípios, 50 apresentam comunidades quilombolas, algumas, ainda sem titulação de terras, porém em processo de titulação. Isso demonstra que o reconhecimento quilombola ampliou-se, tornando-se uma sociedade democrática e mais justa. A ação do Estado brasileiro coloca as comunidades quilombolas como um projeto político nacional em que amplia as possibilidades de acesso a uma sociedade mais igualitária, todavia, ainda não é suficiente. Muitas comunidades ainda vivem em condições precárias, o que requer uma ação redobrada de participação política por parte dos movimentos sociais. Além disso, a população negra

contemporânea, não está restrita aos espaços dos quilombos, mas continuam lutando por reconhecimento e expansão.

> [...] os quilombos representaram uma das mais importantes formas de organização e resistência ao regime colonial e deixaram muitos legados e experiências de luta. O quilombola hoje, através de seus espaços de organização, vem se incorporando nas lutas gerais da classe trabalhadora do campo e das cidades. Apesar das particularidades, essa incorporação é necessária e importante. As experiências de luta e resistência já travadas devem servir de direcionamento. Com os erros e acertos do passado é possível construir no horizonte uma nova sociabilidade. (SOARES, 2018, p. 581)

Os desafios continuam sendo grandes, mas reconhecimento legal dos quilombos no Brasil representa a ampliação dos direitos, que teve dimensões importantes, o que concebe estratégias pela permanência e resistência em seus territórios, bem como do direito a educação, do capital e do trabalho. Para Soares (2020) pode significar, para as diversas organizações da classe trabalhadora, não só uma referência, mas uma forma de iluminar a luta presente.

> Entender a luta quilombola contemporânea a partir da dialética capital/trabalho é importante para sairmos da dimensão culturalista de apreensão da realidade dos quilombos no Brasil, mas não podemos restringir nossa análise apenas a esta relação. Neste contexto, há que se observar outras dimensões constitutivas das comunidades e suas lutas, como a cultura, a ancestralidade, o lugar do simbólico, dos afetos, da religiosidade, dentre outros elementos, sem os quais não entenderemos as formas de resistência e luta destes sujeitos. (SOARES, 2020, p. 64).

Diante disso, não pode negar do quanto foi e é importante o papel dos movimentos sociais para a ampliação dos direitos. Nessas realidades de lutas, a Educação tem sido marcada como um espaço de persistência histórica contra as desigualdades sociais, exigindo ao Estado brasileiro que se constitua políticas específicas de superação. Afinal acesso à educação é um dos direitos humanos que não se deve restringir a somente uma parcela da população.

A política de cotas, através da Lei nº 12.711 de 2012, por exemplo, trouxe um número significativo de quilombolas para as universidades. Além dos quilombolas abrangeu outras cotas o que fez mudar a vida de muitas famílias brasileira, principalmente as que apresentam maior vulnerabilidade. Foi um processo polêmico, porém almejado por muitas pessoas. Essa ação afirmativa, favoreceu, além das sociedades remanescentes de quilombo, pessoas com baixa renda familiar (Cota Renda), pessoas que se auto declararam pretos pardos em indígena (Cota PPI), estudantes de escolas públicas, pessoas deficientes físicas (Cota PCD), entre outras, integrando a população tradicionalmente excluídas no sistema educativo e na administração pública.

Contudo, trata-se de um avanço significativo para a inserção de negros (as) nas universidades, mas ainda possui limites para este acesso. Os anos 2000 foram marcados por

várias políticas de acesso e permanência de jovens nas universidades. Uma expansão significativa de oferta de vagas e cursos de educação superior, ligados tanto à valorização do acadêmico quando ao crescimento da pesquisa acadêmica. Para os grupos historicamente desfavorecidos foi algo de grande importância, pois a formação no ensino básico não lhe permite concorrer em condições de igualdade nos vestibulares com os alunos advindos da escola privada. Isso é advindo das lutas dos movimentos sociais, principais protagonistas para este resultado, com melhorias significativas na educação superior.

3.2 UFPA: da implementação das políticas de cotas às vagas reservadas para os quilombolas.

Compreende-se que, historicamente, determinados grupos étnicos têm dificuldades em ingressar e permanecer na educação superior. Representados por pretos, pardos e indígenas, grupos considerados vulneráveis socialmente a discriminações. No caso brasileiro esses grupos são acolhidos pelas políticas de ações afirmativas e as novas formas de ingressos ao ensino superior público, com vagas específicas, o que representa um projeto de dimensão qualitativa para a expansão do acesso à educação superior.

Levando em consideração todas essas novas políticas de acesso e permanência e desenvolvimento social quilombola, principalmente a lei 12.711/2012, a Universidade Federal do Pará (UFPA), através de sua autonomia, aprova a resolução 4.309, em 27 de agosto de 2012, que "reserva 2 (duas) vagas, por acréscimo, em favor dos quilombolas e 2 (duas) em favor dos indígenas no Processo Seletivo (PS) para ingresso nos cursos de graduação, denominado de Processo Seletivo Especial Quilombola ou apenas PSE Quilombola.

Trata-se de uma seleção diferenciada voltada para indígenas e quilombolas com vagas extras para candidatos dessas representações que se encontram em condição de vulnerabilidade econômica e que não tenham sido admitidos anteriormente em curso superior. No ano de 2013, a UFPA apresenta a sociedade paraense o primeiro PSE Indígenas e Quilombola reservando 2 (duas) vagas para cada grupo racial, distribuídos no seus 12 campis e polos. Desde então até o ano de 2021, de acordo com dados coletados pelo Centro de Processos Seletivos - CEPS/UFPA, a instituição já disponibilizou, em média, 2.788 vagas somente para alunos quilombolas. A tabela a baixo nos mostra a quantidade de vagas ofertadas entre os anos de 2013 a 2021.

TABELA 02**: PSE QUILOMBOLA/UFPA – VAGAS OFERTADAS POR ANO (2013-2021)**

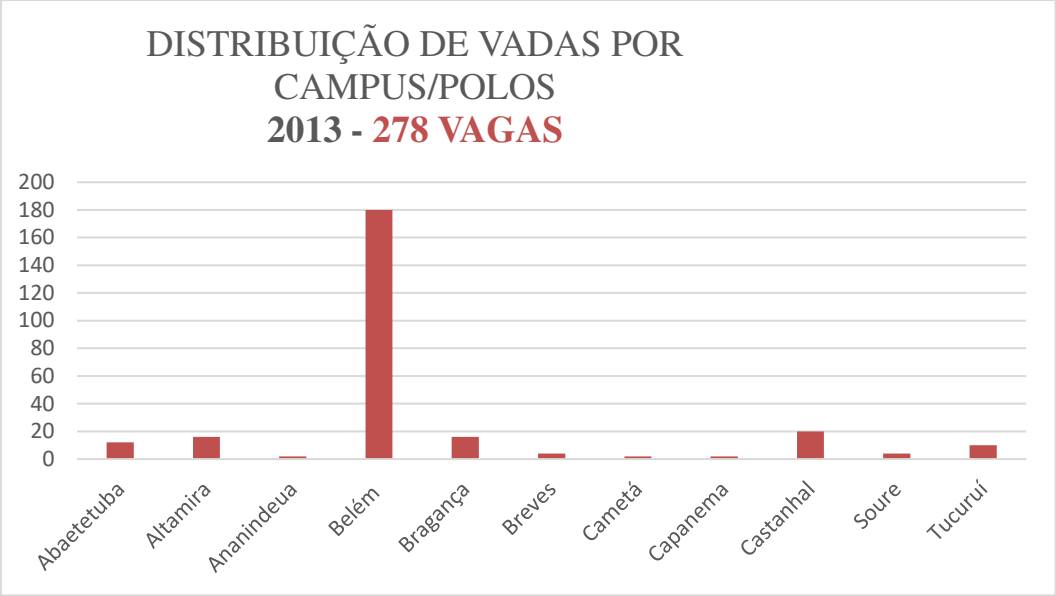
PSE QUILOMBOLA/UFPA (2013-2021)		
ANO	**EDITAL**	**VAGAS OFERTADAS**
2013	2013.1	278
2014	2014.7	320
2015	2015.5	336
2016	2016.2	352
2017	2018.1	354
2018	2019.1	308
2019	2020.1	278
2021	2021.1	168
2021	2021.2	394
TOTAL		***2.788***

Fonte: Centro de Processos Seletivos - CEPS/UFPA. Disponível em: http://www.ceps.ufpa.br.

A Tabela nos emite a expansão gradativa de números de vagas entre os anos. No entanto, a partir do ano de 2017 teve-se uma redução na quantidade de vagas devido a alguns cortes impostos pelo governo federal, o que causou um impacto significativo para os jovens quilombolas que buscam acesso ao ensino superior, através do PSE quilombola. No ano de 2020, não houve processo seletivo, devido a situação pandêmica que o mundo estava sofrendo, através do COVID-19. Diante disso, o ano de 2021 oferece dois processos seletivos um para o mesmo ano e outro para o ingresso em 2022, de acordo com dados do CEPS/UFPA, detalhado em anexo os detalhes a distribuição 2.788 vagas destinadas para jovens quilombolas, envolvendo todos os campis e alguns polos no decorrer dos anos.

No apêndice 01 a tabela remete o avanço do processo de expansão e acesso ao ensino superior, através do PSE Quilombola/UFPA. Foi um aumento considerável de vagas no decorrer dos sequentes quatro anos. Os gráficos abaixo remetem os anos 2013 a 2017, período que esta pesquisa analisa, pois esse período nos possibilita analisar o tempo de ingresso dos acadêmicos na universidade, juntamente com tempo necessário para sua conclusão.

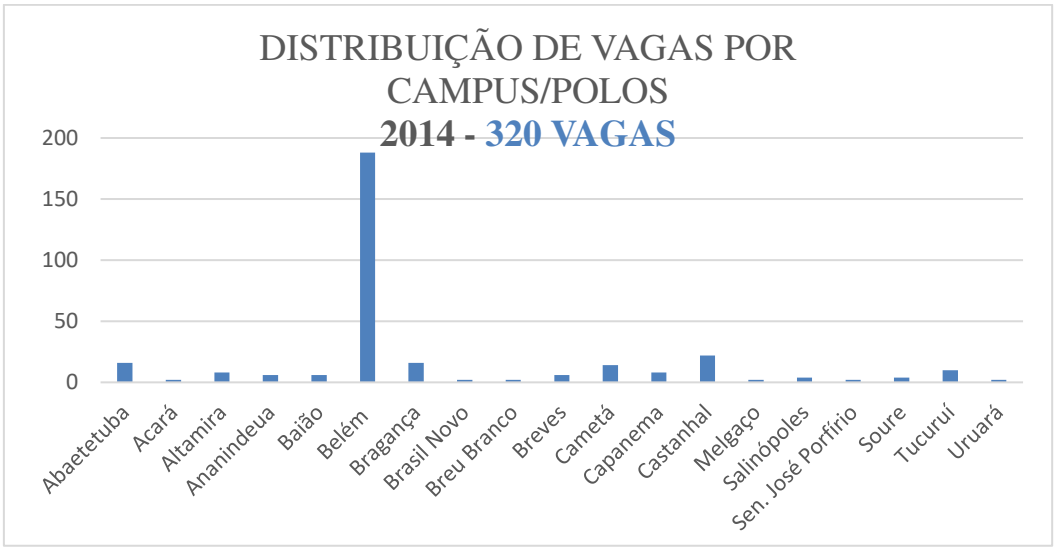
GRÁFICO 01



Fonte: Centro de Processos Seletivos - CEPS/UFPA.Disponível em: http://www.ceps.ufpa.br.

Com já mencionado anteriormente, o ano de 2013 foi marcado pela novidade. Foram ofertadas 278 vagas para alunos remanescentes de quilombos, distribuídos em 11 campus, com a maioria das vagas para o campus da Capital do Estado, equivalente a 180, por possuir a maior estrutura e maior demanda de concorrentes.

GRÁFICO 02

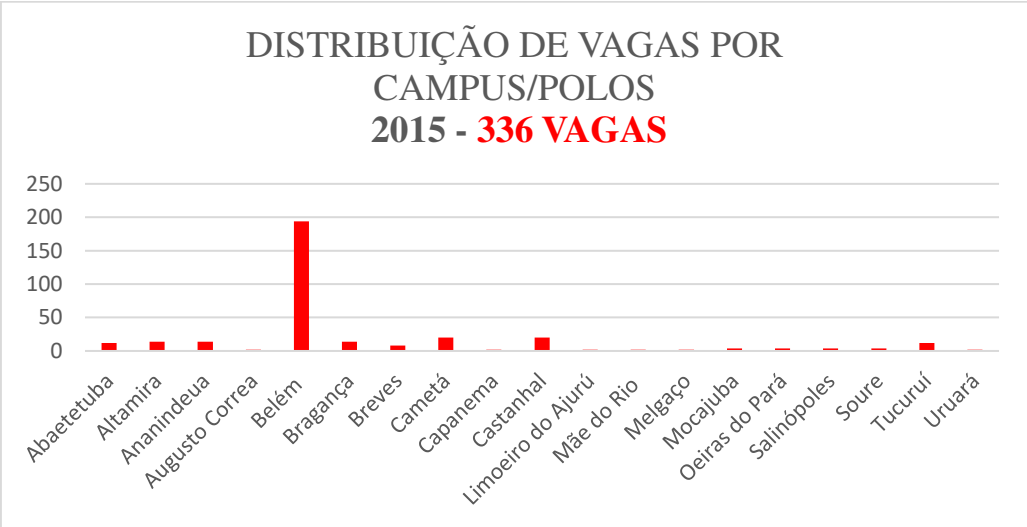


Fonte: Centro de Processos Seletivos - CEPS/UFPA. Disponível em: http://www.ceps.ufpa.br.

Em 2014, além dos campi, alguns polos foram contemplados com vagas, distribuídos um total de 320 vagas entre os 12 campus e 7 polos – Acará, Baião, Brasil Novo, Breu Branco,

Melgaço, Sen. José Porfírio e Uruará - demostrando a expansão de cursos e o avanço da interiorização universitária e, também, o aumento de vagas para o Campus de Belém.

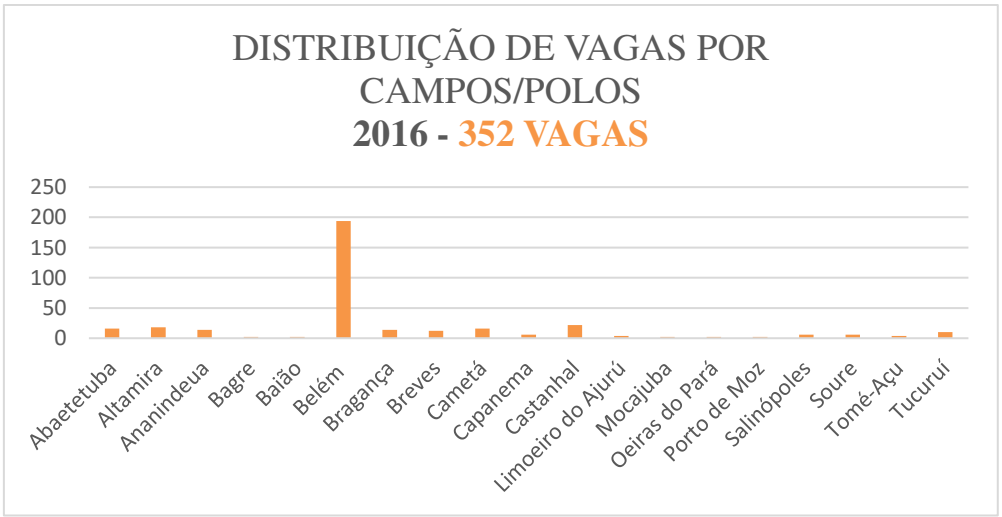
GRÁFICO 03



Fonte: Centro de Processos Seletivos - CEPS/UFPA. Disponível em: http://www.ceps.ufpa.br.

Em 2015, foram ofertadas 336 vagas entre os 12 campis e outros 7 polos, tendo oferta, também, para outros polos, tais como de Augusto Corrêa, Limoeiro do Ajurú, Mãe do Rio, Melgaço, Mocajuba e Oeiras do Pará, demonstrando, mais uma vez, o processo de interiorização da universidade pública nos municípios, através de seus polos.

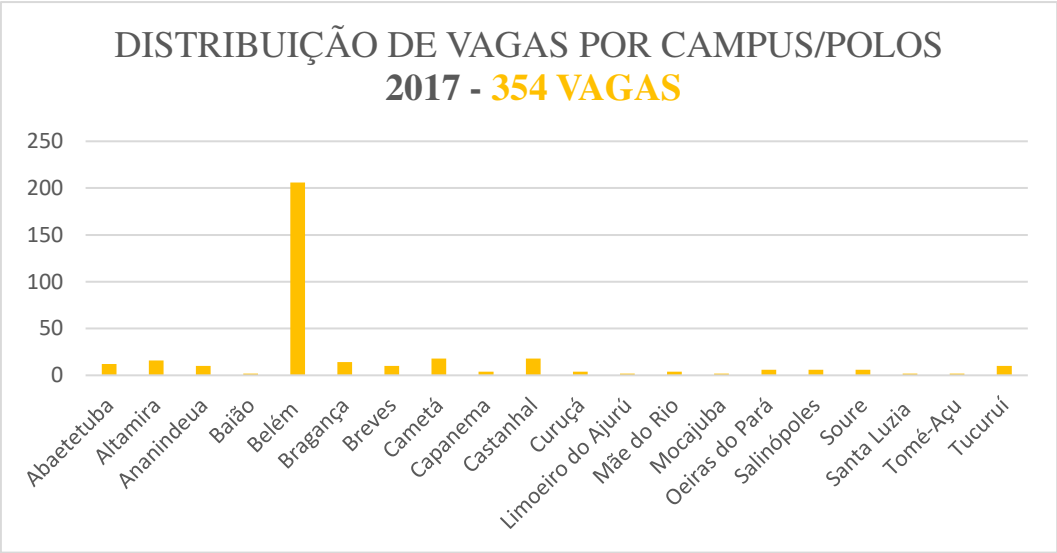
GRÁFICO 04



Fonte: Centro de Processos Seletivos - CEPS/UFPA. Disponível em: http://www.ceps.ufpa.br.

Em 2016, já se chegava a 352 vagas forma ofertadas entre 12 campis e 7 polos, agora com ofertas nos polos de Bagre, Porto de Moz e Tomé Açu.

GRÁFICO 05



Fonte: Centro de Processos Seletivos - CEPS/UFPA. Disponível em: http://www.ceps.ufpa.br.

E em 2017, foram ofertadas 354 ofertas entre 12 campis e 8 polos, com ofertas em mais dois polos, que ainda, não tinham sido contemplados, Curuça e Santa Luzia do Pará.

De todas as vagas disponibilizadas, nem todas foram ocupadas. De acordo com Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFPA, de 1.640 disponibilizadas, entre os anos de 2013 e 2017, somente 856 foram ocupadas por alunos matriculados e habilitados.

Apesar das desistências, podemos considerar um avanço significativo de ingressos quilombolas na UFPA, pois o Ministério da educação permitiu que as universidades federais buscassem estratégias de integração, considerando a realidade de cada instituição, em diferentes formatos e processos seletivos próprios. Essas estratégias vão aumentando gradativamente o número de jovens quilombolas nas universidades.

Segundo os dados emitidos do SIGAA em 28 de junho de 2022, o status dos acadêmicos foram se alterando no decorrer do curso, apresentando dos diferentes status:

- STATUS ATIVO – aluno que, ainda, possui vínculo com a Universidade (está estudando);
- STATUS CONCLUÍDO – alunos que finalizou o curso;
- STATUS FORMANDO – aluno que possui 80% ou mais do curso concluído;
- STATUS CANCELADO – aluno que não possui mais vínculo com a instituição. Por algum motivo perdeu seu vínculo. Seja ele por solicitação ou por prescrição (jubilado). A prescrição pode acontecer por alguns motivos: não fez matricula e abandonou o curso ou perdeu o vínculo por decurso do tempo.

Na tabela 03 abaixo, apresentamos alguns dados expedidos pelo SIGAA dos anos relacionados na pesquisa:

TABELA 03: UFPA - PSE QUILOMBOLA ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS POR ANO (2013-2022)

PSE QUILOMBOLA/UFPA - QUANTIDADE ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS POR ANO				
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2013				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
40	21	2	2	15
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2014				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
98	46	8	7	37
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2015				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
198	76	36	35	51
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2016				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
223	54	53	58	58
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2017				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
297	20	81	129	67
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2018				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
318	---	35	233	50
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2019				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
318	---	4	443	62
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2020				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
509	---	---	416	50
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2021				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
167			163	4
ALUNOS APROVADOS E HABILITADOS NO ANO 2022				
HABILIDADOS	CONCLUÍDO	FORMANDO	ATIVO/GRADUANDO	CANCELADO
491	---	---	490	2
TOTAL ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2022				
2.659	**217**	**219**	**1.560**	**396**

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFPA

Percebe-se que a permanência no ensino superior é uma prova de sobrevivência. A nos mostra o avanço considerável de alunos aprovados e habilitados entre os anos de 2013 e 2022. Apresenta, também um alto índices de matriculas canceladas, que caracterizam desistências. De modo geral é nítido grande parte dos alunos habilitados continuam resistindo os desafios que a vida acadêmica os apresentam, pois, em médias 70% dos alunos já concluíram ou ainda continuam estudando.

Como já foi mencionado anteriormente, nossa pesquisa analisa os anos entre 2013 a 2017. Portanto, levando em consideração esse período, dos 856 alunos que foram aprovados e habilitados até 28 de junho de 2022 (data da coleta de dados), somente 217 concluiriam suas graduações; 180 estão em processo de formação e 231, ainda estão estudando ou com matrículas trancadas. As desistências somam um total de 228, demonstram um número preocupante que precisam ser levados em consideração e serem analisados os reais motivos de tais cancelamentos.

Entretanto, podemos considerar que no Brasil já existem políticas para o desenvolvimento da educação superior e estratégias para acesso e permanência do alunado em seu processo de ensino-aprendizagem. Todavia, essas políticas precisam ser mais específicas voltadas para cada grupo social, uma vez que, é perceptível que ainda existem muitos jovens fora da universidade, tanto por não conseguirem o acesso, quanto por não conseguirem as devidas formas de permanência.

Nesse contexto de transformações necessárias e de grande expansão nesta área, a educação superior continua sendo para poucos, pois a vivência na área faz entender que a maioria dos jovens não tem oportunidades de frequentar uma boa escola, de forma que possam ter um melhor preparo e suprir as desvantagens existentes, logo, podemos afirmar que educação em nosso país, de modo geral, é constituída de problemas e desafios que precisam ser superados por todos.

Um dos principais problemas apontados pelos jovens quilombolas é em relação à saída de suas comunidades na busca por empregos e uma melhor educação, ou seja, muitos almejam superar as dificuldades encontras em suas trajetórias de vida, tendo a educação como principal meio de superação. Na região da Amazônia, no Baixo Tocantins, a saída da população quilombola de suas comunidades, em sua maioria, é com o intuito de dar continuidade nos estudos e o PSE Quilombola é a principal porta de acesso para o ensino superior.

3.3 A importância e desafios da permanência de jovens nas universidades.

Nos últimos vinte anos implementa-se no Brasil várias políticas destinadas à ampliação de acesso de jovens nas universidades. Programas como REUNI, PNAES, Política de cotas, foram primordiais para a inclusão de mais jovens nas Instituições de Ensino Superior. Porém, quando falamos em acesso, inclusão de jovens nas universidades não pode generalizar a garantia de direitos à qualidade da educação. O ingresso nas universidades é de grande valia, porém a permanência e conclusão é o de fundamental importância.

A evasão universitária também é um problema grave e que está relacionado aos direitos dos cidadãos e da qualidade na educação. É necessário ter um olhar mais amplo a respeito da permanência e suas contribuições, pois cada região, cada jovem possui sua especificidade, que na maioria das vezes são os principais motivos da não permanência.

Permanência está diretamente ligado à continuidade, através de condições ou qualidades que permitam a continuar. É o persistir. Em se tratando da esfera educacional, mais precisamente no ensino superior público brasileiro é algo que, ainda, precisa ser bastante discutido. O exemplo das tabelas que vimos na subseção anterior, dados nos mostram percentuais significativos de jovens que desistem das universidades. Haja vista, que no Brasil, existe a assistência estudantil universitária, na qual, atendem vários jovens com intuito a permanência universitária.

O PNAES, por exemplo, oferece diferentes auxílios que apoiam a permanência de estudantes de baixa renda nos cursos de graduação, o que inclui alimentação, transporte, moradia, inclusão digital, esporte, cultura, apoio pedagógico, entre outros. Contudo, essa política já incluiu muitos jovens nas universidades federais e proporcionou a muitos brasileiros a conclusão do curso de graduação. De acordo com o Ministério da Educação, “a assistência estudantil garante igualdade de oportunidades aos estudantes, ao dar apoio para moradia, alimentação e transporte”. Entretanto, sabemos que a realidade, nem sempre, é essa.

A assistência estudantil garante vários benefícios para a permanência nas universidades, porém, cada jovem possui uma característica social diferente. Muito deles são filhos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, ribeirinhos e quilombolas que enfrentam certas dificuldades de deslocamento do seu local de origem para a sede do município onde esta instituição está localizada. Isso demanda mais auxílios financeiros para a permanência de jovem no curso de graduação escolhido. No entanto, segundo Ganam e Pinezi (2021), afirmam que tais demandas estão sendo vistas e aprimoradas através dos critérios de inclusão.

> Ao longo dos últimos anos, os critérios de elegibilidade para inclusão no programa de Assistência Estudantil foram sendo aprimorados, e outros indicadores, além da

> renda, foram sendo incorporados para a construção de perfis de vulnerabilidade a fim de garantir que os auxílios financeiros disponibilizados pelo programa de Assistência Estudantil atendessem às necessidades desses estudantes a partir do princípio de equidade de condições (GANAM, PINEZI, 2021, p. 7).

Esses aprimoramentos contribuem de forma significativa pra a permanência universitária, principalmente da sociedade mais vulnerável. Entretanto, a realidade dos últimos quatro anos é outra. Vários cortes financeiros universitários ocorreram, o que tem sido objeto de tensão para os universitários que dependem desse recurso. Mesmo com todo seu funcionamento disciplinados em leis, estatutos e regimentos próprios, o último governo tentou interferir no orçamento das universidades públicas e na definição de suas prioridades. Ação essa que impactou diretamente nas ações afirmativas.

No entanto, as políticas afirmativas continuam resistindo, através da pressão dos movimentos sociais, em especial o movimento negro, que tenta socializar a compreensão de igualdade de oportunidades. Fomentam palestras e debates com vista ao direito a educação e superação ao racismo, como forma de atender às reivindicações dessa população, que historicamente, se constituiu em uma sociedade de relações de poder assimétrica.

Esses movimentos fortalecem o processo de expansão das universidades e proporcionam a redução das desigualdades, mesmo que seja um processo lento. Essas ações configuram-se como efetivações aos direitos sócias para os grupos que socialmente marginalizados, tais como negros, mulheres, homossexuais, indígenas, quilombolas, entre outros.

Isso nos mostra a importância desses movimentos para a permanência das ações afirmativas como condição para favorecer a democratização de acesso e permanência no ensino superior, público. Porém, ainda, deve-se haver um olhar diferenciado, com estudos de caso, que se aproxime a cada realidade.

4. PSE QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS DE JOVENS DAS COMUNIDADES DE UMARIZAL E IGARAPÉ PRETO PARA SUAS PERMANÊNCIAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.

Neste capitulo será elucidado sobre os desafios que os alunos oriundos das associações quilombolas ARQIB e ACORQBU, localizadas nas vilas de Igarapé Preto e Umarizal, enfrentam nos Campus e polos universitário da UFPA, para suas permanências e conclusões de seus cursos de graduação. A análise é produzida a partir da coleta de dados e informações adquiridos no decorrer da pesquisa aqui apresentada. Foram analisados dados advindos de órgãos da UFPA, no que se refere o PSE quilombola, inserção de políticas de cotas, assessoria de inclusão social, assistência estudantil, entre outros, que possuem um papel significativo, nesta instituição, para o acesso e permanência de jovens na universidade. Também foi levado em consideração a pesquisa de campo, executado nas vilas com líderes comunitários e indivíduos locais que historizam suas memorias e os processos de desenvolvimentos para chegarem a realidade atual, além desses, também, foi considerado o questionário online, através do *google forms*, respondido por alunos egressos e graduandos da Universidade Federal do Pará.

O recorte espacial desta pesquisa é específico da região norte, no estado do Pará, com finalidade de compreender as trajetórias e os desafios dos alunos universitários e egressos, oriundos das comunidades quilombolas que estão localizadas na região do Baixo Tocantins. Diante das políticas de ações afirmativas citadas nos capítulos anteriores, reservadas para as universidades públicas, especificamente voltadas para a permanência jovens quilombolas nos cursos de graduação da UFPA, de vagas reservadas através do PSE quilombola.

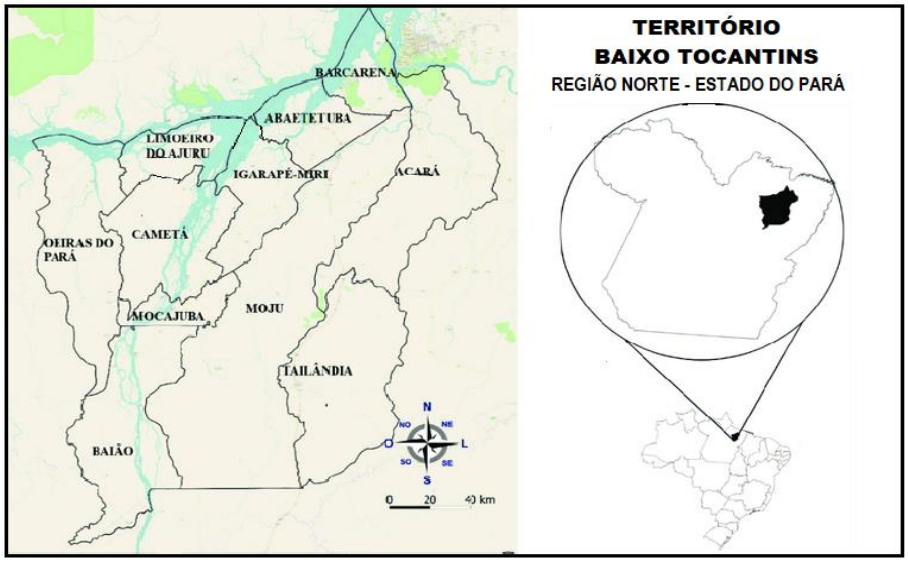


Figura 1 – Fonte: https://www.researchgate.net/ Organização: BORGES, julho de 2023 (Adaptado)

A figura 1 representa a microrregião do Baixo Tocantins, no estado do Pará, na Amazônia brasileira. Esta microrregião, de acordo com Costa (2006) localiza-se entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental, no Nordeste do Pará. Integrando-se, assim, a segunda maior e mais importante Bacia Hidrográfica do Brasil, a Tocantins-Agauaia. Esta região comporta onze municípios – Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé Mirí, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Dentre eles, nove possuem comunidades remanescente de quilombo, com exceção dos municípios de Igarapé Mirí e Tailândia.

Assim como em outras regiões do Brasil, segundo dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), algumas comunidades amazônicas conseguiram a titulação coletiva de suas terras. As comunidades quilombolas, formadas por diversas famílias que se reconhecem como remanescentes de quilombos tiveram o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares (FCP) e suas certificações de comunidades quilombolas. Isso demonstra processos de conquistas, advindos dos movimentos sociais e principalmente do movimento negro, pois a efetivação do direito dos quilombolas às suas terras representa até os dias atuais um enorme desafio. Segundo De Andrade (2015) "O direito dos quilombolas à propriedade de suas terras está garantindo pela Constituição Federal desde 1988. No entanto, não tem sido fácil colocar em prática o que assegura a lei.".

O município de Baião, *locus* de nossa pesquisa se destaca por apresentar 27 comunidades quilombolas, de acordo com a estrutura organizativa da MALUNGU. Algumas dessas comunidades já possuem suas certificações. Essas comunidades quilombolas que abrangem o território do município de Baião estão subdivididas em 8 associações: ACORQBU (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista. Paritá Mirí e Florestão), ARQIB (Associação dos Remanescentes do Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha), AQUIPE (Associação Quilombola e Extrativista da Comunidade de Joana Peres), ARQCC (Associação de Remanescentes de Quilombo das comunidades de Calados e Caranãzal), ARQUÊNIO (Associação Remanescente Quilombola de Engenho), ARQSTBI (Associação de Remanescente Quilombola São Tomé Bracinho do Icatu), ACREQMOSFE (Associação Comunitária de Remanescente de Quilombos Mocambos de Santa Fé e Santo Antônio) e AMPARQC (Associação de Moradores Pescadores e Agricultores Remanescentes de Quilombos de Cardoso).

As comunidades de Igarapé Preto e Umarizal, *locus* desta pesquisa, são algumas delas que já possuem suas certificações, são as vilas sedes das associações. Apesar de estarem inseriras no mundo moderno global, o qual trouxeram modificações nos antigos hábitos, essas

comunidades continuam ativamente esbanjando suas tradições. São duas associações, o que inclui várias comunidades remanescentes de quilombos associadas – ACORQBU e ARQIB. Estão localizadas na região do Baixo Tocantins, no município de Baião na fronteira com o município de Oeiras do Pará, na Amazônia, de acesso pela rodovia BR-422 (Transcametá) e também pelo Rio Tocantins.

A escolha das comunidades para o campo da pesquisa, além de serem a sede das associações, justifica-se por serem as primeiras comunidades do município a serem reconhecidas como quilombo, por serem as primeiras a criar suas próprias associações e por apresentarem um maior contingente populacional, devido a quantidade de vilas que compõem as associações. Diante disso, observamos que nas mesmas possuem o maior número de jovens que já acessaram as universidades públicas, através do PSE Quilombola. Além disso, observou-se, também, sobre as tradições que ambas carregam de seus ancestrais, o que demonstra a resistência, a busca pela autonomia e, principalmente, a existência do quilombo contemporâneo.

De acordo com as experiência no campo percebeu-se, nessas comunidades, um orgulho imenso por serem comunidades remanescente de quilombos e a práticas tradicionais permanecem presentes devido a bora relação dos jovens com os mais velhos. Amanda Santos enfatiza:

> Eu sempre gostei de ouvir histórias sobre meu povo, desde criança, muito curiosa em saber de tudo, de onde viemos, quem somos. Minha relação com os mais velhos sempre foi muito boa, de muito afeto carinho e amor e muito respeito pelos meus, que lutaram muito para que hoje estivéssemos aqui. Minha tia é parteira e benzedeira, um dom que ela herdou de sua avó, que é lindo de se ver, e que a cultura, a história, a tradição, ainda continua viva em nosso Quilombo. Sentar pra conversar com ela, é sempre muito prazeroso, quantas histórias, quantos aprendizados lindos, vivências e experiências únicas. Minha avó Maria Vitória (in memoriam) era dançarina do Samba de Cacete, que eu desde criança sempre fui com ela, para ela repassar o Samba pra gerações futuras era muito importante, para não se perder, ela deixou uma família linda, apaixonada pela nossa história, apaixonados e orgulhosos da nossa cultura, que já ultrapassam 5 gerações. (SANTOS, 2023).

É através de narrativas como estas que a história se transformam em vida, repletas de significados vinculadas as condições presentes de cada território. De acordo com Carril (2017) “o território tem sua fala expressa por meio do recontar o passado e atualizar tradições vinculadas à vida nos lugares para as crianças e jovens, à organização social que luta pela garantia da permanência nas terras.” Isso reflete na postura que muitos jovens apresentam atualmente, pois os sonhos surge a partir das dificuldades apresentadas ao longo do tempo pelos seus antepassados, que ajuíza que é necessário resistir em busca de minimizar os problemas e preservar a cultura local. Porém, algumas dificuldades de reconhecimentos e

titularidades, ainda, afligem essa população, o que impede a presença de muitos benefícios e direitos.

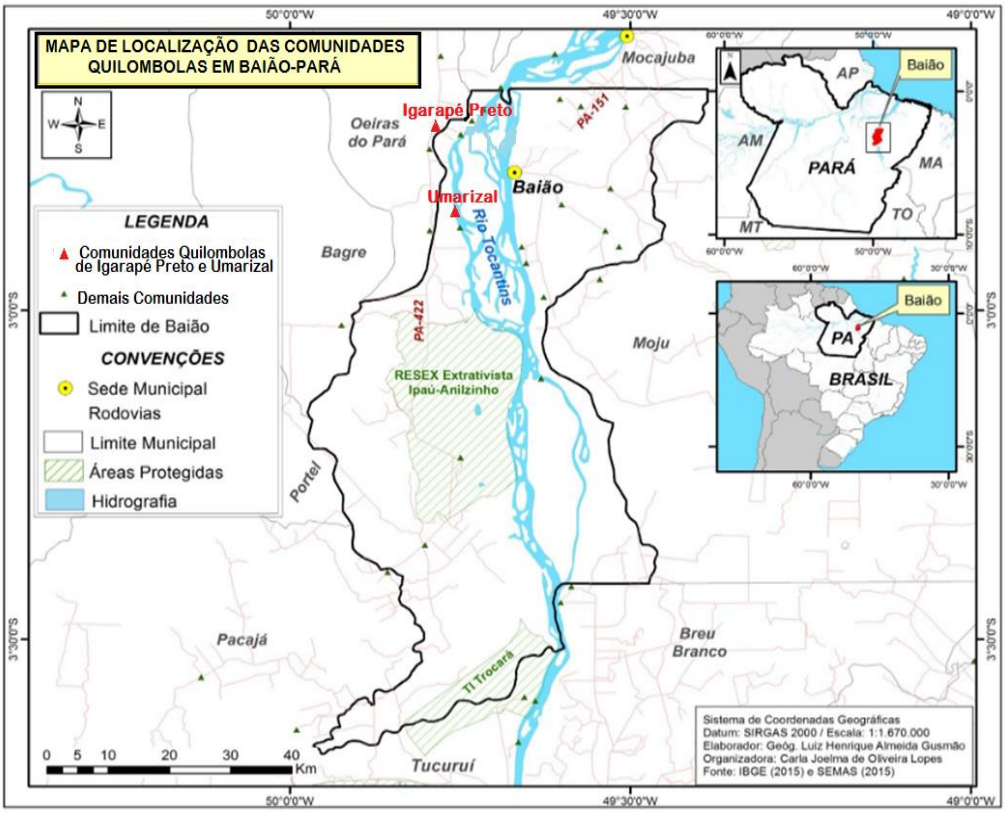


Figura 2 - Fonte: IBGE, 2015. Organização: BORGES, julho de 2022 (Adaptado)

A figura 2 representa a área territorial do município de baião e a localização das comunidades quilombolas de Igarapé Preto e Umarizal, localização está que possui a denominação local de segundo distrito, por estar localizada do lado oposto da sede do município, ou seja, as margens esquerda do Rio Tocantins. O acesso as comunidades já foi bastante exíguo, no entanto, atualmente possui uma logística bem mais acessível, em que apresentam dois modais de transporte – fluvial e terrestre – que faz ligação, além da sede do município, com outros municípios como Oeiras do Pará, Tucuruí e Cametá.

Figura 3 – Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Figura 4 – Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

As figuras, acima, demonstram os principais modos de transportes de acesso para as comunidades. A figura 3 comprova o descolamento fluvial da sede do município de Baião para a BR-422, com transportes através de balsa, administrados pela empresa Camila Navegações. A balsa faz o transporte diário a população que vive do lado oposto da sede do município que proporciona o acesso a BR-422. A primeira viagem acontece às 07:00h, saindo da sede do município com destino a comunidade quilombola de Varginha, com retorno as 8:00h e a segunda viagem, faz-se o mesmo percurso às 14:00h com retorno as 17:00h. A Figura 4 representa a BR-422, o principal acesso terrestre para essas comunidades. Apesar de ainda não pavimentada, podemos considerar que é de suma importância para o desenvolvimento das comunidades, bem como o deslocamento e fluxos de mercadorias, pessoas e capitais para as sedes dos municípios próximos, como Cametá e Tucuruí. Isso também são avanços e conquistas que as comunidades quilombolas do Baixo Tocantins obtiveram no decorrer do tempo, oportunizando o deslocamento de mais jovem rumo às universidades públicas.

As comunidades apresentam em seu aspecto cultural o Samba de Cacete, cultura adquirida por seus ancestrais. Segundo o senhor Djalma Pereira Ramalho, atual secretário de cultura da ARQIB "é uma manifestação de canto e dança, com elementos dos batuques afro-brasileiros, como pequenos cacetes de madeira utilizados pelos tocadores dos tambores para fazerem a marcação e o contratempo". Outro aspecto cultural são as festividades de seus padroeiros e a utilização de plantas medicinais. São manifestações culturais ainda bastante preservadas pelas comunidades quilombolas paraenses, principalmente na região do Baixo Tocantins.

4.1 Comunidade Quilombola de Igarapé Preto – aspectos históricos e sociais atuais.

A Vila de Igarapé Preto, localizada na divisa entre os municípios de Baião e Oeiras do Pará, nasce por volta de 1970. Baseado nos relatos do senhor Djalma Pereira Ramalho (Secretário Cultural da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha – ARQIB), a ocupação das áreas que hoje pertence a comunidade de Igarapé Preto foi dada pelos negros escravos refugiados da opressão que na época acontecia na capital Belém e região e a comunidade passou a ser conhecida como comunidade quilombola somente no ano de 1999.

Com a sua chegada dos negros à margem do rio Tocantins, hoje porto de Pampolônia, nesta localidade os mesmos formaram um mocambo (esconderijo). Com o passar do tempo, os

saíram às matas para explorar o extrativismo natural e chegou à margem de um igarapé, localizado no interior da vila, atualmente. O primeiro morador a ocupar a comunidade foi o senhor Vicente Ipiranga e logo em seguida o senhor Amâncio. Pessoas oriundas da Comunidade de Pompulônia, a primeira comunidade dessa região, que atualmente possui aproximadamente 250 anos.

Com abertura da BR-422, em 1976, houve a introdução de várias pessoas na comunidade. Até 1980 a atual comunidade de Igarapé Preto era chamada de Retiro Grande, devido às pessoas que moravam as margens do Rio Tocantins, irem trabalhar nesta atual área que apresenta uma grande extensão de um local para o outro.

Relacionado ao aspecto econômico, até 1990, a maioria das famílias viviam do extrativismo, como a castanha, cipó timbuí, bacuri, uxí, tucumã-açu, entre outros que se destacavam pela retirada em larga escala na região – além da caça e da pesca e o principal meio de transporte eram animais como cavalos e bois. Com a expansão da BR-422, muitos benefícios chegaram até a comunidade, mas em contrapartida os malefícios vieram em grandes proporções. Ocorreu a entrada de muitos madeireiros, o que ocasionou na retirada de muitas especiarias vegetais e, principalmente, as castanheiras. Foram situações de ameaças e ataques a comunidade em nome do progresso. A chegada da Energia elétrica em 2006 na comunidade trouxe novas perspectivas de crescimento para a população, além do crescimento de renda com a inclusão das marcenarias, na fabricação de móveis e utensílio em madeira. Por possuir uma riqueza natural e cultural exuberante, que esbanja a tradição quilombola, também se encontram manifestações religiosas e produções econômicas, através da prática agrícola, como a produção de farinha de mandioca, e a pesca.

Os setores da educação e saúde sempre foram problemas enfrentados pela população. A comunidade está na divisa entre os municípios de Baião e Oeiras do Pará. Os investimentos nesses setores eram precários. A educação na comunidade, sempre, priorizou, principalmente, a educação infantil e o ensino fundamental. Diante disso, muitos adolescentes e jovens migravam para as sedes dos municípios em busca de estudos, na condição de morar em casas de famílias e em contrapartida ajudar de serviços domésticos. Com o passar do tempo, os incentivos à educação foram submergindo na comunidade, por parte dos dois municípios. Atualmente, além do ensino o regular infantil e fundamental contam com Sistema Modular de Ensino (SOME) que abrange as séries do Ensino Médio. No entanto, continuam enfrentado inúmeros problemas referentes à infraestrutura e transporte escolar. É importante frisar, que a Associação tem buscado junto ao Estado a implantação do Ensino médio regular não somente em Igarapé-preto, mais também, nas outras Comunidades que atendem aos critérios.

No campo da Saúde, apesar de contarem com duas Unidades Básicas de Saúde, as mesmas não conseguem atender as demandas local. Pois conforme o que é aconselhado pela Política Nacional da População negra, muita coisa, ainda, precisa ser implementada e melhorada. Pois deve-se ser considerando as especificidades das comunidades quilombolas, ribeirinhas e rurais. A falta de atendimento médico, a dificuldade de acesso aos serviços, e outros problemas que são encontrados na realidade local do sistema de saúde.

Na questão religiosa o protestantismo (Evangélicos) e o catolicismos estão bastante presentes, além dessas, também existe as expressões religiosas de matriz africana. Levando em consideração a economia é de característica primária, especialmente, a produção de farinha de mandioca e a pesca, como foi mencionado anteriormente, mas não somente. Existem produções complementares como as hortaliças e outros cultivos oriundos da própria terra, como: coleta de frutas como castanha, bacuri, tucumã, bacaba, entre outros.

De acordo com os dados coletados em entrevista, na pesquisa de campo com líderes comunitários, feita no dia 17 de março de 2023, em que estiveram presentes as senhoras Marivalda Arnaud Martins (Presidente da ARQIB), Edna Maria Pinto Martins (Vice-presidente da ARQIB) e Emanuele de Cassia Rodrigues Rodrigues (Secretária da ARQIB). Atualmente a vila de Igarapé Preto possui, aproximadamente, cerca de 2.000 habitantes e 480 famílias, uma população em crescimento de forma equilibrada entre crianças, jovens, adultos e idosos.

Figura 5 – Fonte: Arquivo pessoal, 2023

Figura 6 – Fonte: Arquivo pessoal, 2023

A figura 5 apresenta o portal de entrada para a comunidade, com acesso através da BR-422 e levando em consideração, aproximadamente 2 km é o centro da vila, representada pela figura 6. Nesta comunidade concentram-se uma população com baixa renda monetária e ausência de recursos para financiar seu plantio. A falta de assistência técnica e representação política é o que causam desestabilidade nessa comunidade.

De acordo com a senhora Marivalda Arnaud Martins, outro problema que a comunidade, ainda, enfrenta é Regularização Fundiária e despeito a demarcação e titulação de domínio coletivo por parte de pessoas e empresas "de fora". No entanto, existe a um projeto de desenvolvimento local, em andamento, relacionado a essa questão. A Universidade Federal do Pará através de sua equipe de Regularização Fundiária, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, profissional e Secretaria Tecnológica do Estado do Pará (SECTET) estão realizando o Projeto de Inovação Territorial na Comunidade de Igarapé-preto para Jovens e Adultos, onde já forma realizadas diversas oficinas e cursos e capacitações que objetivam a autonomia e o desenvolvimento da Comunidade.

De modo geral, apresar dos problemas apresentados, pode-se dizer que a comunidade está em busca de desenvolvimentos em todos os setores sociais, possuem vários nomes em destaque que estão à frente dos movimentos sociais, desde os mais jovens aos veteranos, tais como: Marinilva Arnaud Martins , que é a presidente da ARQIB; a ACS Maria Duó Machado, que atua há mais de 22 anos, que possui um papel extremamente importante; a Senhora Joana Machado que é a mais idosa da comunidade Sua mãe é uma das pessoas mais idosas da Comunidade . À frente da comunidade Católica temos a Sra. Cecília Santos, na coordenação comunitária; o Sr. Diogo Machado, frente de grupos de mulheres; e a Sra. Marcia Santos Martins a frente do Samba de Cacete.

Dispõem de transporte terrestre: carro, bicicleta, motocicleta, com trafego intenso de moto taxi. Sendo que o principal ponto de embarque e desembarque é na comunidade de Pampulônia e que faz ligação com a cidade de Baião a caminho da Capital do estado. E é através desses modais de transportes que os jovens quilombolas de Igarapé Preto se locomovem em busca de seus sonhos e novas oportunidades.

4.1.1 ARQIB (Associação dos Remanescentes do Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha).

De acordo com o Estatuto Social da ARQIB (Anexo 01), a associação quilombola abrange uma região superior a Vila de Igarapé Preto. A sua área de atuação abrange 12 vilas, que inclui outras vilas remanescentes de quilombo como Campelo, Pompulônia, Varginia, Itaperuçu, Araquembaua, Baixinha, França, Cupu, Igarapezinho, Teófilo e Carará. Criada em 17 de outubro de 1999, sua sede está localizada na Vila de Igarapé Preto. Suas terras não podem ser vendidas, arrendadas ou loteadas, podendo ser utilizadas pelos associados ou por remanescentes quilombolas de outras comunidades, garantindo a preservação do meio ambiente.

Figura 7 – Fonte: Arquivo pessoal, 2023

A figura 7 exibe a sede da ARQIB, prédio construído com recursos da própria associação e, ainda, não está finalizada. Atualmente está liderada pela senhora Marinilva Arnaud Martins (presidente), Edna Maria Pinto Martins (Vice-presidente) e Emanuele de Cássia Rodrigues Rodrigues (Secretária), além de outros comunitários que possuem funções de extrema importância para o desenvolvimento da mesma.

Podemos definir a Associação quilombola, como a voz da comunidade, sem fins lucrativos. É espaço de reunião, tomada de decisões de um propósito em comum, que surge a partir da união de ideias em todo de seus interesses, com intuito de criar maiores e melhores condições de enfrentamento dos desafios existentes. Esta associação teve sua titulação definitiva em 29 de setembro de 2002 e sua certificação no ano de 2013 na Fundação Cultural Palmares. De acordo com seu estatuto, representa e defende os interesses das comunidades remanescentes de quilombo que a ela estão inseridas, através de termos de cooperação e convênio para a promoção do desenvolvimento socioambiental e étnicos da população em prol do bem-estar e defesa do quilombo, o que inclui fomentação e produção de serviços, resistência tradicional, expansão cultural, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento educacional e sistema de saúde.

É importante destacar, que além de todas as especificidades apresentadas pelo estatuto, também objetiva fortalecer o movimento local, através de exigência legais de reconhecimento, enquanto remanescentes de quilombo. Isso demonstra um enfrentamento de luta, de resistência que reflete, diretamente na identidade dos jovens que nela habitam. Fortalece a busca por direitos de desenvolvimento social, cultural e educacional, principalmente, quando se retrata de seus espaços nas universidades.

4.2 Comunidade Quilombola de Umarizal – aspectos históricos e sociais atuais.

A vila de Umarizal, no município de Baião, no estado do Pará, possui aproximadamente 125 anos de acordo com a memória local, no entanto, não possui uma data exata de seu surgimento. De acordo com relatos do senhor Assunção Azevedo dos Santos (Coordenador Geral da ACORQBU) a ocupação da área que hoje pertence à Vila de Umarizal se deu a partir da degradação da Vila de Paxiubal.

A primeira povoação começou com a chegada das famílias dos senhores Sinfronio Olimpio de Vilhena e Feliciano Jósimo de Jesus Pinto. Essa famílias eram oriundas das comunidades Maracú e Putirí, no município de Cametá, em que introduziram-se mata a dentro, fixando morada na localidade de Paxiubal, em meados de 1884. Segundo a descrição do senhor Assunção, a comunidade era localizada as margens de um igarapé na Transcametá com 4.800 km longe da margem do Rio Tocantins. O Sr. Sinfronio Olímpio de Vilhena, já considerado como líder dos quilombos, no antepassado era escravo da comunidade denominada de Maracú. Como castigo foi mandado para a Guerra do Paraguai e por ter vencido a guerra ganhou o título de capitão e consequentemente sua liberdade.

Com problemas de degradação e ataques violentos de indígenas na vila de Paxiubal, algumas famílias migraram para a região as margens do rio Tocantins, que atualmente é a vila de Umarizal. Entre os anos de 1930 e 1940, mais pessoas migraram para a região, o que ocasionou no aumento populacional, formando-se a vila de Umarizal. A denominação Umarizal se deu devido à grande quantidade de pé de mari que existia no local. Portanto, sua fundação se deu em meados do século XIX, no entanto, foi a partir de 1930 que a população de Umarizal foi aumentando e gradativamente se tornou Vila de Umarizal.

Atualmente, segundo relatos coletados a campo, no dia 14 de abril de 2023, em que estiveram presentes os senhores Assunção Azevedo dos Santos (coordenador geral da ACORQBU), Hélio de Souza Vieira (secretário da ACORQBU) e Cegisnando Arnaud (coordenador de finanças da ACORQBU), a Vila de Umarizal possui um bom alinhamento residencial facilitando consideravelmente a estrutura da vila, com aproximadamente 332 famílias que possuem suas casas próprias, com uma média populacional 2.700 habitantes, maioria com características fenótipos de raça negra. Estes dispõem de transportes terrestres e fluviais: carro, bicicleta, motocicleta, pequenos barcos e rabecas; e já há energia elétrica e um sistema de água encanada.

Figura 8 – Fonte: Arquivo pessoal, 2023

Figura 9 – Fonte: Arquivo pessoal, 2023

A figura 8 exibe o acesso através da BR-422 para o centro da vila. A figura 9 demonstra a pracinha e sede da festividade quilombola em que acontece tradicionalmente um dos maiores festivais quilombolas da região, entre os dias 21 a 24 de setembro, contabilizando 12 edições. Através do festival é demonstrado resistência desse povo, por meio de sua cultura religiosa, como Círio da Santíssima trindade, pois o catolicismo está bastante presente na sociedade local. O batuque e danças, heranças deixadas pelos seus ancestrais, atrai várias pessoas de outras comunidades e municípios vizinhos.

Relacionado ao aspecto econômico, uma grande parcela dos moradores do sobrevive, da agricultura de subsistência, principalmente do cultivo de mandioca e produção de farinha, assim como a pesca e a extração vegetal, como a colheita da maçaranduba, timbuí, borracha e da concha. Além desses, outros meios de sobrevivência econômica estão pautados em auxílios do governo federal, como a bolsa família. Existem também barqueiros, pequenos comerciantes e um número considerável de funcionários públicos, aposentados e pensionistas. Diante disso, algumas famílias possuem estabilidade, devido ao setor de trabalho econômico que estão inseridos, no entanto, a maioria vive em situações precárias, devido ao baixo nível de escolaridade, o que não os proporciona outras oportunidades de emprego, a não ser com os cultivos da terra. A falta de investimentos e políticas públicas, também, contribuem para essa situação comum. Contudo, a atividade econômica é baseada na Agricultura – produção de mandioca, milho, arroz, pimenta do reino e o cultivo do açaí em pequena escala – e a Pecuária, com a criação de gado. A economia, também, fomenta-se através do funcionalismo público, com servidores efetivo e contratados pela prefeitura de Baião. Essas produções servem como alimentos, além desses possui a pesca de peixe e camarão.

Com relação às questões educacionais, segundo os líderes da ACORQBU, apresenta uma realidade precária que precisa ser melhorada. Apesar da precariedade, os ambientes educacionais atendem em média 607 alunos, distribuídas entre uma escola de educação infantil (Sorriso de Criança), uma de ensino fundamental (Escola Polo), que atende, além das crianças

de Umarizal, também as comunidades anexas à associação. Além desses, foi implementado pelo Governo do Estado o Sistema Modular de Ensino (SOME), o que privilegia o Ensino Médio. Assim como setor educacional, a área da saúde são diretamente dependentes do serviço público, advindo da prefeitura municipal de Baião. Na comunidade possui uma Unidade Básica de Saúde – UBS (Tiazinha), com apoio de uma ambulância, uma enfermeira, duas técnicas em enfermagem e um médico. Outra forma de tratar os problemas de saúde é a utilização das plantas medicinais, que seus ancestrais utilizavam para curar doenças, essa modalidade, ainda, está bastante presente na comunidade.

No que diz respeito ao aspecto religioso, 90% da população são devotos da Religião Católica, com destaque para a festividade tradicional da Santíssima Trindade, padroeira da vila. Celebração grandiosa e muito importante para seus devotos, que reúne pessoas que atualmente não residem mais na comunidade, favorecendo, assim, grandes reencontros familiares.

Com tudo, percebeu-se que pesar de várias transformações e inovações presente na sociedade mundial, nesta comunidade, ainda, está presente muitas tradições e heranças deixadas pelos povos que ali iniciaram o povoado. É uma comunidade muito rica culturalmente e de recursos naturais, no entanto, assim como em várias comunidades quilombolas, apresentam uma série de problemas sociais, tais como falta de projetos específicos, preconceitos raciais, vulnerabilidade economia, entre outros. Porém a associação quilombola, desde sua fundação, sempre, está presente na busca por órgão e entidades parceiras, que os ajudem a continuar preservando suas tradições, desenvolver as o processo de ensino educacional, afim de inserir seus jovens no ensino superior, ser um bom profissional e retornar a comunidade. Essa é uma das principais visões para minimizar esses problemas socioeconômicos e preservar a cultura local, diz o senhor Hélio de Souza Vieira.

4.2.1 ACORQBU (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista. Paritá Mirí e Florestão).

Conforme o Estatuto social da ACORQBU, a associação quilombola abrange uma região superior a Vila de Umarizal. A associação é proprietária das terras ocupadas pelas comunidades remanescente de quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão. Fundada em 12 de outubro de 1999, sua sede está localizada na vila de Umarizal Beira. Essas terras não devem ser vendidas, arrendadas ou loteadas. Deverão ser utilizadas para sua subsistência de forma auto sustentável, garantindo a preservação do meio

ambiente, podendo ser utilizadas pelos associados ou por remanescentes quilombolas de outras comunidades.

Figura 10 – Fonte: Arquivo pessoal, 2023

A figura 10 expõe o prédio cedido para funcionar a associação, porém, por falta de condições físicas-estruturais está abandonada. Diante disso, encontro e reuniões são feitas em outros espaços da comunidade, bem como o salão da festividade quilombola. De acordo com relatos da diretoria da ACORQBU, esta associação possui 22 anos de existência, porém ainda não possui titulação. Isso decorre de impasses jurídicos, pois houve inserção de posseiros na área e até o momento a justiça, ainda, não apresentou a sentença final para a reintegração da área. Entretanto, a associação atente os requisitos e objetivos apresentados em seu estatuto.

Esta associação administra as terras das comunidades que nela estão inseridas, bem como representa os interesses das comunidades, incentiva seu desenvolvimento e celebra convênios e parcerias de qualquer natureza. Recebe auxílios, contribuições sociais ou econômicas de outras entidades, empresas privadas, pessoas físicas, órgãos do governo, entre outros. De acordo com o senhor Hélio de Souza vieira, essas e outras contribuições são em prol da resistência da comunidade, expansão cultural, desenvolvimento educacional, saúde e sustentabilidade ambiental.

Observou-se que a criação da associação foi resultado da mobilização interna da comunidade. A resistência a tradição cultural e o acesso a uma melhor educação fez com que desencadeasse forças de um povo que busca manter as tradições de seus antepassados e ao longo da história brasileira. Com a implantação da associação muitos benefícios vieram, través de projetos que envolveram o poder político local e até mesmo entes federativos.

Contudo, para as comunidades que a ela fazem parte, a criação da ACORQBU é sinônimo de desenvolvimento, diante dos valores tradicionais que resiste e se juntam aos valores capitalistas. Conta na fala do senhor Cegisnando Arnaud “as ações coletivas da

associação significam poder e autonomia". Isso, também demonstra a busca pela autonomia, pois assim como outras comunidades, as que fazem parte da associação já sofreram e sofrem ameaças de fazendeiros, grileiros e até mesmo de algumas pessoas que são filhos das comunidades e apresentam uma visão diferentes dos demais, enfatiza Cegisnando Arnaud.

De modo geral, Levando em consideração as comunidades que fazem parte das associações ACORQBU e ARQIB, toda essa realidade histórica, sociais e econômicas, influenciam diretamente na busca pelo ensino superior. Pois na pesquisa de campo, foi nítido e comum na fala dos entrevistados o desejo de evolução pessoal, local e tradicional. Isso fortalece o anseio de acessar o Ensino Superior Público, permanecer e possuir uma formação profissional, pois essa é a principal estratégia para evoluírem, juntamente com a sociedade mundial e manterem suas tradições e mostrarem para o mundo a fora, o que é ser quilombola.

4.3 Análises das trajetórias de alunos (as) quilombolas das associações ACORQBU e ARQIB na Universidade Federal do Pará, oriundos do PSE Quilombola.

As análises e dados aqui apresentados foram adquiridas por meio de um formulário/questionário, através da plataforma *google forms* semiestruturados entre alunos e egressos, ativos e desistentes aprovados no PSE Quilombola no período da pesquisa, especificamente de egressos da Universidade Federal do Pará e também pelos líderes comunitários das associações quilombolas ACORQBU e ARQIB. Teve-se foco no materialismo histórico e dialético, de caráter qualitativo, com abordagens descritiva e explicativa, através de estudos de casos.

Até o momento, foram entrevistados 20 jovens com diferentes status na Universidade Federal do Pará, responderam o questionário, sendo 14 do sexo feminino e 6 do sexo masculino. A faixa etária de idade apresentou-se entre 18 à 35 anos, em que a maioria possuem o estado civil solteiro (a) (80%) e união estável (20%). Todos os entrevistados cursaram a educação básica na rede pública de ensino, 15% na modalidade modular.

ALUNOS DA ARQIB E ACORQBU QUE INGRESSARAM NO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS PSE QUILOMBOLA/UFPA				
Nº	**IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS**	**CURSO**	**ANO DE INGRESSO**	**SITUAÇÃO ACADÊMICA**
01	Ingresso 01	Licenciatura em Geografia	2015	Concluído

02	Ingresso 02	Licenciatura em História	2019	Graduando
03	Ingresso 03	Arquivologia	2019	Graduando
04	Ingresso 04	Pedagogia	2016	Concluído
05	Ingresso 05	Sistema de Informação	2017	Concluído
06	Ingresso 06	Administração	2017	Concluído
07	Ingresso 07	Engenharia de Computação	2016	Concluído
08	Ingresso 08	Odontologia	2018	Concluído
09	Ingresso 09	Odontologia	2019	Graduando
10	Ingresso 10	Turismo	2019	Graduando
11	Ingresso 11	Licenciatura Em Matemática	2016	Concluído
12	Ingresso 12	Enfermagem	2016	Concluído
13	Ingresso 13	Medicina	2013	Concluído
14	Ingresso 14	Nutrição	2016	Concluído
15	Ingresso 15	Medicina	2014	Concluído
16	Ingresso 16	Arquitetura e urbanismo	2017	Concluído
17	Ingresso 17	Licenciatura em Matemática	2019	Graduando
18	Ingresso 18	Licenciatura Letras - Língua Inglesa	2018	Concluído
19	Ingresso 19	Serviço social	2018	Concluído
20	Ingresso 20	Direito	2017	Concluído

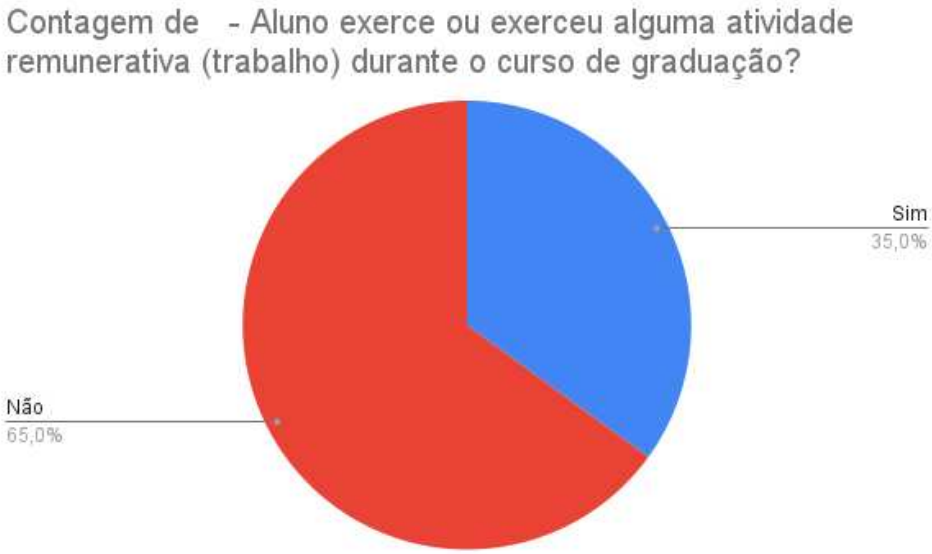
TABELA 4: **CARACTERÍSTICAS ACADÊMICAS DOS JOVENS ENTREVISTADOS ATRAVÉS DO GOOGLE FORMS.**

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Maior parte deles ingressou na graduação na área das licenciaturas, entretanto, apresentam-se, também, egressos e acadêmicos em outras áreas conhecimento e atuação, bem como: Administração, Enfermagem, Arquivologia, Engenharias, Medicina, Nutrição, Sistema de informação, entre outros, em diferentes turnos e modalidades (intensivo e extensivo). Dos alunos entrevistados, 65% exerceu alguma atividade remunerativa (trabalho) durante o curso de graduação, de até 1 salário mínimo, 75% foram contemplados com bolsas ou auxílios da universidade, principalmente o auxílio permanência. Dos que receberam ou recebem esse auxílio, 94,1% utilizam para ajudar nas despesas de casa. As maiorias dos alunos não participaram dos projetos universitários de pesquisa, ensino e extensão. Dos que participaram, contam em média 15% como bolsistas e 15% como voluntários. Contudo, a pesquisa teve foco em três pontos principais, com intuito de analisar o processo acadêmico e a permanência desses jovens na UFPA.

Diante disso, para os alunos entrevistados, permanecer na Universidade não foi para alguns e não está sendo para outros. As dificuldades financeiras para custear as despesas acadêmicas e pessoais é o que afligiu e aflige os jovens quilombolas. O racismo, também, sempre esteve presente, principalmente para aqueles que possuem características fenótipos negros e não pode deixar de citar o deslocamento de sua comunidade, distância de seus familiares e a novas vivências com realidade diferentes. No entanto, foram-se utilizadas estratégias para as suas permanências nos cursos escolhidos, algumas derivados das políticas afirmativas e outras através de buscas pessoais, fora da Universidade, como mostram os gráficos a seguir:

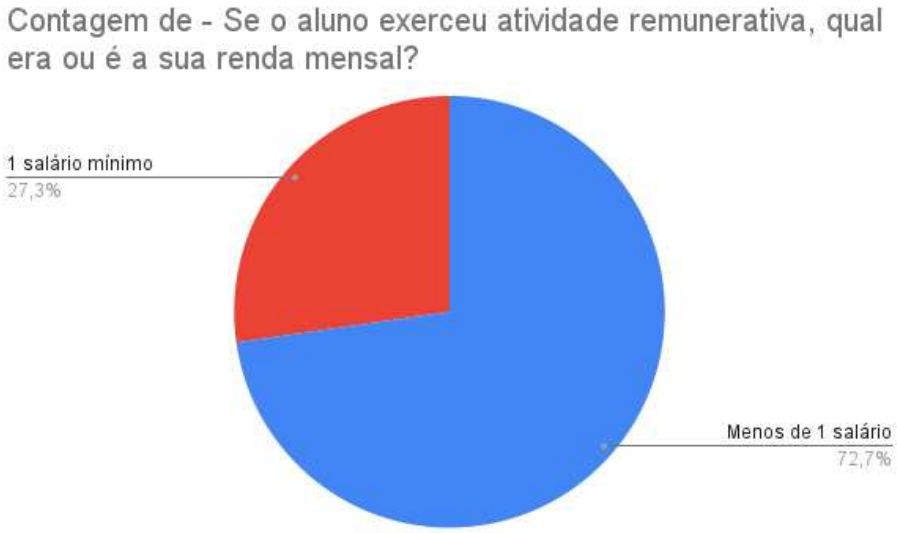
GRÁFICO 06: **Percentual de alunos que exerceram/exercem atividade remunerada.**



Fonte: Elaboração própria, 2023.

O gráfico exibe que 35% dos alunos, buscaram outros meios financeiros para permanecer no curso de graduação escolhido e 65% dependeram exclusivamente da ajuda de pais/familiares ou através das bolsas e auxílios advindos do programas e políticas do governo federal. Isso significa que estamos lhe dando com jovens que possuem características financeiras baixa, oriundas de comunidades empobrecida, que possuem profundas dificuldades financeiras e de inserção no mercado de trabalho. Isso reflete, portanto, a concepção de exclusão que vivem no mundo do trabalho, através do processo histórico de preconceito e racismo vivenciado no Brasil. Por isso é importante esse conjunto de políticas de auxílios permanências, como foi citado na seção 2.3, como o PNAES, apoiam e dão suporte para a permanência de estudantes universitário de baixa renda.

GRÁFICO 07: **Percentual de renda mensal de alunos que exerceram/exercem atividade remunerada.**



Fonte: Elaboração própria, 2023.

O Gráfico, acima, demonstra que do alunos que buscaram outros meios de sustento financeiro, no período do curso de graduação, 72% possuía/possui menos de 1 salário mínimo. Isso demonstra que esses empregos/trabalhos são advindo do mercado de informal, como forma de ajuda-los financeiramente nos custos e despesas que a graduação os propõe. Pois, atualmente, o mercado formal, exige trabalhadores qualificados para ocupar seus cargos e esse estudantes estão, ainda, na buscar por qualificação. Diante disso, estão sujeitos a aceitar propostas de valores aquisitivos baixos de remuneram, porém, que os ajudem como os babar, auxiliares, vendas de doces, salgados, adereços, entre outros, como forma de subsidiá-los, financeiramente, na sua vida acadêmica.

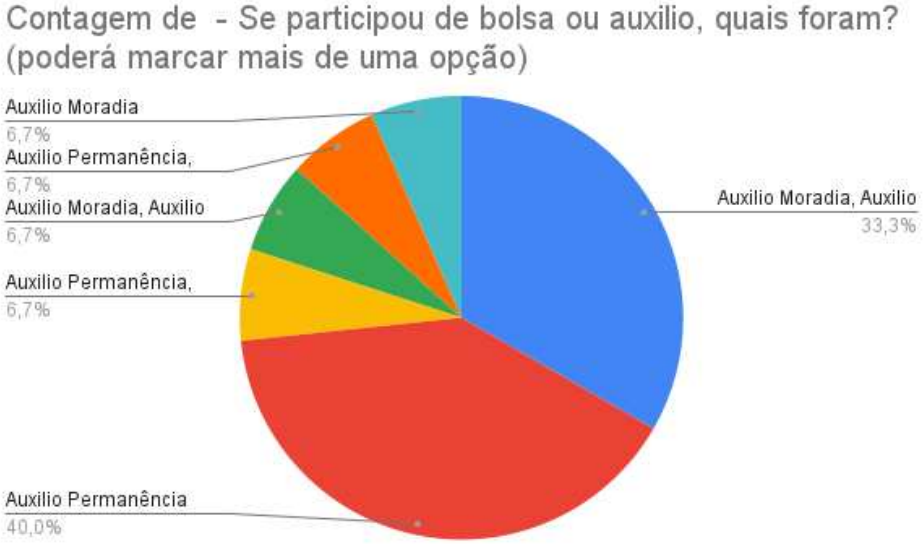
GRÁFICO 08: **Percentual de alunos que foram contemplados com bolsas ou auxílios da Universidade.**

Fonte: Fonte: Elaboração própria, 2023.

O gráfico 8, enfatiza que 73,7% dos jovens entrevistados recebem/recebiam bolsas ou auxílios da UFPA. Isso demonstra que a cada dia mais alunos estão sendo contemplados com bolsas que contribuem para suas permanências nas universidades e, consequentemente, a conclusão de seu cursos de graduação. Para a maioria deles, a permanência universitária só foi ou está sendo possível, devido, as bolsas que a universidade oferece. Esses benefícios só foram prováveis devido os avanços das políticas de cotas, como a Lei 12.711/2012, que corroborou políticas de inclusão, proporcionando uma série de programas que garantiram auxílios/bolsas como PROAIS, PPERMANÊNCIA, PROBPET, PBP/MEC, como citado na seção 2.4.

Esses programas são de extrema importância para a tomada de decisões, desses alunos de origem pobre e que almeja ingressar na universidade e a UFPA, assim como outras universidades pública, reconhecem que para seu público, não basta proporcionar o ingresso é preciso garantir a permanência. No entanto, não podemos deixar de falar que para muitos dos alunos admitidos com a mesma, ainda, é insuficiente. Alguns cursos exigem recursos financeiros mais altos que os outros, devido os materiais acadêmicos para suas formações. Contudo, também, não podemos deixar de enfatizar que a UFPA, através de sua autonomia, busca estratégias para atender a demanda de seu público alvo, uma delas foi a criação da SAEST, como foi citado na seção 4.2, que tem como objetivo acompanhar, avaliar e elaborar metas a partir das políticas de assistência estudantil como integração, inclusão, acessibilidade e permanência dos discentes da UFPA.

GRAFICO 09: **Percentual de alunos que foram contemplados nas mais diferentes bolsas e auxílios Universitário/UFPA.**



Fonte: Elaboração própria, 2023.

O gráfico 9 ressalta que dos alunos que foram contemplados com bolsas ou auxílios, 40% foram admitidos com o auxílio Permanência e 33,3% com o auxílio moradia. Essas bolsas são de suma importância para a permanência desses jovens na universidade, com sua ausência muitos alunos já teriam desistido. Prova disto, foram os cortes na educação que aconteceram entre os anos de 2017 a 2020, que afetaram, diretamente os orçamentos das universidades e, consequente, contribuíram para a desistência de muitos jovens. Portanto, como o gráfico exibe, auxílios como permanência e moradia representa a vida universitário. Isso fortalece, cada vez mais, a busca por mais políticas de redemocratização de acesso e permanência nas universidades.

GRÁFICO 10: **Percentual de destino dos recursos obtidos pelos alunos das bolsas/auxílios.**

Fonte: Elaboração própria, 2023.

O gráfico demonstra que a maioria dos jovens utilizam suas bolsas para custear as despesa de casa, viagens acadêmicas, transporte, aluguel, alimentação e aquisição de equipamentos acadêmicos. Isso comprova a importância da assistência estudantil, apesar de sabermos que a permanência no ensino, para muitos, continua sendo um desafio, esses auxílios contribuem de forma significativa, principalmente, para os alunos em situação de vulnerabilidade econômica, para a permanência estudantil. Neste gráfico, nota-se que o valor do benefício é distribuído em variadas formas pelos alunos, que envolve itens pessoais, domiciliares e acadêmicos.

Diante desse contexto de análises apresentados pelos alunos e pelas referências bibliográficas nos expõe que a Universidade Federal do Pará, através de sua autonomia, baseando-se nas políticas afirmativas, criada pelo governo federal, principalmente nos anos 2000, tem mostrado resultados positivos no que se refere a permanência de jovens quilombolas

na universidade, porém, ainda não suficiente. Auxílios como permanência, moradia, digital, entre outros são fundamentais e contribuem de forma significativa para a permanência de jovens nas universidades públicas. No entanto, a realidade individual, na maioria das vezes, exige mais do que as bolsas podem pagar.

As questões econômicas é um fator que está diretamente ligado nas trajetórias desses estudantes quilombolas. Por apresentarem dificuldades nesse mundo proveniente de diferentes classes sociais, quem estuda nas universidades públicas convive com as contradições do dia a dia, o que tornam sua permanência algo desafiador. Diante disso as ações afirmativas ao mesmo tempo em que são defendidas, também, são criticadas por inúmeros estudantes contemplados. Porém, vale ressaltar que a ausência desses auxílios trará mais desistências.

Contudo, os desafios e as dificuldades de permanência aparecem desde o momento em que, esses jovens, sonham em adentrar nas instituições de ensino superior. A partir do momento que acessam, inicia-se o processo de resistência de permanência e adaptações. De imediato vem o reconhecimento negro e quilombola, trazendo consigo as dificuldades de socialização. As desigualdades e racismo a, ainda, presente em nossa sociedade afeta, diretamente, o rendimento acadêmico. O preconceito contra os cotistas é uma realidade que assola no interior da universidade, possuir ancestralidade negra já é um grande desafio.

Para os jovens quilombolas entrevistados, na pesquisa de campo, um dos grandes desafios é ter que sair de suas comunidades e conhecer e se habituar às diferentes realidades das cidades, onde os campos e polos estão instalados, além disso, ainda existe a distância dos entes familiares. As dificuldades sempre estão atreladas as questões financeiras, sendo o principal obstáculo para qualquer acadêmico. Despesas com alimentação, transporte, saúde, material didático, aluguel, internet, energia, entre outros, sempre irão existir e os auxílios não conseguem subsidiar todas essas questões. Os valores dos auxílios não contemplam, muitas vezes, a compra de matérias necessária. Alguns cursos como as Engenharias, Odontologia, Medicina são cursos caros que exigem mais recursos financeiros.

De acordo com os relatos da acadêmica Diomar Lopes Monteiro, entrevistada em agosto de 2022, a falta de políticas públicas específicas, principalmente, na atual conjuntura mostra o quanto é dolorido o filho do pobre quilombola chegar e permanecer na graduação. Os números de bolsas oferecidas não são suficientes para todos que entra através da política afirmativa de cotas. Atualmente, os cortes e as deficiências dos programas acabam impactando de maneira negativa para nessa permanência.

Isso confirma a responsabilidade de se manter até o final da graduação se torna, ainda, mais difícil. Essa deveria ser uma demanda específica, pois mesmo que exista a assistência

estudantil, ainda há muito o que se fazer para melhorar a atual realidade. Perante a toda essa situação, algumas estratégias são usadas como forma de resistir e permanecer estudando, tais como:

- Trabalho informal;
- Ajudar dos meus pais que trabalham na agricultura familiar;
- Apoio de parentes e amigos;
- Dividir aluguel com outros acadêmicos;
- Ligas acadêmicas e projetos de extensão para indígenas e quilombolas;
- Vendas de comidas dentro da universidade;
- Investimento dos recursos apenas em itens essenciais como alimentação e moradia;
- Economizar o máximo possível e o impossível, passar o dia todo na universidade são formas de economia;
- Tenta sobreviver só com a bolsa permanência.

Com base na pesquisa realizada com as comunidades, a partir da visão do senhor dos líderes comunitários, em especial na fala do senhor Cegisnando Arnaud, identificou que o PSE é um caminho mais curto para que os jovens possam estudar em uma instituição de qualidade e cursar seus cursos preferidos. Além disso, é uma importante política afirmativa para o povo quilombola, pois, proporciona o acesso as universidades que antes era negado. E com isso se pode contar com profissionais que podem retornar para a comunidade com todo o conhecimento científico e acadêmico e assim contribuir em diversas áreas.

Essa ideia é extremamente importante para pensarmos que as comunidades quilombolas necessitam de devolutivas, é nesse sentido que a universidade tem atuado e busca desenvolver suas ações em prol da formação de qualidade desses profissionais para que retornem para a sua comunidade preparados pra contribuir com a formação e desenvolvimento da localidade.

O PSE, desempenha papel essencial e fundamental na pauta das políticas públicas para sanar dívidas anteriores com grupos socialmente excluídos do meio educacional, que hoje ingressam no ensino superior. No entanto, mesmo com os avanços e contribuição inquestionável, ainda não consegue suprir toda a demanda da população. Acrescenta-se a esse fator os motivos de desistência dos sujeitos, que de acordo com os líderes das comunidades elencam como o principal motivo a falta de assistência estudantil, falta essa que atingi principalmente o fator econômico dos alunos, interferindo na sua permanência e consequentemente na não conclusão do curso.

Para entender esse processo questionou-os sobre a importância das políticas afirmativas tais como: o programa de apoio aos planos de reestruturação e expansão das universidades

federais REUNI, decreto. 6.096/2007 que amplia o aparato de Ensino Superior Público; o decreto lei Nº 7.234, de 19 de julho de 2010 Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES executado no âmbito do ministério da educação. Este tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e o Sistema de Cotas, sancionada pela lei N. 12.711/2012 que obriga as instituições federais a garantir 50% das matrículas a estudantes oriundos do ensino médio público, mesclando também critérios de renda e raciais. Ambos os líderes, relatam a imensa contribuição de tais políticas, principalmente para as populações quilombolas que veem novas oportunidades de ingressarem em uma instituição pública de ensino superior e garantirem não somente o acesso, como também a permanência dos estudantes quilombolas. Pois não basta apenas ingressar no ensino superior, precisa-se ter aparatos para permanecer e concluir com êxito.

No entanto, quando questionados sobre a existência de contemplação de bolsas pelos discentes das comunidades, são unânimes em enfatizarem que tem alunos que são contemplados, no entanto, consideram o valor muito baixo para que os alunos possam se manter no local de seus cursos. Deveriam aumentar o valor considerando que se manter em outros municípios tem um custo muito grande pois envolve residir em outro lugar, com alimentação e necessidades básicas que são inerentes aos alunos e que o valor não se torna suficiente para suprir todas as demandas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi analisado os desafios enfrentados pelos alunos oriundos do PSE quilombola das comunidades que compõem as associações quilombolas ACORQBU e ARQIB, localizadas no município de Baião, na região do Baixo Tocantins, levando em consideração os desafios de permanência, enfrentados pelos mesmos no cursos de graduação, ofertados pela Universidade Federal do Pará.

Ao elaborar o projeto que deu base para essa pesquisa, foi levado em consideração a minha vivencia, como profissional, ao atuar na coordenação do Cursinho Popular da prefeitura municipal de Baião, em que íamos as comunidades contribuir no preparo dos alunos que almejavam vagas através do PSE Quilombola. Tive a oportunidade de conviver com pessoas que almejavam e almejam o acesso aos cursos de graduação público e gratuito, ofertado pela UFPA.

Para chegarmos até aqui, perpassamos pelo conceito de comunidades quilombolas para que pudéssemos entender sobre a construção de identidades dos/das jovens quilombolas, suas relações e práticas com seus territórios e os diversos significados infligidos por essa nação ao longo da história. Refletimos, também, sobre o processo de expansão e reestruturação do ensino superior público no Brasil e o processo vivenciado pela Universidade Federal do Pará nos últimos dez anos, através de políticas afirmativas como PNAES, REUNE e Política de cotas, direcionadas ao incremento de vagas ofertadas através do PSE quilombola e a permanência desse público universitário no espaço acadêmico.

Nesse sentido as memorias e posicionamentos dos sujeitos que compõem as lideranças das associações quilombolas e jovens acadêmicos, egressos, graduandos e desistentes da graduação foram fundamentais para que pudéssemos aproximar a realidade comunitária vivenciada no cenário político social local, regional e nacional contemporâneo. Isso nos mostrou que as violações de seus direitos são reflexos de desigualdades históricas, porém, percebeu-se suas interações no quilombo e fora dele que acarretam na preservação de suas identidades, sem perder de vista as peculiaridades do espaço, como organização, luta e resistência.

As ações afirmativas tem contribuído, significativamente, para a ampliação de acesso e permanência de estudantes oriundos dos quilombos. As iniciativas universitárias, através de sua autonomia usam as afirmativas e criam estratégias nos processos de seleção e oferecem oportunidades de ingressos diferenciados para essa categoria, como forma de enfrentar as desigualdades sociais que marcaram e marcam a sociedade brasileira até os dias de hoje. A

Universidade Federal do Pará conecta as políticas afirmativas, inclusivas e democráticas de expansão ao ensino superior público e gratuito. Mobilizam debates, ações, discutem implantações, criam setores, como a SAEST e ADIS, em favor de promoção da efetiva igualdade, que outrora eram compelidas ao sistema de seleção universal, como o vestibular.

O destaque dado ao povo quilombola nesta pesquisa, fundamenta-se no conjunto de ações que vem sendo promovidos por um conjunto de militantes, movimentos sociais e, principalmente, o movimento negro que veem ao longo do tempo manifestar-se através de propostas que buscam reconhecer e minimizar os impactos que a escravidão negra nos deixou de herança, bem como opressão e exclusão em direitos básicos como o sistema de saúde e educação. Esses fatos são discutido simultaneamente nos eventos e encontros comunitários, principalmente no que diz respeito as ações afirmativas, em que concerne suas contribuições e as necessidades de melhoramento. Essas políticas são essenciais para a sociedade brasileira, especialmente, na educação superior, como condição para favorecer a democratização do acesso e permanência.

As reivindicações dos movimentos sociais e movimentos negros está pautado nos direitos que se foi negado, bem como a educação formal de qualidade nos seus territórios, que garantam oportunidades nas instituições de ensino superior e que valorize sua identidade e sua história. Além disso, políticas públicas voltadas as outras demandas, como construção de postos de saúde e geração de renda, como forma de melhorar a qualidade de vida de todos e todas e diminuir a evasão de jovens dos quilombos para os centros urbanos.

As comunidades de Umarizal e Igarapé Preto, assim como outras comunidades quilombolas apresentam em sua trajetória histórica momentos marcados por conquistas adquiridas, por meio lutas através de ações sociais coletivas. Tais conquistas demonstram reconhecimento do Estado Brasileiro, que as comunidades quilombolas merecem tratamento diferenciado que garantam os direitos básicos e que respeitem sua diversidade cultural. As políticas afirmativas, apesar de, ainda, insuficiente minimizam a realidade das injustiças, preconceitos e descriminações que tem vitimado a população negra ao longo da história.

Os relatos dos estudantes, apresentados neste estudo, demonstram que é necessário a luta, a resistência e busca pelos seus direitos. Para eles o PSE Quilombola, foi uma dessas conquistas que foi adquirida com intuito de minimizar os problemas de vulnerabilidade econômica e social, porém, para que se possa chegar até essa fase educacional é necessário perpassar-se pelo ensino regular básico (fundamental e médio). Esse é um outro problema que as comunidades ainda enfrentam, pois o ensino básico não os preparam para o tal exame, devido à falta de um preparo específico. O Sistema Modular de Ensino (SOME), por exemplo,

apresentam muitas deficiências, no processo de ensino e aprendizagem, trabalham com permutas de professores, além disso, as aulas não são direcionadas para o PSE Quilombola. Isso ocasiona insatisfação pelas comunidades que utilizam o PSE como a principal porta se entrada para as universidades.

Um outro problema, de acordo com relatos neste trabalho de campo, é a seleção dos candidatos ao PSE. Levam em consideração o vínculo que o candidato possuem com as comunidades, atestada, apenas, pela declaração de pertencimento étnico, deixando de dar ênfase a questão do nascimento e a vivência nessas comunidades. Visto que essa política foi lançada com intuito de minimizar os problemas enfrentados de vulnerabilidade econômica e social e que mantém suas tradições. Diante disso, as associações buscam parcerias com instituições privadas locais/municipal de caráter educacional e de jovens que já passaram pelo processo de seleção, com intuito de preparar os jovens que, ainda, almejam acessar o ensino superior público, através do PSE quilombola. Visto que esta seleção apresenta-se de duas fases: a produção de um texto subjetivo e a entrevista, para comprovar o pertencimento na comunidade.

Ao acessarem a Universidade, segundo os dados coletados através da pesquisa no *google forms*, enfatizam o racismo presente no próprio ambiente de formação profissional e que, ainda, é necessário buscar outros mecanismos para simplificar esses processos distintos de exclusão e desigualdades. Conforme os jovens que responderam o questionário é preciso que a universidade se torne um espaço de responsabilidade social, pois o acesso não é apenas o desejo do jovem. É preciso, também, que se tenha condições sociais que assegure a permanecia.

Ao analisar as políticas afirmativas, percebemos que foi criada com intuito de democracia participativa na condição de minimizar os problemas de desigualdades e o papel do Estado na Luta de Classe, porém não possui nenhuma crítica ao sistema capitalista atual, o que propicia o racismo estrutural. Essas políticas, em especial a reservas cotas, também, contempla os interesses do capital e adotam os valores próprios da sociedade de mercado. Diante disso, apesar de toda luta e avanços conquistados, não ocorre com perfeição, pois é sustentado pela classe dominante, regulamentado pelo estado e dependente da organização dos modos de produção. No entanto, não se pode negar a importância que as mesmas possuem no processo de democratização se acesso e permanência na educação superior no Brasil. As Universidades adotam as ações afirmativas e evidenciam às demandas estudantis, através de sua autonomia, garantindo condições de acesso e permanência.

Os jovens quilombolas das comunidades da região de Igarapé Preto e Umarizal reconhecem o PSE quilombola como uma política de acesso favorável, que já proporcionou e proporciona o acesso de muitos jovens no campo universitário, todavia, questionam a insuficiência da quantidade de vagas por curso. As cotas e bolsas são primordiais para sua permanência, apesar de não comtemplar todos seus anseios, contribuem de forma significativa no processo acadêmico. No mais, a trajetória desses estudantes até o centro universitário, nunca foi uma tarefa fácil, resistir se torna fundamental na busca de sonhos, boas expectativas e superação dos desafios. No período investigado, foi relatado desde o desejo das famílias da conquista do Ensino Superior, as lutas contra a opressão, conservação das tradições até os desenvolvimento pessoal, profissional e econômico.

A Universidade Federal do Pará, apesar de apresentar algumas insatisfações, é considerada como um espaço de busca por desenvolvimento e democracia, na medida do possível, tem buscado estratégias para superar os problemas internos e contemplar mais o ingresso de mais jovens no seu campo acadêmico. A criação do SAEST e da ADIS, são exemplos de promoção de seu desenvolvimento institucional e os jovens reconhecem todos esses esforços e buscam contribuir, através dos eventos e ações, em questões que precisam se melhor trabalhadas no interior do sistema educacional, bem como a questão do racismo, a permanência e aumento das bolsas universitárias, o aumento do número de vagas, tanto de ampla concorrência como das cotas, preservando, assim, o espaço que, hoje, está sendo frequentado por eles e buscando desenvolvimentos para quem irá frequentar futuramente.

As trajetórias desses estudantes desde a educação básica no quilombo até o ingresso e permanência na Universidade, revelam que as condições de educação e trabalho, não foram tão favoráveis para que pudessem ter acesso à universidade e isso só foi possível mediante a luta do Movimento Negro para que as políticas públicas, como as modalidades de ação afirmativa para o ensino pudessem possibilitar esse ingresso. Os sonhos, as expectativas, as dificuldades e desafios estão sempre presentes nas vivências pessoais e acadêmicas desses universitários, que vem desde o desejo da família até o legado histórico que carregam de sua ascendência que lutaram contra as formas de opressão, dominação e pela liberdade. No percurso de investigação foi relatado que durante a trajetória escolar nas comunidades quilombolas, esses alunos enfrentaram dificuldades em relação ao ensino, já que as condições educacionais nas escolas eram precárias, muitos tiveram de sair de suas comunidades para estudar nas escolas que ficam na sede dos municípios.

A pesquisa revela que os desafios são inúmeros, principalmente, quando se trata de questões econômicas e racismo estrutural presente na sociedade contemporânea. É preciso ser

feito algo específico que garantam a permanência desses jovens até a conclusão de seus cursos. As políticas afirmativas são de grande prestígio, porém, precisam ser mais eficientes para que possam colaborar para o acesso e permanência dessa camada de jovens, que apresentam vulnerabilidade econômica e social. A educação étnico racial é outro fator que precisa ser mais discutida e posto em prática, pois é preciso está presente dentro e fora das Universidades. Todos esses métodos devem ser trabalhados desde as séries iniciais e que envolva os espaços de atuação das pessoas envolvidas no processo de construção educacional de cada cidadão.

Diante dos relatos, foi possível analisar que o racismo e preconceito estão bastante presentes no espaço universitário, neste caso na Universidade Federal do Pará. Isso é produto de uma prática de meritocracia, que privilegia uma cultura dominante e que apesar das políticas afirmativas terem o objetivo de minimizar esse problema acabam apoiando o discurso meritocrata, reafirmando um discurso padrão de ensino e mantendo as desigualdades.

Por fim, a construção deste trabalho é um esforço em contribuir com a juventude quilombola da Amazônia paraense, em especial a região do Baixo Tocantins, através de discursões que evidencie o aprimoramento das políticas afirmativas para a permanência desses jovens nas universidades públicas e também denuncia, através dos relatos dos alunos o preconceito, discriminação e racismo que, ainda, estão presentes nos campus universitários. Pois as trajetórias desses alunos desde a educação básica até o acesso à universidade revelam condições não favoráveis de dificuldades, desafios que sempre estiveram presente até o ingresso. Isso demonstra, a presença de sonhos e boas expectativas em busca por uma sociedade melhor.

6. REFRÊNCIAS BIBLIOGÁFICAS

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

BARBOSA, Carmem Lucia. Corpos no samba de cacete: dança ancestral, tamboros giras e gingas na educação afrocametaense. 2015. 69 f. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BELEM. Resolução nº 4.309, de 27 de agosto de 2012. Aprova a reserva de vagas nos cursos de graduação da UFPA aos quilombolas. Belém, PA, ago. 2012. Disponível em: https://portal.uneb.br/proaf/wpcontent/uploads/sites/65/2019/03/UFPA_RESOLU%C3%87%C3%83O_4309-PS_-Quilombolas.pdf

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edélcio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. Gestão universitária: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Penso, p. 19-42, 2013.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Herdeiros. Siglo, 2003.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 149, n. 169, p. 1-2, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

BRASIL, Casa Civil, Lei nº 10.639, de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, n. 28, p. 316-316, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm.

BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm.

BRASIL. Lei n. 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares-FCP e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, n. 90, p. 12-14, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/programas-e-acoes/programa-bolsa-permanencia/68911-portaria-389-09052013/file.

CAVALCANTE, Breno Neno Silva; BELTRÃO, Jane Felipe. Jovens quilombolas em movimento: a luta pela efetivação de direitos humanos em Salvaterra–Pará. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, v. 17, n. 2, p. 51-80, 2016.

CAMPOS, Laís Rodrigues et al. Do Quilombo à Universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência. 2016.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. Revista Brasileira de Educação, v. 22, p. 539-564, 2017.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, JF de. A educação superior. Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB, v. 2, p. 73-84, 2002.

COSTA, G. s. desenvolvimento rural sustentável com no paradigma da agroecologia. Belém: naea/UFPA, 2006.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista brasileira de educação, p. 5-15, 2003.

DA CRUZ, Andreia Gomes. Desafios da inclusão no processo contemporâneo de expansão da educação superior brasileira: democratização ou massificação do acesso?. **EccoS Revista Científica**, n. 49, p. 1-23, 2019.

DA SILVA, Jairo et al. A expansão do ensino superior na Amazônia brasileira: um estudo comparativo entre o governo FHC e o ciclo petista. Tematicas, v. 27, n. 53, p. 139-184, 2019.

Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 10 de junho de 2023.

DE ANDRADE, Lúcia MM. O Caminho da Titulação das Terras Quilombolas. Comissão Pró-Índio de São Paulo: 2015. Disponível em:

https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior: múltiplas regulações e reforma universitária no Brasil. **VII Seminário Redestrado**, 2008.

DO ROSÁRIO, Maria José Aviz et al. JUVENTUDE E CLASSE. Revista Conexões de Saberes, v. 3, n. 1, p. 24-32, 2019.

DOS SANTOS, Simone Ritta. Comunidades quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. EdiPUCRS, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, p. 299-307, 2018.

GANAM, Eliana Ameida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. **DESAFÍOS DE LA PERMANENCIA ESCOLAR: TRAYECTORIA DE LOS ESTUDIANTES ATENDIDOS EN LOS PROGRAMAS DE ASISTENCIA UNIVERSITÁRIA**. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

GISI, Maria Lourdes. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.

BRAGA, Graça Elenice dos Santos; DUARTE, Marcos Solano. Estudos culturais, educação e processos identitários: juventude, gênero, raça. Caderno Imbondeiro. João Pessoa, 2014, 3.2.

GROPPO, Luís Antônio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de janeiro: DIFEL, 2000.

HAGE, Salomão Mufarrej; PEREIRA, Ricardo Augusto Gomes; BRITO, Márcia Mariana Bittencourt. Educação superior e democratização: o acesso de populações negras, indígenas e do campo no ensino superior na Amazônia paraense. Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação, v. 22, n. 2, p. 83, 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 965-977, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico. Quilombolas, primeiros resultados do universo. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf. Acesso em 17 de Outubro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Tabela 6403 – População por cor e raça, 2021. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado. Acesso em: 17 de julho de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação superior, 2020. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em: 18 de junho de 2022.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2022.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 965-977, 2008.

LIMA, Edileusa Esteves; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, v. 41, p. 383-406, 2016.

LIMA, João Paulo Costa et al. Financeirização e Oligopolização no Ensino Superior Privado-Mercantil Brasileiro: a sestra e a destra numulárias no âmago da educação. FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação, v. 9, 2019.

LIMA, Nara Maciel Falcão et al. Jovens de camadas populares na educação superior pública do Amazonas: acesso e permanência. 2018.

MALUNGU. Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará. Disponível em: https://malungu.org/comunidades-1/. Acesso: 18 de julho de 2023.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04-06, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Global Editora, 2006.

MELO, Tiara Santos. DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, v. 23, p. 19-31, 2012.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; GAY, Antonia. Movimento negro e a luta por direitos: a participação na ANC e as conquistas na Constituição federal brasileira. Sociologia, antropologia e cultura jurídica I, p. 90-119, 2014.

ROBINSON, Cedric James. Marxismo negro: a criação da tradição radical negra. Editora Perspectiva S/A, 2023.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? Tempo Social v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018.

SANTOS, Eduardo; MAFRA, Jason Ferreira; ROMÃO, José Eustáquio. Universidade Popular. Teorias, práticas e perspectivas. **Brasília: Liber**, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. Educar em revista, n. 31, p. 73-89, 2008.

SILVA, Gilmar Pereira da; SILVA, João Batista do Carmo. Universidade e trabalho no Brasil: a formação do trabalhador amazônida em foco. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, João Batista do Carmo. **Universidade e trabalho na Amazônia /** João Batista do Carmo Silva. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2019.

SOARES, Iris Pontes. Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor: luta quilombola brasileira. Revista Katálysis, v. 21, p. 574-583, 2018.

SOARES, Maria Raimunda Penha. **Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 46, 2020.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. Estudos de Psicologia (Natal), v. 17, p. 353-360, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria–ou um planetário de erros. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro de Processos Seletivos – CEPS/UFPA, Belém. Disponível em: https://www.ceps.ufpa.br/index.php/pse-ufpa. Acesso em: 22 de Junho de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Anuário Estatístico 2016- Ano Base 2015 / UFPA. Belém, 2016. Disponível em:<http://www.proplan.ufpa.br/doc/Anu%C3%A1rio_2016_AB2015_versaofinal14092016.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

7. APÊNDICES

FORMULÁRIO GOOGLE FORMS

PERMANÊNCIA DOS/AS JOVENS NAS UNVERSIDADES PÚBLICAS PARAENSES: uma análise dos desafios enfrentados pelos alunos oriundos do PSE quilombola no Baixo Tocantins.

Convidamos você para participar da pesquisa sobre Universidade Pública, desenvolvida pelo Mestrando Arlon Barbosa Borges e orientada pelo Professor Dr. João Batista do Carmo Silva
(docente da Universidade Federal do Pará-UFPA). Desenvolvida no Programa de Pós- Graduação Educação e Cultura PPGEDUC/CUNTINS/CAMETÁ. O projeto analisa as trajetórias e desafios dos estudantes quilombolas, da comunidades de Umarizal e Igarapé Preto, localizadas no município de Baião-PA, que pleiteiam vagas reservadas ao Processo Seletivo Especial (PSE) para os cursos de graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA), buscando compreender as suas dificuldades referentes a sua permanência no ensino superior.

Este projeto tem como objetivo analisar como o estado brasileiro, a partir da universidade pública, cria condições para garantir a permanência e como no interior das oposições entre capital e trabalho, os jovens das comunidades quilombolas do município de Baião-PA, sobrevivem, diante das desigualdades sociais, para se manterem nas instituições de ensino superior públicas.

Salientamos que as informações coletadas serão analisadas somente para fins de pesquisa, sendo assim, daremos total anonimato as suas respostas.

Desde já, agradecemos a participação de cada um (a) de vocês no preenchimento deste questionário e nos mantemos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Discente: Arlon Barbosa Borges (Mestranto do Programa de Pó-Graduação em Educação e Cultura UFPA/Cametá - Linha de pesquisa POLÍTICAS E SOCIEDADES, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Universidade na Amazônia). Contato:
arlonborges@gmail.com

Orientador: Dr. João Batista do Carmo Silva (Professor de Sociologia da Educação – FAED – CUNTINS – Professor do Mestrado em Educação e Cultura (PPGEDUC) – Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Universidade na Amazônia). Contato: jbatista@ufpa.br

*Obrigatório

1. Aceita participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

◯ Sim, após a leitura e compreensão dos objetivos da pesquisa aceito participar como voluntário(a)

2. Nome Completo *

3. E-mail *

4. Sexo? *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Femenino

5. Idade? *

Marcar apenas uma oval.

- Entre 18 e 24 anos
- Entre 25 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Acima de 41 anos

6. Estado Civil *

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- União Estável
- Divorciado/ Separado
- (a) Viúvo (a)

7. Você cursou o Ensino Médio e qual a modalidade de Ensino? *

Marcar apenas uma oval.

- Rede pública
- Regular Rede pública Modular
- Rede privada

8. Em qual ano você ingressou na Universidade? *

Marcar apenas uma oval.

- 2013
- 2014

- [ ] 2015
- [ ] 2016
- [ ] 2017

9. Qual o Curso você estuda ou estudou? *

10. Você estuda ou estudou em qual modalidade? *

Marcar apenas uma oval.

- [ ] Extensivo Matutino
- [ ] Extensivo vespetino
- [ ] Extensivo noturno
- [ ] Intensivo

11. Você exerce ou exerceu alguma atividade remunerativa (trabalho) durante o curso de graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- [ ] Sim
- [ ] Não

12. Se vc exerceu atividade remunerativa, qual era ou é a sua renda mensal?

Marcar apenas uma oval.

- [ ] Menos de 1 salário mínimo
- [ ] 1 salário mínimo
- [ ] 1,5 salário mínimo
- [ ] 2 salários mínimos
- [ ] Mais de 2 salários mínimos

13. Durante a sua graduação, você foi contemplado com alguma bolsa ou auxilio da universidade?*

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. Se participou de bolsa ou auxilio, quais foram? (poderá marcar mais de uma opção)

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Auxilio Moradia
- [ ] Auxilio Permanência
- [ ] Auxilio Creche
- [ ] Auxilio PCD
- [ ] Bolsa de Pesquisa
- [ ] Bolsa de Monitoria
- [ ] Bolsa de Extensão

15. Para que você destinava os recursos obtidos da bolsa / auxilio? Aqui poderá marcar mais de uma opção.

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Ajudar com as despesas da
- [ ] casa Viagem acadêmicas
- [ ] Para participação em eventos
- [ ] Lazer
- [ ] Tratamento de saúde
- [ ] Aluguel de casa
- [ ] Aquisição de equipamentos para estudos
- [ ] Não recebia bolsas/auxílios
- [ ] Outro: _____

16. Durante a sua graduação, você participou de projetos de pesquisas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, como bolsista
- Sim, como voluntário (a)
- Participei parcialmente
- Nunca participei

17. Durante sua graduação, você participou de projetos de extensão? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, como bolsista
- Sim, como voluntário (a)
- Participei parcialmente
- Nunca participei

18. Durante sua graduação, você participou de projetos de ensino? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, como bolsista
- Sim, como voluntário (a)
- Participei parcialmente
- Nunca participei

19. Durante a sua graduação, você participou de Eventos acadêmicos? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, com frequência
- Sim, com pouca frequência
- Participei parcialmente
- Não participei
- Outro: _____

20. Quais suas principais dificuldades para o acesso à universidade? *

21. Quais as principais contribuições do seu curso de graduação para sua formação? *

22. Quais suas principais dificuldades para sua permanência e aproveitamento acadêmico na universidade? *

23. Quais as principais estratégias foram usadas para suas permanência na universidade, além das bolsas e cotas? *

24. Quais as principais contribuições da universidade para o entendimento da sua identidade enquanto sujeito de uma comunidade quilombola? *

25. Quais são suas sujetões de melhorias para o acesso e permanência de jovens nas universidade, através do PSE quilombola? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL

COMUNIDADE:

ASSOCIAÇÃO:

LIDERES COMUNITÁRIOS/DAS ASSOCIAÇÕES:

1. NOME:
   FUNÇÃO:

2. NOME:
   FUNÇÃO:

3. NOME:
   FUNÇÃO

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a quantidade total de pessoas que vivem na comunidade quilombola de Umarizal?

2. Diante do que já foi relatado, a associação quilombola ACORQBU abrangem outras comunidades, além de Umarizal. Qual é a quantidade total de pessoas ou famílias associadas?

3. Quais as principais características da comunidade?

3.1 População:

3.2 Educação:

3.3 Saúde:

3.4 Religiões:

3.5 Cultura (música, tradições, comida)?

4. Qual é a principal atividade econômica local?

5. Existe algum tipo de conflito ou algum tipo de problema civil na sociedade?

6. Existe algum projeto em desenvolvimento local em andamento ou que já foi concluído? (seus objetivos e resultados)

7. Quais são seus principais alimentos e atividades de vida?

8. Quais e quem são as Principais lideranças Da comunidade? (movimentos sociais, de mulheres e jovens).

9. O que você acha do PSE Indigena e Quilombola?

10. Qual é a média de alunos que já conseguiram acessar o ensino superior através de PSE Quilombola?

11. Quantos já conseguiram concluir o curso de graduação, através das universidades públicas?

12. Dentre os alunos associados que conseguiram o ingresso no ensino superior público, já houve muita desistência? Se sim, quais são os principais motivos?

13. Você já houviu falar sobre as políticas afirmativas? bem como:

- O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI, Decreto. 6.096/2007 para ampliar o aparato de ensino superior público;
- Decreto Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010 "Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação. Este tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal".
- O sistema de cotas, adotado por algumas poucas universidades a partir do início da década de 2000, ganha impulso em 2012, quando foi sancionada a lei n. 12.711, que obrigava as instituições federais a, gradualmente, no prazo de quatro anos, garantir 50% das matrículas a estudantes oriundos do ensino médio público, mesclando também critérios de renda e raciais. O que você acha delas?

14. A através do PNAES a UFPA apresenta a política de Assistência que é coordenada pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), trata-se de programas como o PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA DO MISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (PBP/MEC) - o programa é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a discentes matriculados em IFES em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a discentes indígenas e quilombolas com finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para sua permanência e diplomação. Seu objetivo é viabilizar a permanência de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; promover a expansão do

acesso ao ensino superior por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Na comunidade, possuem alunos contemplados com essa bolsa? Elas são suficientes?

15. Como a juventude quilombola de Umarizal constroem processos para permanência na Universidade diante do racismo estrutural construído pelo capitalismo, que os possibilitam elaborar mediações que os fazem continuar resistindo para existir nesta sociedade de classes?

16. Que condições que esses jovens Umarizal enfrentam ou realizam para sua permanência no ensino superior?

17. Como esses jovens são acolhidos e quantos deles, do ponto de vista pedagógico, são assistidos nas suas faculdades?

18. As ações afirmativas conseguem atender todos os jovens quilombolas que conseguem o acesso?

19. Quais outras condições esses jovens buscam para permanecer no curso superior, independente de políticas afirmativas?

20. Como os mesmos vivem no local de seu curso?

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS – CUNTINS - CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAED
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTADO)

Disciplina: DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Atividade: PESQUISA PARA CONSTRUÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Autor da pesquisa: ARLON BARBOSA BORGES
Orientador da pesquisa: JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA
Local: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE UMARIZAL/BAIÃO-PA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios, de caráter socioeconômicos, enfrentados pelos alunos oriundos do PSE Quilombola no Baixo Tocantins para permanecerem na Universidade Federal do Pará. Através de dados educacionais de jovens das comunidades do 2° distrito do município de Baião-PA, localizado na região do Baixo Tocantins, os quais consideramos como pertencentes as seguintes comunidades: Umarizal e Igarapé Preto. Procurando apontar caminhos para concepção de uma universidade democrática, inclusiva e popular, através de movimentos sociais e, principalmente negros, as políticas afirmativas, assistência estudantil, através de bolsas permanências, que colabore efetivamente com a formação dos indivíduos que vivem no nessas comunidades.

Convidamos você a participar como entrevistado desse estudo no sentido de analisar a realidade local e dos alunos oriundos dessa comunidade. Caso não saibam responder as questões ou lhe provoque constrangimento, você tem a liberdade de se recusar a participar da pesquisa ou solicitar esclarecimento dos pesquisadores a respeito. Para evitar preocupação de que seus dados sejam divulgados, deixamos claro que as informações obtidas serão utilizadas somente para esta pesquisa e guardadas por cinco anos, no entanto, na divulgação dos resultados seu nome não irá aparecer. Os resultados poderão ser apresentados em eventos científicos, publicações em revistas e outro meio de comunicação. Sua participação na pesquisa é muito importante, pois trará como benefício no que se refere o acesso e permanência mais de jovens no ensino superior até sua conclusão. Nesta pesquisa aparentemente não será feito nenhum procedimento que lhe cause prejuízo, no entanto, há possibilidade de riscos mínimos como desconforto relacionado, por exemplo, com perda de tempo em participar da avaliação e responder as questões apresentadas. Nesse caso, é garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Este trabalho será realizado com recursos próprios. Não havendo nenhum pagamento por sua participação. Se você tiver dúvidas e desejar esclarecimentos sobre a pesquisa poderá fazer contato com os responsáveis pela pesquisa:

João Batista do Carmo Silva (Professor - Orientador), Tv. Cônego Miguel Inácio, Praça Raimundo Peres, nº. 124, Centro, Cametá, Pará – CEP: 68.400-000- Fone: (91) 993075866. Arlon Barbosa Borges (Mestrando), Tv. Nova Marambaia, nº172, Marambaia, Baião, Pará – (91) 999670678. Você também poderá entrar em contato com o Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC, do CUNTINS, da Universidade Federal do Pará, se tiver qualquer dúvida com relação aos seus direitos.

João Batista do Carmo Silva (RG: 3732510)

Arlon Barbosa Borges
Arlon Barbosa Borges (RG: 524748)

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu, HÉLIO DE SOUZA VIEIRA, declaro que li o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e compreendi as informações que me foram explicadas sobre a pesquisa em questão. Discuti com os pesquisadores minha decisão de participar. Ficou claro para mim os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade de esclarecimento permanente. Ficou claro também, que minha participação não tem despesas nem receberei nenhum tipo de pagamento, não podendo retirar o meu consentimento. Concordo voluntariamente participar desse estudo assinando este termo, junto com o pesquisador.

Baião-PA, _____ de _____ de 2023.

Hélio de Souza Vieira
Assinatura do sujeito da pesquisa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS – CUNTINS - CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAED
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTADO)

Disciplina: DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Atividade: PESQUISA PARA CONSTRUÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Autor da pesquisa: ARLON BARBOSA BORGES
Orientador da pesquisa: JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA
Local: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE UMARIZAL/BAIÃO-PA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios, de caráter socioeconômicos, enfrentados pelos alunos oriundos do PSE Quilombola no Baixo Tocantins para permanecerem na Universidade Federal do Pará. Através de dados educacionais de jovens das comunidades do 2° distrito do município de Baião-PA, localizado na região do Baixo Tocantins, os quais consideramos como pertencentes as seguintes comunidades: Umarizal e Igarapé Preto. Procurando apontar caminhos para concepção de uma universidade democrática, inclusiva e popular, através de movimentos sociais e, principalmente negros, as políticas afirmativas, assistência estudantil, através de bolsas permanências, que colabore efetivamente com a formação dos indivíduos que vivem no nessas comunidades.

Convidamos você a participar como entrevistado desse estudo no sentido de analisar a realidade local e dos alunos oriundos dessa comunidade. Caso não saibam responder as questões ou lhe provoque constrangimento, você tem a liberdade de se recusar a participar da pesquisa ou solicitar esclarecimento dos pesquisadores a respeito. Para evitar preocupação de que seus dados sejam divulgados, deixamos claro que as informações obtidas serão utilizadas somente para esta pesquisa e guardadas por cinco anos, no entanto, na divulgação dos resultados seu nome não irá aparecer. Os resultados poderão ser apresentados em eventos científicos, publicações em revistas e outro meio de comunicação. Sua participação na pesquisa é muito importante, pois trará como benefício no que se refere o acesso e permanência mais de jovens no ensino superior até sua conclusão. Nesta pesquisa aparentemente não será feito nenhum procedimento que lhe cause prejuízo, no entanto, há possibilidade de riscos mínimos como desconforto relacionado, por exemplo, com perda de tempo em participar da avaliação e responder as questões apresentadas. Nesse caso, é garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Este trabalho será realizado com recursos próprios. Não havendo nenhum pagamento por sua participação. Se você tiver dúvidas e desejar esclarecimentos sobre a pesquisa poderá fazer contato com os responsáveis pela pesquisa:

João Batista do Carmo Silva (Professor - Orientador), Tv. Cônego Miguel Inácio, Praça Raimundo Peres, nº. 124, Centro, Cametá, Pará – CEP: 68.400-000- Fone: (91) 993075866. Arlon Barbosa Borges (Mestrando), Tv. Nova Marambaia, nº172, Marambaia, Baião, Pará – (91) 999670678. Você também poderá entrar em contato com o Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC, do CUNTINS, da Universidade Federal do Pará, se tiver qualquer dúvida com relação aos seus direitos.

João Batista do Carmo Silva (RG: 3732510)

Arlon Barbosa Borges
Arlon Barbosa Borges (RG: 524748)

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu, ASSUNÇÃO AZEVEDO DOS SANTOS, declaro que li o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e compreendi as informações que me foram explicadas sobre a pesquisa em questão. Discuti com os pesquisadores minha decisão de participar. Ficou claro para mim os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade de esclarecimento permanente. Ficou claro também, que minha participação não tem despesas nem receberei nenhum tipo de pagamento, não podendo retirar o meu consentimento. Concordo voluntariamente participar desse estudo assinando este termo, junto com o pesquisador.

Baião-PA, _____ de _____ de 2023.

Assunção Azevedo dos Santos
Assinatura do sujeito da pesquisa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS – CUNTINS - CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAED
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTADO)

Disciplina: DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Atividade: PESQUISA PARA CONSTRUÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Autor da pesquisa: ARLON BARBOSA BORGES
Orientador da pesquisa: JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA
Local: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE IGARAPÉ PRETO/BAIÃO-PA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios, de caráter socioeconômicos, enfrentados pelos alunos oriundos do PSE Quilombola no Baixo Tocantins para permanecerem na Universidade Federal do Pará. Através de dados educacionais de jovens das comunidades do 2º distrito do município de Baião-PA, localizado na região do Baixo Tocantins, os quais consideramos como pertencentes as seguintes comunidades: Umarizal e Igarapé Preto. Procurando apontar caminhos para concepção de uma universidade democrática, inclusiva e popular, através de movimentos sociais e, principalmente negros, as políticas afirmativas, assistência estudantil, através de bolsas permanências, que colabore efetivamente com a formação dos indivíduos que vivem no nessas comunidades.

Convidamos você a participar como entrevistado desse estudo no sentido de analisar a realidade local e dos alunos oriundos dessa comunidade. Caso não saibam responder as questões ou lhe provoque constrangimento, você tem a liberdade de se recusar a participar da pesquisa ou solicitar esclarecimento dos pesquisadores a respeito. Para evitar preocupação de que seus dados sejam divulgados, deixamos claro que as informações obtidas serão utilizadas somente para esta pesquisa e guardadas por cinco anos, no entanto, na divulgação dos resultados seu nome não irá aparecer. Os resultados poderão ser apresentados em eventos científicos, publicações em revistas e outro meio de comunicação. Sua participação na pesquisa é muito importante, pois trará como benefício no que se refere o acesso e permanência mais de jovens no ensino superior até sua conclusão. Nesta pesquisa aparentemente não será feito nenhum procedimento que lhe cause prejuízo, no entanto, há possibilidade de riscos mínimos como desconforto relacionado, por exemplo, com perda de tempo em participar da avaliação e responder as questões apresentadas. Nesse caso, é garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Este trabalho será realizado com recursos próprios. Não havendo nenhum pagamento por sua participação. Se você tiver dúvidas e desejar esclarecimentos sobre a pesquisa poderá fazer contato com os responsáveis pela pesquisa:

João Batista do Carmo Silva (Professor - Orientador), Tv. Cônego Miguel Inácio, Praça Raimundo Peres, nº. 124, Centro, Cametá, Pará – CEP: 68.400-000- Fone: (91) 993075866. Arlon Barbosa Borges (Mestrando), Tv. Nova Marambaia, nº172, Marambaia, Baião, Pará – (91) 999670678. Você também poderá entrar em contato com o Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC, do CUNTINS, da Universidade Federal do Pará, se tiver qualquer dúvida com relação aos seus direitos.

João Batista do Carmo Silva (RG: 3732510) — Arlon Barbosa Borges (RG: 524748)

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu, Amanda dos Santos, declaro que li o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e compreendi as informações que me foram explicadas sobre a pesquisa em questão. Discuti com os pesquisadores minha decisão de participar. Ficou claro para mim os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade de esclarecimento permanente. Ficou claro também, que minha participação não tem despesas nem receberei nenhum tipo de pagamento, não podendo retirar o meu consentimento. Concordo voluntariamente participar desse estudo assinando este termo, junto com o pesquisador.

Baião-PA, _____ de _____ de 2023.

Amanda dos Santos
Assinatura do sujeito da pesquisa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS – CUNTINS - CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAED
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTADO)

Disciplina: DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Atividade: PESQUISA PARA CONSTRUÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Autor da pesquisa: ARLON BARBOSA BORGES
Orientador da pesquisa: JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA
Local: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE IGARAPÉ PRETO/BAIÃO-PA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios, de caráter socioeconômicos, enfrentados pelos alunos oriundos do PSE Quilombola no Baixo Tocantins para permanecerem na Universidade Federal do Pará. Através de dados educacionais de jovens das comunidades do 2º distrito do município de Baião-PA, localizado na região do Baixo Tocantins, os quais consideramos como pertencentes as seguintes comunidades: Umarizal e Igarapé Preto. Procurando apontar caminhos para concepção de uma universidade democrática, inclusiva e popular, através de movimentos sociais e, principalmente negros, as políticas afirmativas, assistência estudantil, através de bolsas permanências, que colabore efetivamente com a formação dos indivíduos que vivem no nessas comunidades.

Convidamos você a participar como entrevistado desse estudo no sentido de analisar a realidade local e dos alunos oriundos dessa comunidade. Caso não saibam responder as questões ou lhe provoque constrangimento, você tem a liberdade de se recusar a participar da pesquisa ou solicitar esclarecimento dos pesquisadores a respeito. Para evitar preocupação de que seus dados sejam divulgados, deixamos claro que as informações obtidas serão utilizadas somente para esta pesquisa e guardadas por cinco anos, no entanto, na divulgação dos resultados seu nome não irá aparecer. Os resultados poderão ser apresentados em eventos científicos, publicações em revistas e outro meio de comunicação. Sua participação na pesquisa é muito importante, pois trará como benefício no que se refere o acesso e permanência mais de jovens no ensino superior até sua conclusão. Nesta pesquisa aparentemente não será feito nenhum procedimento que lhe cause prejuízo, no entanto, há possibilidade de riscos mínimos como desconforto relacionado, por exemplo, com perda de tempo em participar da avaliação e responder as questões apresentadas. Nesse caso, é garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Este trabalho será realizado com recursos próprios. Não havendo nenhum pagamento por sua participação. Se você tiver dúvidas e desejar esclarecimentos sobre a pesquisa poderá fazer contato com os responsáveis pela pesquisa:

João Batista do Carmo Silva (Professor - Orientador), Tv. Cônego Miguel Inácio, Praça Raimundo Peres, nº. 124, Centro, Cametá, Pará – CEP: 68.400-000- Fone: (91) 993075866. Arlon Barbosa Borges (Mestrando), Tv. Nova Marambaia, nº172, Marambaia, Baião, Pará – (91) 999670678. Você também poderá entrar em contato com o Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC, do CUNTINS, da Universidade Federal do Pará, se tiver qualquer dúvida com relação aos seus direitos.

João Batista do Carmo Silva (RG: 3732510)

Arlon Barbosa Borges
Arlon Barbosa Borges (RG: 524748)

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu, Marinilva Arnaud Martins, declaro que li o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e compreendi as informações que me foram explicadas sobre a pesquisa em questão. Discuti com os pesquisadores minha decisão de participar. Ficou claro para mim os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade de esclarecimento permanente. Ficou claro também, que minha participação não tem despesas nem receberei nenhum tipo de pagamento, não podendo retirar o meu consentimento. Concordo voluntariamente participar desse estudo assinando este termo, junto com o pesquisador.

Baião-PA, _____ de _____ de 2023.

Marinilva Arnaud Martins
Assinatura do sujeito da pesquisa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS – CUNTINS - CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAED
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTADO)

Disciplina: DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Atividade: PESQUISA PARA CONSTRUÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Autor da pesquisa: ARLON BARBOSA BORGES
Orientador da pesquisa: JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA
Local: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE UMARIZAL/BAIÃO-PA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios, de caráter socioeconômicos, enfrentados pelos alunos oriundos do PSE Quilombola no Baixo Tocantins para permanecerem na Universidade Federal do Pará. Através de dados educacionais de jovens das comunidades do 2° distrito do município de Baião-PA, localizado na região do Baixo Tocantins, os quais consideramos como pertencentes as seguintes comunidades: Umarizal e Igarapé Preto. Procurando apontar caminhos para concepção de uma universidade democrática, inclusiva e popular, através de movimentos sociais e, principalmente negros, as políticas afirmativas, assistência estudantil, através de bolsas permanências, que colabore efetivamente com a formação dos indivíduos que vivem no nessas comunidades.

Convidamos você a participar como entrevistado desse estudo no sentido de analisar a realidade local e dos alunos oriundos dessa comunidade. Caso não saibam responder as questões ou lhe provoque constrangimento, você tem a liberdade de se recusar a participar da pesquisa ou solicitar esclarecimento dos pesquisadores a respeito. Para evitar preocupação de que seus dados sejam divulgados, deixamos claro que as informações obtidas serão utilizadas somente para esta pesquisa e guardadas por cinco anos, no entanto, na divulgação dos resultados seu nome não irá aparecer. Os resultados poderão ser apresentados em eventos científicos, publicações em revistas e outro meio de comunicação. Sua participação na pesquisa é muito importante, pois trará como benefício no que se refere o acesso e permanência mais de jovens no ensino superior até sua conclusão. Nesta pesquisa aparentemente não será feito nenhum procedimento que lhe cause prejuízo, no entanto, há possibilidade de riscos mínimos como desconforto relacionado, por exemplo, com perda de tempo em participar da avaliação e responder as questões apresentadas. Nesse caso, é garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Este trabalho será realizado com recursos próprios. Não havendo nenhum pagamento por sua participação. Se você tiver dúvidas e desejar esclarecimentos sobre a pesquisa poderá fazer contato com os responsáveis pela pesquisa:

João Batista do Carmo Silva (Professor - Orientador), Tv. Cônego Miguel Inácio, Praça Raimundo Peres, nº. 124, Centro, Cametá, Pará – CEP: 68.400-000- Fone: (91) 993075866. Arlon Barbosa Borges (Mestrando), Tv. Nova Marambaia, nº172, Marambaia, Baião, Pará – (91) 999670678. Você também poderá entrar em contato com o Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC, do CUNTINS, da Universidade Federal do Pará, se tiver qualquer dúvida com relação aos seus direitos.

João Batista do Carmo Silva (RG: 3732510)

Arlon Barbosa Borges
Arlon Barbosa Borges (RG: 524748)

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu, CEGISNANDO ARNAUD, declaro que li o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e compreendi as informações que me foram explicadas sobre a pesquisa em questão. Discuti com os pesquisadores minha decisão de participar. Ficou claro para mim os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade de esclarecimento permanente. Ficou claro também, que minha participação não tem despesas nem receberei nenhum tipo de pagamento, não podendo retirar o meu consentimento. Concordo voluntariamente participar desse estudo assinando este termo, junto com o pesquisador.

Baião-PA, _____ de _____ de 2023.

Cegisnando Arnaud
Assinatura do sujeito da pesquisa

Entrevista e relados do Senhor Djalma Pereira Ramalho (Morador e Secretário Cultural da Associação Quilombola ARQIB)

O Senhor Djalma é atualmente secretário cultural da Associação Quilombola ARQIB. Profissionalmente é Enfermeiro na unidade de saúde local. Também é formado em Pedagogia e está cursando Enfermagem Obstetrícia.

A vila de Igarapé preto nasce por volta de 1870, onde tivemos o primeiro morador a vim morar na atual vila o senhor Vicente Ipiranga e o segundo morador foi o seu Amâncio. Esses senhores são oriundo da comunidade de Pampolônia. Pampolônia foi a primeira comunidade dessa região e possui aproximadamente 250 anos.

Até por volta de 1980 a vila de Igarapé Preto era chamada de Retiro Grande, devido as pessoas que moravam na beira do rio vinham trabalhar nessa área que, hoje, é o Igarapé Preto. A pessoas se deslocavam para caçar, produzir roças nesse retiro.

O aspecto econômico da comunidade, até 1990, a maioria das famílias viviam do extrativismo como a castanha do Pará, o cipó tibuí, uxí, bacuri, tucumã açu, entre outros. A castanha do Pará se destacava, foi retirada em larga escala na região.

Por volta de 1964, paralelo as ações extrativista, entra o primeiro caminhão, trazido por um cidadão chamado Lino Vicente de Leão, que morava na comunidade de Campelo. Ele transitava nessa região extraindo madeira. Com a abertura da BR 422, no ano de 1976, houve a chega de muitas pessoas para a comunidade de Igarapé Preto. A BR 422 assim como trouxe benefícios, também trouxe malefícios, pois chegou na região madeireiros de todos os tipos, que extraíram muitas castanheiras.

Hoje, a comunidade possui cerca de 1.300 habitantes, com aproximadamente 480 famílias com moradia. Foi reconhecido como quilombo por volta 1999. Possui em sua titulação 17.553 mil hectares de terras, que faz fronteira com a comunidade de Bailique e a comunidade de Nova América.

Os meios de transporte, até por volta de 1980, era utilizado cavalos para transportar a agricultura Familiar, depois foi introduzido bois e bicicletas. Atualmente utilizam-se muitas motos.

A energia elétrica chega por volta de 2006. Atualmente possui uma subestação, que a partir dela leva energia para a ilha do Marajó, através do linhão.

8. ANEXOS

ANEXO 01

TABELA 2: **PSE QUILOMBOLA/UFPA – VAGAS OFERTADAS POR CAMPUS/POLOS (2013-2021)**

UFPA - OFERTA DE VAGAS PSE QUILOMBOLA (2013-2021)		
TOTAL VAGAS	**DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR CAMPUS/POLOS**	
ANO 2013	**CAMPUS/POLOS**	**QTD VAGAS**
278 VAGAS	Abaetetuba	12 vagas
	Altamira	16 vagas
	Ananindeua	2 vagas
	Belém	180 vagas
	Bragança	16 vagas
	Breves	4 vagas
	Cametá	2 vagas
	Capanema	2 vagas
	Castanhal	20 vagas
	Soure	4 vagas
	Tucuruí	10 vagas
ANO 2014	**CAMPUS/POLOS**	**QTD VAGAS**
320 VAGAS	Abaetetuba	16 vagas
	Acará	2 vagas
	Altamira	8 vagas
	Ananindeua	6 vagas
	Baião	6 vagas
	Belém	188 vagas
	Bragança	16 vagas
	Brasil Novo	2 vagas
	Breu Branco	2 vagas
	Breves	6 vagas
	Cametá	14 vagas
	Capanema	8 vagas
	Castanhal	22 vagas
	Melgaço	2 vagas
	Salinópoles	4 vagas
	Sen. José Porfírio	2 vagas
	Soure	4 vagas
	Tucuruí	10 vagas
	Uruará	2 vagas
ANO 2015	**CAMPUS/POLOS**	**QTD VAGAS**
	Abaetetuba	12 vagas
	Altamira	14 vagas

336 VAGAS	Ananindeua	14 vags
	Augusto Correa	2 vagas
	Belém	194 vagas
	Bragança	14 vagas
	Breves	8 vagas
	Cametá	20 vagas
	Capanema	2 vagas
	Castanhal	20 vagas
	Limoeiro do Ajurú	2 vagas
	Mãe do Rio	2 vagas
	Melgaço	2 vagas
	Mocajuba	4 vagas
	Oeiras do Pará	4 vagas
	Salinópoles	4 vagas
	Soure	4 vagas
	Tucuruí	12 vagas
	Uruará	2 vagas
ANO 2016	**CAMPUS/POLOS**	**QTD VAGAS**
352 VAGAS	Abaetetuba	16 vagas
	Altamira	18 vagas
	Ananindeua	14 vagas
	Bagre	2 vagas
	Baião	2 vagas
	Belém	194 vagas
	Bragança	14 vagas
	Breves	12 vagas
	Cametá	16 vagas
	Capanema	6 vagas
	Castanhal	22 vagas
	Limoeiro do Ajurú	4 vagas
	Mocajuba	2 vagas
	Oeiras do Pará	2 vagas
	Porto de Moz	2 vagas
	Salinópoles	6 vagas
	Soure	6 vagas
	Tomé-Açu	4 vagas
	Tucuruí	10 vagas
ANO 2017	**CAMPUS/POLOS**	**QTD VAGAS**
354 VAGAS	Abaetetuba	12 vagas
	Altamira	16 vagas
	Ananindeua	10 vagas
	Baião	2 vagas
	Belém	206 vagas
	Bragança	14 vagas
	Breves	10 vagas
	Cametá	18 vagas

	Capanema	4 vagas
	Castanhal	18 vagas
	Curuçá	4 vagas
	Limoeiro do Ajurú	2 vagas
	Mãe do Rio	4 vagas
	Mocajuba	2 vagas
	Oeiras do Pará	6 vagas
	Salinópoles	6 vagas
	Soure	6 vagas
	Santa Luzia	2 vagas
	Tomé-Açu	2 vagas
	Tucuruí	10 vagas
ANO 2018	**CAMPUS/POLOS**	**QTD VAGAS**
308 VAGAS	Abaetetuba	14 vagas
	Altamira	14 vagas
	Ananindeua	12 vagas
	Belém	192 vagas
	Bragança	16 vagas
	Breves	10 vagas
	Cametá	14 vagas
	Castanhal	16 vagas
	Salinópoles	6 vagas
	Soure	4 vagas
	Tucuruí	10 vagas
ANO 2019	**CAMPUS/POLOS**	**QTD VAGAS**
728 VAGAS	Abaetetuba	18 vagas
	Altamira	16 vagas
	Ananindeua	14 vagas
	Belém	152 vagas
	Bragança	16 vagas
	Breves	8 vagas
	Cametá	14 vagas
	Capanema	2 vagas
	Castanhal	16 vagas
	Salinópoles	16 vagas
	Soure	4 vagas
	Tucuruí	10 vagas
ANO 2021.1	**CAMPUS/POLOS**	**QTD VAGAS**
168 VAGAS	Abaetetuba	18 vagas
	Altamira	6 vagas
	Belém	100 vagas
	Breves	6 vagas
	Cametá	18 vagas
	Castanhal	12 vagas
	Soure	2 vagas

	Tucuruí	4 vagas
ANO 2021.2	**CAMPUS/POLOS**	**QTD VAGAS**
354 VAGAS	Abaetetuba	24 vagas
	Altamira	18 vagas
	Ananindeua	18 vagas
	Belém	260 vagas
	Bragança	18 vagas
	Breves	12 vagas
	Cametá	22 vagas
	Castanhal	20 vagas
	Salinópoles	8 vagas
	Soure	4 vagas
	Tucuruí	10 vagas
	TOTAL VAGAS	**2.788 VAGAS**

Fonte: Centro de Processos Seletivos - CEPS/UFPA. Disponível em: http://www.ceps.ufpa.br.

ANEXO 02

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE IGARAPÉ -PRETO À BAIXINHA-ARQIB
Endereço: Vila de igarapé-Preto/Oeiras-PA
CNPJ:03.759.864/0001- 80 Email:associacaoarqib@gmail.com

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE IGARAPÉ-PRETO À BAIXINHA

No dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e um, às oito e meia da manhã, na sede da ARQIB, vila de Igarapé-preto, teve início a Assembleia Extraordinária das Eleições da ARQIB. De início, foram acolhidos os sócios e realizada a leitura do Edital de convocação e os artigos do Estatuto da ARQIB que regem a eleição, leitura essa feita pela presidente da comissão Eleitoral, a senhora Sandy Corrêa. Feito isso, seguiu-se com a leitura do cronograma eleitoral para assim eleger por aclamação a única chapa composta da posse a nova Diretoria Executiva da Associação para mandato de 04 (quatro) anos (2022 á 2025) que ficou assim composta: **Presidente: Marinilva Arnaud Martins**, brasileira, paraense, solteira, agricultora familiar residente e domiciliada na comunidade de Igarapé-preto,CPF n°:639.532.932-49 e RG n°:3635490-PA, **Vice Presidente: Edna Maria Pinto Martins,** brasileira, paraense, solteira, agricultora familiar, residente na Comunidade de Varginha, CPF n°: 357.162.742-34 e RG n°:1997970-PA, **Secretária: Emanuele de Cássia Rodrigues Rodrigues**, brasileira, paraense, solteira, fisioterapeuta, residente e domiciliada na comunidade de Teófilo,CPF n° 012931812-42 e RG n°6603633, **Segunda Secretária: Tercia de Jesus Benchimol Martins**, agricultora familiar, brasileira, paraense, solteira, domiciliada na Comunidade de Pampolônia CPF n°:003769432-92 e RG n°:5920858, **Primeiro Tesoureiro: Dênice de Brito Gonçalves**, brasileiro, paraense, solteiro,agricultor familiar, residente e domiciliado na comunidade de Cupú, CPF n°77507215253 e RG:4841199, **Segundo Tesoureiro: Maurício**

Baia da Silva, Brasileiro, solteiro, pescador artesanal residente e domiciliado na Comunidade de Baixinha CPF n°660.337.132-49 e RG:3055328, **Coordenador de Preservação: Gaspar Barros Dutra,** brasileiro, paraense, casado residente e domiciliado na comunidade de campelo,CPF n°021.000.812-17 e RG n°7117275,**Suplente: Januário Ramos Gonçalves**, paraense, agricultor, solteiro, residente e domiciliado na comunidade de Taperuçu, CPF n°:680320212-72 e RG n°:3973860-PA, **Coordenador de patrimônio: Lourenço Basílio da Rocha,** brasileiro, paraense, solteiro, agricultor, domiciliado na comunidade do Carará, CPF:041.762.162-04 e RG:3629845-Pa, **Coordenador de Articulação**: **Ecleid Reniere Ferreira Pastana**, brasileiro, paraense, pescador artesanal, domiciliado na comunidade de Araquembaua CPF: 000.791.822-40 RG:5203475-PA, **Coordenador de Cultura; Djalma Pereira Ramalho,** brasileiro, paraense, divorciado, pedagogo, residente na Comunidade de Igarapezinho CPF: 269.057.952-91 e RG: 1760547-PA, **Suplente: Geovanildo dos Prazeres Bahia**, brasileiro, paraense, solteiro, agricultor, residente na comunidade de França CPF: 961.888.472-49 e RG:5965584-PA. Aclamada e eleita a chapa única, a comissão fez algumas considerações e passou a fala ao ex-presidente da ARQIB, Elpídio da Glória Torres, que parabenizou o trabalho da comissão eleitoral e incentivou e parabenizou também a chapa eleita, bem como falou um pouco de sua trajetória e trabalho na associação. Após a fala do ex-presidente, foi passada a fala para a presidente eleita, Marinilva Martins, que fez seu agradecimento e explicou o processo feito até a eleição. Em seguida foi chamada toda a chapa à frente, juntamente com os membros presentes que farão parte da diretoria e conselho fiscal da ARQIB. Houve um questionamento a respeito dos demais conselheiros que não fizeram presentes, se haveria outro momento para apresentá-los. A presidente da comissão esclareceu que essa questão ficará por conta da diretoria eleita, que a comissão estava entregando, visto que, havia concluído a sua missão. Feito o esclarecimento, foi aberto o espaço para que os demais integrantes da chapa eleita fizessem suas colocações e seus agradecimentos. Todos ressaltaram as dificuldades, lutas e problemas enfrentados, bem como deixaram claro que não medirão esforços para a nova missão assumida. Encerradas as falas da nova diretoria, foi aberto espaço para as lideranças das comunidades contribuírem com a sua fala. Sr. Antônio Teixeira, coordenador da

comunidade de Igarapé-Preto iniciou incentivando a nova direção para que não se deixem abalar pelas críticas e assim possam fazer um bom trabalho. O sr. Manoel Cassiano de Lima, representante da comunidade de taperuçu, também fez sua fala parabenizando os novos diretores. Sem mais lideranças, foi aberto o espaço para os outros associados falarem, sendo o primeiro Valder Lopes, que fez colocações a respeito da busca de desenvolvimento para o nosso território. Ainda surgiram dúvidas a respeito do conselho fiscal e mais uma vez foi esclarecido que as demais pessoas que não conseguiram concluir os prazos para a formação da segunda chapa, automaticamente assumem o conselho fiscal, mas caso esses não o façam se cumpriria o que diz o artigo 42 do estatuto da ARQIB. A composição do Conselho Fiscal deu-se com os demais 12 integrantes indicados pelas comunidades ficando o mesmo Constituído da seguinte forma: **Primeiro Conselheiro**: **José Augusto Rodrigues da Silva,** brasileiro, paraense, casado, pescador artesanal, residente na comunidade de Baixinha, CPF:586.693.102-87 e RG: 2922373, **Segunda Conselheira: Marcia dos Santos Martins**, brasileira, paraense, pescadora, solteira, domiciliada na Comunidade de Igarapé-preto CPF:006.846.612-92 RG:6394781, **Terceiro Conselheiro: Manoel Cassiano de Lima**, brasileiro, paraense, solteiro, agricultor, residente na Comunidade de Taperuçu CPF:355177942-20 e RG:1958149, **Quarto Conselheiro: Sandra Maria Pinto Martins,** brasileira, paraense solteira, agricultora, domiciliada na Comunidade de Pampolônia, RG: 4010061 e CPF:002.788.602-65, **Quinto Conselheiro: Alex Maciel Gomes Campelo**, brasileiro, solteiro, pescador, domiciliado na Comunidade de Varginha, CPF n°: 607.090.812-00 e RG:7117275, **Sexto Conselheiro: Carlos Alberto Pereira Demétrio,** brasileiro, paraense, casado, pescador, domiciliado na Comunidade de Teófilo, CPF:356.969.902-15 e RG:1992069.Como **Primeiro Suplente: Claudilene Sacramento da Rocha,** brasileira, paraense, agricultora familiar, solteira domiciliada na comunidade de França, CPF:008.915.552-18 e RG: 6453265, **Segundo suplente: Luciano Ferreira,** brasileiro, paraense, solteiro, estudante, domiciliado na comunidade de Araquembaua, CPF: 018.760.702-85 e RG: 6913873, **Terceiro Suplente: Lucivalda Braga Pinto**: Agricultora, domiciliada na comunidade de Cupú, CPF: 702.740.502-42 e RG:8076921, **Quarto Suplente: Raimundo Barroso Rodrigues,** brasileiro, paraense, solteiro, Agricultor,

domiciliado na comunidade de Igarapezinho, RG:3017272 e CPF:628.356.962-53, **Quinto Suplente: Dagoberto de Carvalho Lopes**, brasileiro, paraense, solteiro, agricultor, familiar, domiciliado na comunidade de Carará CPF:706.087.362-79 RG:7951149 , **Sexto suplente: Manoel campos Fonseca**, agricultor, residente na comunidade de Campelo, CPF046.679.672-26 e RG:7941324. Não havendo nada mais a ser tratado, a presidente da comissão encerrou a reunião e então a ata foi lavrada e assinada por mim, Layse Grazielle Rodrigues Rodrigues, pela presidente da Comissão Eleitoral e pelos demais presentes na lista de frequência.

Layse Grazielle R. Rodrigues
Layse Grazielle Rodrigues Rodrigues
Sócia e Redatora da ATA

Sandy Corrêa de Souza
Sandy Correa de Souza
Presidente da Comissão Eleitoral

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE BAIÃO – ESTADO DO PARÁ
AVENIDA DR. GETÚLIO VARGAS, nº 262- CENTRO
E-mail: cartorio.baiao@hotmail.com

Título apresentado em 07/01/2022
APONTADO SOB O Nº 689; Fls. 01; LIVRO A-02
AVERBAÇÃO SOB O Nº AV.2-655; FLS. 87; LIVRO nº A-2

Baião-PA, 07 de janeiro de 2022

Helena Sousa Feitosa – Oficial Substituta

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
ATO GERAL
Série: I
Nº 000.282.149
Série: I
Nº 000.282.150
Nº 000.282.151
Série: I
Nº 000.282.152
Nº 000.282.153
Nº 000.282.154
Nº 000.282.155
Nº 000.282.156

ANEXO 03

"ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTE DE QUILOMBO DE IGARAPÉ PRETO Á BAIXINHA"

(ARQIB)

ESTATUTO SOCIAL

Reformado no dia 26 de Abril de 2017.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINS.

Art. 1º - A "**Associação dos Remanescente de Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha**", identificada com a sigla **ARQIB**, fundada em 17 de outubro de 1999 é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, estabelecida em sua sede na Comunidade de Igarapé Preto, município de Baião – Pará, com Fórum na Comarca do Município de Baião, Estado do Pará. E com prazo indeterminado de duração, regendo-se pelo presente Estatuto, pelo regimento interno e pelas disposições legais pertinentes.

§ 1º - A **ARQIB** tem como área de atuação as terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos de Campelo, Pampelônia, Varginha, Itaperuçu, Araquembaua, Baixinha, França, Cupu, Igarapé Preto, Igarapezinho, no município de Baião; Teófilo e Carará no município de Oeiras do Pará; das quais é sua legítima proprietária por expressa disposição legal.

§ 2º - As terras de propriedade da **ARQIB não** podem ser vendidas, arrendadas ou loteadas, devendo ser utilizadas pelos Associados para a sua subsistência de forma autossustentável garantindo-se a preservação do meio ambiente.

§ 3º - As terras de propriedade da **ARQIB** poderão ser utilizados por remanescentes de quilombo de outras comunidades, desde que autorizados pela Assembleia Geral e que respeitem o presente Estatuto.

Art. 2º - A **ARQIB** tem como objetivos permanentes:

I – Administrar as terras ocupadas e de propriedade das comunidades remanescentes de quilombo de Campelo, Pompelônia, Varginha, Itaperuçu, Araquembaua, Baixinha, França, Cupu, Igarapé Preto, Igarapezinho, Teófilo e Carará;

II – Representar e defender os interesses das comunidades remanescentes de quilombo relacionadas no inciso anterior;

III – A defesa e a preservação do meio ambiente das áreas mencionadas do inciso I deste artigo, podendo para tanto, mover ação civil pública;

IV – Outros objetivos que não conflitem com o presente Estatuto;

V - Planejar, instrumentar e executar programas voltados aos direitos das Comunidades Quilombolas, promovendo a educação, saúde, cultura, esporte, lazer, saneamento, ocupação e renda, assistência técnicas para plantações e criações, podendo para tanto contrair financiamentos, empréstimos e firmar convênios com entidades públicas e privadas;

VI - Os financiamentos e empréstimos poderão ser individuais para cada associado ou de forma coletiva em nome da associação em benefício dos associados;

Cleidenilson A. P...
Advogado
OAB/PA 11.8...

VII - Prestar serviços que possam contribuir para fomento e racionalização das atividades agropecuária e defesa das atividades econômicas, sócias e culturais de seus associados;

VIII - Fomentar e desenvolver áreas de produção dos associados e do coletivo visando o melhoramento da produtividade e o aumento da produção com o respeito sustentável dos recursos naturais;

IX - Beneficiamento e processamento artesanal e industrial de produtos da Agricultura familiar;

X - Produção, beneficiamento e venda dos produtos da Agricultura Familiar no varejo e no atacado;

XI - Criação racional de pescado e pesca artesanal voltada para comercialização no varejo;

XII - Habitação de Interesse Social.

§ 1º - Esta Associação não distribuirá entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integramente na consecução de sua finalidade.

§ 2º - No desenvolvimento de suas atividades, esta associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação entre seus associados.

§ 3º - A fim de cumprir suas finalidades, a entidade poderá se organizar em tantas unidades quantas forem necessárias, a critério da assembleia geral.

CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS

Art. 3º. Esta Associação é constituída por número de associados, que desejam cooperar com os seus fins e aceite as disposições deste Estatuto, sendo distribuídos nas seguintes categorias.

I – Associados efetivos: As pessoas físicas que participaram da Assembleia de fundação e assinaram a respectiva ata e os associados que posteriormente se associarem e, após devidamente esclarecidos, aceitarem os estatutos e os compromissos da associação;

II – Associados contribuintes: Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que colaborem para a realização dos objetivos da entidade e contribuírem com quantia financeira de forma espontânea;

Cleidenilson L. Pa[illegible]a
Advogado
OAB/PA 11.846

– Associados participantes: Aqueles que participarem ativa e graciosamente das atividades da entidade, oferecendo o apoio material e/ou seus serviços.

Parágrafo Único – Somente os associados efetivos terão voz e voto nas assembleias gerais e poderão ser eleitos para os cargos administrativos da entidade. Os demais associados somente terão direito a voz.

SESSÃO I
CRITÉRIOS PARA ADMISSÃO E DEMISSÃO

Art. 4º - São considerados associados os indivíduos que integram e/ou vierem a integrar as comunidades remanescentes de quilombos Campelo, 'Pampelônia, Varginha, Itaperuçu, Araquembaua, Baixinha, França, Cupu, Igarapé Preto, Igarapezinho, Teófilo, Carará.

Parágrafo Único – A inclusão de novos associados dar-se-á mediante solicitação à diretoria executiva e referendada pela Assembleia Geral da Associação.

Art. 5º - Os associados poderão ser demitidos ou excluídos do quadro social quando:

I – Deixar de residir nas comunidades remanescentes de quilombos abrangida pela área de atuação da Associação, por dez anos consecutivos;

II – Depredar ou extraviar qualquer bem ou patrimônio da Associação;

III – Deixar de participar de 03 (três) assembleias consecutivas, sem motivo justificado;

IV – Atrasar sua mensalidade por mais de 90 (noventa) dias;

V – Desrespeitar este estatuto ou as deliberações de assembleia geral;

VI – A seu pedido, por escrito, o que não poderá ser negado.

§ 1º - A demissão ou exclusão de associado será decidida pela diretoria, cabendo recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, para a assembleia geral, garantido a ampla defesa.

§ 2º - O associado demitido ou excluído poderá ser reintegrado ao quadro social, a juízo da assembleia geral ou quitando seus débitos, quando se tratar de atraso de mensalidade.

§ 3º - Os associados não terão qualquer direito no caso de retirada ou exclusão do quadro social e não receberão renumeração ou honorários por serviços ou trabalhos realizados, ressalvado o direito de indenização sobre a sua posse e benfeitorias.

Cleidenilson L. P.
Advogado
OAB/PA 11.846

§ 4º - As obrigações dos associados falecidos contraídas com a associação e as oriundas de suas responsabilidades como associados, passarão a seus herdeiros, no limite do valor da herança recebida.

SEÇÃO II
DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 6º. São direitos comuns a todos os sócios:

I – Participar de todas as atividades desenvolvidas pela associação;

II – Ser informado de todos os serviços oferecidos pela associação, bem como, de todos os seus documentos e escrituração;

III – Solicitar esclarecimentos, por escrito ou verbal sobre as atividades da associação;

IV – Propor ações que visem à melhoria do atendimento ou desempenho dos fins da associação.

Art. 7º - São direitos privativos dos associados efetivos:

I – Tomar parte, votar e ser votado, nas assembleias;

II – Convocar a assembleia geral, desde que o interesse na realização da mesma, seja de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais;

III – Os associados efetivos e seus herdeiros têm igualdade de direitos de direitos sobre as terras de propriedade da **ARQIB;**

IV – Direito a participar das atividades de agricultura, caça, pesca e coleta, desde que de forma não predatória.

§ 1º - As áreas de moradia e de trabalho de cada associado serão respeitadas mesmo em caso de sua ausência.

§ 2º - Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido conferido, salvo nos casos e forma previstos em Lei ou neste estatuto.

Art. 8º - São deveres dos associados:

I – Cumprir as disposições do presente Estatuto, dos Regimentos Internos e as que forem aprovadas pela Diretoria e o Conselho da **ARQIB,** desde que as mesmas não prejudiquem os Associados;

Cleidenilson L. P...
Advogado

II – Colaborar com a **ARQIB** dentro de seus objetivos, participando das reuniões e atividades;

III – Respeitar e zelar pelo patrimônio da **ARQIB;**

IV – Preservar as terras e os demais recursos naturais de propriedade da **ARQIB,** evitando a destruição do meio ambiente;

V – Fiscalizar e denunciar junto à Diretoria e Conselho a invasão das áreas de propriedade da **ARQIB** por empresas e pessoas não autorizadas;

VI – Levar ao conhecimento da Diretoria e do Conselho fatos que venham ferir o presente Estatuto;

VII – Respeitar os membros do Conselho e da Diretoria;

VIII – Respeitar as decisões da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 9º - São órgãos da **ARQIB:**

I – Assembleias;

II – Diretoria;

III – Conselho.

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10 – A assembleia geral, composta por todos os associados que estiverem quites com suas obrigações, é o órgão máximo de deliberação e soberano em suas decisões que não contrariem o presente Estatuto.

Art. 11 – A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano para avaliar e programar os trabalhos da **ARQIB** e será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, através de Edital de Convocação ou através de comunicado individualmente a cada associado.

Art. 12 – A assembleia geral reunir-se-á, extraordinariamente, por convocação do presidente, da maioria da diretoria e/ou do conselho ou ainda, por 1/5 (um quinto) de seus associados quites com suas obrigações sociais.

Cleidenilson P.
Advogado
OAB/PA 11.846

Art. 13 – Quando a assembleia geral extraordinária for convocada por 1/5 (um quinto) dos associados quites, o presidente terá o prazo de 15 dias, a partir da data da entrada do requerimento na secretaria, para publicar o edital de convocação, caso não o faça, os requerentes publicam o referido edital e realizarão a assembleia, a qual só poderá tratar dos assuntos constantes do Edital.

Art. 14 – As assembleias gerais ordinárias ou extraordinária iniciarão seus trabalhos, em primeira convocação, com metade mais um dos associados quites e a partir da segunda convocação com 1/3 (um terço), no mínimo, de seus associados e poderão tratar de quaisquer assuntos constantes como ponto de pauta no edital de convocação.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA

Art. 15 – A diretoria será eleita pela assembleia geral, em votação aberta ou secreta, conforme aprovado pela comissão eleitoral, que será escolhida em assembleia geral com a finalidade especifica de conduzir o processo eleitoral e dar posse à Nova Diretoria.

Art. 16 – A diretoria é formada por 12 (doze) associados efetivos, sendo um de cada comunidade remanescente de quilombo representada pela **ARQIB,** para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo composta pelos seguintes cargos.

I – Presidente;

II – Vice-presidente;

III – 1º Tesoureiro;

IV – 2º Tesoureiro;

V – 1º Secretário;

VI – 2º Secretário;

VII - 1º Coordenador de Articulação;

VIII – 2º Coordenador de Articulação;

IX – 1º Coordenador de Preservação;

X – 2º Coordenador de Preservação;

XI – Coordenador de Cultura;

XII – Coordenador de Patrimônio.

Parágrafo Único – É permitida a reeleição da diretoria.

Cleidenilson L. P... Advog...

Art. 17 – Os diretores e membros do conselho não serão remunerados por suas atividades, no exercício do mandato para o qual forem eleitos.

Art. 18 – Em caso extraordinário, a Assembleia Geral poderá estabelecer uma ajuda de custo para a diretoria, por seus serviços prestados à associação.

Art. 19 – A diretoria reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente quando necessário.

SEÇÃO III
DO CONSELHO

Art. 20 – Conselho será eleito pela Assembleia Geral juntamente com a diretoria e terá mandato coincidente com o desta, sendo composto por 12 (doze) membros, sendo um representante de cada comunidade remanescente de quilombo integrante da **ARQIB.**

Art. 21 – O Conselho se reunirá ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 22 – O Conselho e a Diretoria poderão fazer reuniões conjuntas para deliberarem sobre assuntos relevantes da associação, com a presidência de qualquer conselho.

Art. 23 – As decisões do Conselho e da Diretoria serão tomadas por maioria simples dos associado

Art. 24 – O Conselho e a Diretoria serão regidos por um [Regimento Interno] a ser aprovado em Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 25 – É de competência exclusiva da Assembleia Geral a deliberação dos seguintes assuntos:

I – Eleição da diretoria e conselho;

II – Destituição ou recomposição dos membros da diretoria e do conselho;

III – Demissão ou exclusão dos associados;

IV – Aprovação do Balanço e da prestação de contas;

V – Dissolução ou mudança dos objetivos da associação;

VI – Alteração do presente Estatuto Social;

VII – Aprovação do regimento interno e regulamento das eleições;

VIII – Deliberar sobre os assuntos de interesse da **ARQIB** e de seus associados, desde que constantes dos respectivos editais de convocação.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem os incisos **II, V e VI** é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terço) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 26 – Compete à diretoria:

I – Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho;

II – Administrar e zelar pelo patrimônio da associação garantido a sua utilização para o cumprimento das deliberações da assembleia geral;

III – Fazer o balanço anual de suas atividades;

IV – Divulgar e informar os associados sobre sua programações;

V – Fornecer aos demais órgãos da associação todas as informações e documentos por eles solicitados;

VI - Submeter sua prestação de contas ao Conselho e a Assembleia Geral;

VII – Elaborar e executar os programas e projetos da **ARQIB;**

VIII – Receber as contribuições e doações em nome da **ARQIB;**

IX – Encaminhar à Assembleia Geral os casos omissos ou não previstos no presente Estatuto.

Art. 27 – São atribuições do Presidente:

I – Representar a associação junto aos órgãos públicos e privados, judicial ou extrajudicialmente, ativa e passivamente, podendo delegar poderes;

II – Convocar as reuniões da diretoria ou da assembleia geral e presidi-las;

III – Assinar as atas, projetos, livros e outros documentos, juntamente com o 1º secretário;

IV – Movimentar conta bancária, assinar cheques e outros documentos de constituição de crédito ou débito em nome da associação, em conjunto com 1º tesoureiro;

V – Administrar e zelar pelo patrimônio da associação, em conjunto com o coordenador de patrimônio;

VI – Contratar os funcionários, assessores ou prestadores de serviços da associação;

Cleidenilson L.
Advo

VII – Elaborar e coordenar os projetos de trabalho da **ARQIB**, contando com auxílio do Vice-Presidente, Secretário e do Tesoureiro;

VIII – Coordenar os trabalhos de elaboração de relatórios de atividades, contando com o auxílio do secretário;

Art. 28 – Compete ao Vice-Presidente:

I – Auxiliar o presidente em suas funções;

II – Substituir o presidente em caso de afastamentos, impedimentos ou vacância do cargo,

Art. 29 – Compete ao primeiro secretário:

I – Preparar, encaminhar e receber à correspondência e o expediente da associação;

II – Organizar e ter sob sua guarda o arquivo da associação;

III – Redigir as atas, resolução e outros documentos emanados da assembleia geral e da diretoria;

IV – Secretariar as reuniões da diretoria e da assembleia geral;

V – Auxiliar o Presidente na elaboração de projetos de trabalho e dos relatórios de atividades da **ARQIB**.

Art. 30 – Compete ao primeiro tesouro;

I – Ter sob sua guarda e responsabilidade o livro caixa e todos os demais documentos referentes a contabilidade da associação;

II – Efetuar pagamentos de contas e recebimentos de créditos, abrir e movimentar conta bancária, em conjunto com o presidente.

III – Preparar a prestação de contas e o relatório financeiro para ser apresentado ao conselho fiscal e a assembleia geral;

IV – Providenciar o balanço anual e apresentar à assembleia geral;

V – Gerenciar os recursos da **ARQIB**, contando com auxílio do coordenador de patrimônio.

VI – Auxiliar o presidente na elaboração dos projetos de trabalho da **ARQIB**.

Art. 31 – Ao 2º secretário e ao 2º tesoureiro compete:

I – Auxiliar os titulares em suas funções;

II – Substituir a os titulares dos cargos em seus afastamentos, impedimentos ou vacância do cargo.

Art. 32 – São atribuições do coordenador de patrimônio:

I – Administrar, zelar e responsabilizar-se pelo patrimônio da associação, sejam bens móveis, imóveis, utensílios e outros materiais, promovendo a apuração da responsabilidade das pessoas que por dolo ou culpa, causarem prejuízo ao patrimônio da associação;

II – Administrar a sede da **ARQIB**.

III – Auxiliar o tesoureiro na gestão dos recursos da **ARQIB** e na elaboração dos relatórios financeiros e também na organização dos balanços e contas da entidade.

IV – Manter em dia e em prefeita ordem o fichário geral dos bens patrimoniais da associação, anotando periodicamente os objetos inutilizados pelo uso ou pela ação do tempo.

Art. 33 – São atribuições dos coordenadores de articulação:

I – Garantir a articulação entre as comunidades remanescentes de quilombo integrantes da **ARQIB**, contando com o apoio do coordenador de cultura;

II – Garantir a articulação entre os integrantes da diretoria e do conselho;

III – Garantir a articulação da **ARQIB** com demais entidades similares.

Art. 34 – São atribuições do coordenador de cultura:

I – Incentivar e apoiar as manifestações culturais das comunidades remanescentes de quilombo, integrantes da **ARQIB**.

II – Produzir material de divulgação e informação, à cerca do trabalho da **ARQIB**;

III – Auxiliar o coordenador de articulação na garantia de articulação entre as comunidades remanescentes de quilombo integrantes da **ARQIB**.

Art. 35 – São atribuições do coordenador de preservação;

I – Zelar pela preservação da área remanescente de quilombo da **ARQIB**.

II – Levar até o conhecimento da diretoria e do conselho as ameaças verificadas ao meio ambiente e sugestão de medidas a serem tomadas para evitar danos ambientais.

III – Executar as medidas decididas pela diretoria e/ou conselho, visando preservar as áreas remanescentes de quilombo, contando com o apoio do coordenador de patrimônio.

Art. 36 – Ao conselho compete:

I – Examinar os balancetes, o relatório financeiro, as prestações de contas, o balanço anual e a documentação respectiva;

II – Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da associação;

III – Fiscalizar a execução orçamentária, podendo examinar livros e documentos contábeis;

IV – Dar sugestões de como melhor gerenciar o patrimônio da associação.

V – Auxiliar a diretoria na administração da **ARQIB**.

VI – Resolva conflitos envolvendo os associados e a diretoria;

VII – Convocar a assembleia Geral.

CAPITULO VI
DO PATRIMÔNIO E FONTES DE RECURSOS PARA A SUA MANUNTEÇÃO

Art. 37 – O patrimônio desta associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e título da dívida pública

Art. 38 – Constitui fontes de recurso para a manutenção desta associação;

I – A contribuição mensal dos associados que será aprovada pela assembleia geral;

II- As doações de pessoas físicas ou jurídicas;

III – Os bens e valores adquiridos e as rendas por eles produzidos;

IV – Recursos proveniente de convênios firmados com entidade públicas ou privadas;

V – Subvenções de órgãos públicos.

CAPÍTULO VII
DA PERDA DO MANDATO

Art. 39 – A eleição da diretoria e do conselho, dar-se-á em assembleia geral, convocada nos termos deste estatuto.

Art. 40 – Havendo mais de uma chapa, a eleição será decretada, entretanto, havendo somente uma chapa será pelo processo aberto e por aclamação. Nos dois casos a posse da nova diretoria acontecerá, imediatamente, após o término da apuração dos votos.

Art. 41 – Em caso de empate, será convocado um segundo turno, no qual concorrerão somente as duas chapas mais votadas.

Art. 42 – Em caso de vacância ou renúncia coletiva, será convocada a Assembleia Geral que elegerá uma comissão provisória para administrar a associação e promover novo processo eleitoral num período de 90 (noventa) dias.

Cleidenilson D. P.
Advogado

Art. 43 – Se o regulamento eleitoral não determinar outro prazo, a inscrição de chapa será apresentada, mediante requerimento, à comissão eleitoral, 30 (trinta) dias antes da assembleia geral que elegerá a nova diretoria.

Art. 44- Somente poderão concorrer a cargos na diretoria e conselho os associados que preencham os seguintes requisitos:

I – Está associado à entidade há pelo menos 90 (noventa) dias antes do pleito; pelo menos 1 ano

II – Ser associado efetivo em pleno gozo de seus direitos;

III – Não tenha lesado o patrimônio de nenhuma outra entidade associativa.

Art. 45 – Esta entidade terá um Regulamento Eleitoral, aprovado em assembleia geral, que regula todo o processo eleitoral.

CAPÍTULO VII
DA PERDA DO MANDATO

Art. 46 – Os membros da diretoria e do conselho e do conselho perderão o mandato, a juízo da assembleia geral, nos seguintes casos:

I – Malversação de verbas ou dilapidação do patrimônio da entidade;

II – Grave violação deste estatuto das deliberações da assembleia geral ou do conselho;

III – Abandono de cargo;

IV – Afastamento do cargo sem justificativa.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47 – Serão tomadas por escrutínio secreto as seguintes deliberações da Assembleia Geral:

I – Eleição da diretoria, em caso de haver mais de uma chapa concorrendo;

II – Julgamento de perda de mandato dos diretores e demissão ou exclusão de associados;

III – Mudança dos objetivos sociais ou extinção da associação;

IV – Alteração do presente estatuto.

Cleidenilson L. P.
Advogado
OAB/MA

Art. 48 – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais assumidas pela associação.

Art. 49 – A mudança dos objetivos e a extinção desta entidade, somente se dará por deliberação da assembleia, convocada especialmente para esse fim, observado o disposto no artigo 22 deste Estatuto.

Art. 50 – Em caso de extinção ou dissolução desta associação, após o pagamento de todas as dívidas e da restituição das contribuições dos associados, em valores atualizados, o seu patrimônio será doado a uma entidade com fins não econômicos escolhida em assembleia.

Art. 51 – O presente estatuto poderá ser alterado ou reformado em assembleia geral, convocada especialmente para esse fim, observado o disposto em seu artigo 22, não podendo entretanto, ser alterado, nem mesmo parcialmente, os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 1º.

Art. 52 – Associação poderá celebrar convênios com entidades governamentais e não governamentais (ex: BASA, EMBRAPA, EMATER, INSS, INCRA, PREFEITURAS MUNICIPAIS E SECRETARIAS, GOVERNO ESTADUAL E SECRETARIAS; GOVERNO FEDERAL E MINISTÉRIOS E ETC), mas em hipótese alguma, poderá prestar aval ou qualquer garantia a título oneroso ou gratuito.

Art. 53 – A associação poderá ter um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 54 – O exercício social da associação é coincidente com o ano civil, com o seu encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 55 – Este estatuto entra em vigor na data de seu registro em Cartório e suas omissões serão resolvidas pela Assembleia Geral.

Igarapé Preto – Baião – Pá, 26 de Abril de 2017.

1RO. AMADEU SANTOS
ÚNICO OFÍCIO

Elpídio da Glória Torres
Presidente

Visto:

Cleidenilson Lemos Pantoja
Advogado – OAB/PA nº 11846

17 OUT 2018

nº 021.174.900

ANEXO 04

Ata de fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro (ACORQBU)

Aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e nove, as dez horas da manhã, no salão Comunitário da Santíssima Trindade, na Vila de Umarizal Beira (município de Baião - Pará) reuniram se em assembléia as comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro. O Sr. Narciso Viera Ramos abriu os trabalhos lendo o convite para a participação na Assembléia de fundação da Associação das comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro. Em seguida foi explicado o que significa Remanescentes de Quilombo. Posteriormente foi lido e aprovado o Estatuto da Associação das comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro (ACORQBU). Em seguida foi realizada a escolha da Coordenação e do Conselho Fiscal da ACORQBU) tendo sido eleitos os senhores: Narciso Viera Ramos (Coordenador Geral - efetivo) e José Maria dos Santos (Coordenador Geral - suplente); Divaldo Vieira (Coordenador de Secretaria - efetivo) e Manoel Maria Maria Neri da Silva (suplente); Raimundo Sales Moreira (Coordenador de Finança - efetivo) e Benedito Pinheiro (suplente); Altino da Trindade (Coordenador de Patrimônio - efetivo) e Mateus Teixeira (suplente); Victor Medeiros (Coordenador de Articulação - efetivo) e José Danilo Medeiros (suplente); Gilson Nunes C. da Costa (Coordenador de Cultura - efetivo) e José Antônio Rocha (suplente); André Pinheiro Gomes (Coordenador de Preservação do Meio Ambiente- efetivo) e Raimundo Vieira (suplente). Como membros do Conselho Fiscal foram eleitos os senhores: Raimundo Ferreira, José Ribamar Carvalho, Nasson Garcia Ramos, Inácio Gonçalves, Alcindo Vieira Cruz, Eulália Serrão, Valter Ferreira (efetivos) e os senhores Joel Arthur da Rocha, Isauro Vieira, Antônio Erdes Gonçalves da Conceição, Raimundo Nonato, Deuzarina Lopes da Trindade, Amilton Dias, Damásio Pinheiro (suplentes). Após a eleição da Coordenação e do Conselho Fiscal da Associação o Senhor Raimundo Melo Silva deu posse aos eleitos. Compareceram cento e vinte nove sócios que fizeram parte deste ato de fundação da ACORQBU. A presente ata foi elaborada assinada por mim, Raimundo Melo Silva e pelo senhor Coordenador Geral.

Raimundo de Melo e Silva.

Narciso Viera Ramos

Cartório Amadeu Santos
Único Ofício

CARTÓRIO DINIZ 2º OFÍCIO DE NOTAS
AV. NAZARÉ, 339 BELÉM PARÁ
FONES: 3212-2165/3212-1248-FAX 3212 707
AUTENTICO A PRESENTE COPIA CONFORME
ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU FÉ.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
AUTENTICAÇÃO
Nº 002.243.972

FIRMA REGISTRAD
Cartório Kós Miranda

CARTORIO "AMADEU SANTOS" - Único Ofício
Reconnecimento
Reconhecço a (S) Firma (S)
Indicada (S) Supra
Em Testemunho
Verdade. Baião (Pa), 22 /
Douglas Mac Artur de M. dos S. Brasil
CPF

ANEXO 05

"ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DE UMARIZAL BEIRA, UMARIZAL CENTRO, BOA VISTA, PARITÁ MIRI E FLORESTÃO"
(ACORQBU)

ESTATUTO SOCIAL

Atualizado de acordo com a lei n° 10.406/2002
"Novo Código Civil Brasileiro"

Ata da Assembleia geral extra ordinária do novo estatuto da Associação Quilombola de Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá-Miri e Florestão. ACORQBU.

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e quinze, às dez e meia da manhã (10:30 hs), local sede comunitária de Umarizal, endereço, Rua Santíssima Trindade S/Nº. No começo da discussão o senhor Narciso Vieira Ramos Coordenador Geral, deu inicio, chamando as pessoas para compor a mesa. A qual fizeram parte da mesa a senhora Maria Trindade, Tales Miranda, Pastor Antonio, Clodoaldo Menezes, Juscelino Balieiro, Narciso Vieira Ramos e Pastor Manoel Maria. Depois de composta a mesa foi lido o edital de convocação o qual constava o único ponto de pauta, alteração e ampliação do estatuto social. O senhor Narciso começou a leitura do novo estatuto, onde as pessoas no momento concordaram com as alterações do mesmo. O senhor Assunção fez uma pergunta sobre os moradores do Florestão, se estão de acordo ser Quilombola, onde foi explicado que sim. Em seguida encaminhado à votação que foi aprovada a proposta de alteração do estatuto por unanimidade, o coordenador geral agradeceu todos os presentes e para encerrar a assembleia passou a palavra para o Dr. Tales Miranda que parabenizou as pessoas presente e ainda explicou a importância do novo estatuto. E sem mais nada no momento eu, Maria Trindade Lopes lavrei esta ata que vai datada e assinada por mim e pelo coordenador geral.

Umarizal- Baião – Pará, 22 de março de 2015

Maria Trindade Lopes
secretaria

Narciso Vieira Ramos
coordenador geral

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINS.

Art. 1º - A **"Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão,** identificada com a sigla **ACORQBU,** fundada em 12 de outubro de 1999, é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, não fazendo distinção da condição social, credo religioso e partidos políticos, com sede estabelecida na Área Remanescentes de Quilombo na Vila de Umarizal Beira, a Rua Beira Rio, s/nº, Bairro Castanhal, Município de Baião, Estado do Pará, com foro na Comarca do Município de Baião e prazo indeterminado de duração, regendo-se pelo presente estatuto, pelo regimento interno e pelas disposições legais pertinentes.

Art. 2º - A associação é proprietária das terras ocupadas pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão, localizadas na margem esquerda do Rio Tocantins, na BR 222, Município de Baião, Estado do Pará, denominada Área Remanescente de Quilombo Tocantins.

§1º - As terras de propriedade da ACORQBU não podem ser vendidas, arrendadas ou loteadas.

§2º - As terras de propriedade da ACORQBU deverão ser utilizadas pelos associados para a sua subsistência de forma auto sustentável, garantindo-se a preservação do meio ambiente.

§3º - As terras de propriedade da ACORQBU poderão ser utilizadas por Remanescentes de Quilombos de outras comunidades desde que autorizadas pela associação e que respeitem o presente estatuto.

Art. 3º - A ACORQBU, tem como objetivos permanentes:

I – Administrar as terras de propriedade das comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão.
II – Representar os interesses das Comunidades.
III – Incentivar o desenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Tocantins.
IV – A celebração de convênios e parcerias, contratos, projetos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades, de empresas privadas, de pessoas físicas, de autarquias e de todos os órgãos e esferas do governo, para

aplicação em seus objetivos, em especial no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida da população: saúde, educação, moradia, arte, cultura, assistência social, meio ambiente, saneamento básico, infraestrutura, agricultura, piscicultura e outras ações de interesse comunitário.

V – A celebração dos financiamentos e empréstimos poderão ser individuais para cada associado ou de forma coletiva em nome da associação em benefício dos associados.

VI – A celebração do cumprimento das regras do regimento interno da presente Associação.

VII – A defesa e gestão ambiental e social dos recursos naturais renováveis e não renováveis dentro do território das Comunidades Remanescentes de Quilombo Tocantins com a promoção, busca e implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, reflorestamento, mineral, bem como do meio ambiente.

VIII – Políticas de defesa e proteção, dos lagos, nascentes dos igarapés e ressacas, cobrando dos poderes públicos responsabilidades e ações de revitalização e conservação da área afetada ambientalmente.

IX – Promover, buscar e implantar projetos habitacionais de casas populares, bem como de saneamento, de estradas e veículos para transportar os produtos e pessoas, visando a melhoria de vida dos seus sócios e moradores das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Tocantins.

X – Promover, buscar e implantar projetos na agricultura familiar de modernização, irrigação e a mecanização da mesma, bem como em relação a aquicultura e a piscicultura, a criação de peixes em tanque rede ou outro meio benéfico as Comunidades Quilombolas.

XI – Promoção de eventos de esporte, turismo e cultura, como festival quilombola, entre outros.

XII – Ajuizar ações judiciais em defesa do meio ambiente.

XIII – Buscar a segurança pública em defesa das Comunidades.

XIV – promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza.

XV – promoção da segurança alimentar e nutricional.

XVI – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades supra mencionadas.

XVII – Outros objetivos que não conflitem com o presente Estatuto.

§1° - Esta associação não distribuirá entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução de sua finalidade.

§2° - No desenvolvimento de suas atividades, esta associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação entre seus associados.
§3° - A fim de cumprir suas finalidades, a entidade poderá se organizar em tantas unidades quantas forem necessárias, a critério da assembléia geral.

CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS

Art. 4° - São considerados quilombolas os indivíduos que integrem e/ou vierem a integrar as comunidades remanescentes de Quilombos Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão e pertencerão a essa associação se vierem a se associar junto à ACORQBU.

I – Também poderão vir a se associar os indivíduos que já moraram (pertenciam) as Comunidades Quilombolas e que de alguma forma possuem ligações com as mesmas, seja através de laços de parentesco com membros das Comunidades, seja através da Cultura, de terra que cultivam, do esporte ou outras atividades que contribuam com o desenvolvimento das referidas Comunidades Quilombolas e essa ligação poderá atingir os descendentes até o 3° (quinto) grau.
II – Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da Associação.

Art. 5° - Será decidida pelo Conselho Fiscal a entrada de novos sócios.

Parágrafo Único: É garantida a entrada de sócios maiores de 14 (catorze) anos.

Art. 6° - Os associados, inclusive os que compõem a Coordenação e o Conselho Fiscal, não poderão receber nenhum tipo de remuneração pelo desempenho de funções na Associação.

Parágrafo Único – Os associados poderão, entretanto, ser reembolsados das despesas de alimentação, transporte e hospedagem, desde que realizadas no exercício de atividades de interesse da Associação.

Art. 7° - Esta associação é constituída por número ilimitado de associados, que desejam cooperar com os seus fins e aceite às disposições deste estatuto sendo distribuídos nas seguintes categorias:

I – Associados efetivos: As pessoas físicas que participaram da Assembléia de fundação e assinaram a respectiva ata e os associados que posteriormente se associarem e, após devidamente esclarecidos, aceitarem os estatutos e os compromissos da associação;
II – Associados contribuintes: Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que colaborem para a realização dos objetivos da entidade e contribuírem com quantia financeira de forma espontânea;
III – Associados participantes: Aqueles que participarem ativa e graciosamente das atividades da entidade, oferecendo o apoio material e/ou seus serviços.

Parágrafo Único – Somente os associados efetivos terão voz e voto nas assembléias gerais e poderão ser eleitos para os cargos administrativos da entidade. Os demais associados somente terão direito a voz.

Seção I
CRITÉRIOS PARA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO

Art. 8° - A admissão de novos associados será de acordo com os critérios acima dispostos.

Art. 9° - Os associados poderão ser demitidos ou excluídos do quadro social.

§ 1° - Os associados somente serão demitidos a seus pedidos e por escrito, o que não poderá ser negado.

§ 2° - Os associados serão excluídos do quadro social quando:
I – Depredar ou extraviar qualquer bem ou patrimônio da associação;
II – Deixar de participar de 05 (cinco) assembléias consecutivas, sem motivo justificado;
III – Atrasar sua mensalidade por mais de 120 (cento e vinte) dias, sem justificativa;
V – Desrespeitar este estatuto ou as deliberações da assembléia geral;
VI – Vier a praticar ato ou ação contrário a existência da Associação;

§ 1° - A demissão ocorrerá a pedido do associado, enquanto a exclusão de associado será decidida pela Diretoria, cabendo recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, para a assembléia geral, garantindo-se a ampla defesa
§ 2° - O associado demitido ou excluído poderá ser reintegrado ao quadro social, a juízo da assembléia geral ou quitando seus débitos, quando se tratar de atraso de mensalidade.

§ 3° - Os associados não terão qualquer direito no caso de demissão ou exclusão do quadro social e não receberão remuneração ou honorários por serviços ou trabalhos realizados como associado em prol da associação.

§ 4° - As obrigações dos associados falecidos contraídas com a associação e as oriundas de suas responsabilidades como associados, passarão a seus herdeiros, no limite do valor da herança recebida.

Seção II
DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 10 - São direitos comuns a todos os sócios:
I – Participar de todas as atividades desenvolvidas pela associação;
II – Ser informado de todos os serviços oferecidos pela associação, bem como, de todos os seus documentos e escrituração;
III – Solicitar esclarecimentos, por escrito ou verbal sobre as atividades da associação;
IV – Propor ações que visem à melhoria do atendimento ou desempenho dos fins da associação.

Art. 11 - São direitos privativos dos associados efetivos:
I – Tomar parte, votar a partir de 16 anos e de ser votado, a partir de 18 anos nas assembléias;
II – Convocar a assembléia geral, desde que o interesse na realização da mesma, seja de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais;
III – Igualdade de direitos, juntamente com seus herdeiros perante os outros associados efetivos.
IV – Todos os associados e seus herdeiros têm igualdade de direitos sobre as terras de propriedade da Associação.
V – Todos os sócios têm direito de praticar atividades agrícolas, agropecuárias, caça, pesca e coleta, desde que de forma não predatória.
Parágrafo Único - Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido conferido, salvo nos casos e forma previstos em lei ou neste estatuto.

Art. 12 - São deveres dos associados:
I – Cumprir as disposições do presente Estatuto, do Regimento Interno e as que forem aprovadas pela Assembléia Geral, Diretoria e o Conselho da associação, desde que as mesmas não sejam contrárias a lei, ao estatuto e demais disposições legais e não prejudiquem os associados.
II – Colaborar com a associação dentro de seus objetivos, participando das reuniões e atividades;

III – Respeitar e zelar pelo patrimônio da associação;
IV – Preservar as terras e os demais recursos naturais que pertençam ou não a associação, evitando a destruição do meio ambiente;
V – Fiscalizar a invasão das terras de propriedade da Associação por pessoas e empresas não autorizadas.
VI – Comparecer às Assembleias Gerais.
VII – Fiscalizar e denunciar junto à Diretoria e o Conselho a destruição do meio ambiente e seus recursos sustentáveis;
VIII – Levar ao conhecimento da Diretoria e do Conselho fatos que venham ferir o presente Estatuto, a Associação e os seus próprios associados;
IX – Respeitar os membros do Conselho e da Coordenação;
X – Respeitar as decisões da Assembléia Geral, da Coordenação e do Conselho.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 13 - Compõem a administração da Associação os seguintes órgãos:
I – Assembléia;
II – Coordenação;
III – Conselho Fiscal.

Seção I
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14 – A Assembléia Geral, composta por todos os associados que estiverem quites com suas obrigações, é o órgão máximo de deliberação e soberano em suas decisões que não contrariem o presente estatuto.

Art. 15 – A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, a cada 12 meses para prestação de contas, avaliação e planejamento dos trabalhos da associação e será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, através de edital de convocação ou através de comunicado individualmente a cada associado.

Art. 16 – A Assembleia Geral reunir-se-á, a cada quatro anos para a eleição da Coordenação e do Conselho Fiscal.

Art. 17 – A Assembléia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, por convocação do Coordenador Geral, da maioria da Coordenação e/ou do Conselho Fiscal ou ainda, por 1/5 (um quinto) de seus associados quites com suas obrigações sociais.

Art. 18 – Quando a Assembléia Geral extraordinária for convocada por 1/5 dos associados quites, o presidente terá o prazo de 15 dias, a partir da data da entrada do requerimento na secretaria, para publicar o edital de convocação, caso não o faça, os requerentes publicarão o referido edital e realizarão a assembléia, a qual só poderá tratar dos assuntos constantes do edital.

Art. 19 – As assembléias gerais ordinárias ou extraordinárias iniciarão seus trabalhos, em primeira convocação, com metade mais um dos associados quites e a partir da Segunda convocação com qualquer número, podendo tratar de quaisquer assuntos constantes como ponto de pauta no edital de convocação, exceto nos casos que seja exigido quórum especial.

Seção II
DA COORDENAÇÃO

Art. 20 – A Coordenação da ACORQBU será constituída por 11 (onze) membros efetivos e11 (onze) suplentes:

a) Um Coordenador Geral;
b) Um Coordenador de Secretaria;
c) Um Coordenador de Finança;
d) Um Coordenador de Patrimônio;
e) Um Coordenador de Articulação;
f) Um Coordenador de Cultura;
g) Um Coordenador de Preservação do Meio Ambiente;
h) Um Coordenador de Política Agrícola;
i) Um Coordenador da 3ª idade;
j) Um Coordenador da Juventude
l) Um Coordenador Gênero e Raça

§1° - Os Coordenadores serão eleitos pelos associados em Assembléia Geral Ordinária.
§2° - A Coordenação cumprirá mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleita.

Art. 21 – Os membros da Coordenação e do Conselho Fiscal não serão remunerados por suas atividades, no exercício do mandato para o qual forem eleitos.

Art. 22 – Em caso extraordinário, a Assembléia Geral poderá estabelecer uma ajuda de custo para a Coordenação, por seus serviços prestados à associação.

Art. 23 – A coordenação reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário.

Seção III
DO CONSELHO FISCAL

Art. 24 – O Conselho Fiscal será eleito pela Assembléia Geral juntamente com a Diretoria e terá mandato coincidente com o desta, sendo composto por 07 (sete) membros titulares e 07 (sete) membros suplentes.

Art. 25 – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 26 – O Conselho Fiscal e a Coordenação poderão fazer reuniões conjuntas para deliberarem sobre assuntos relevantes da associação.

Art. 27 – As decisões do Conselho Fiscal e da Coordenação serão tomadas por maioria simples de seus membros.

Art. 28 – O Conselho Fiscal e a Coordenação serão regidos por um Regimento Interno a ser aprovado em Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 29 – É de competência exclusiva da Assembléia Geral a deliberação dos seguintes assuntos:

I- Eleição da Coordenação e Conselho Fiscal;
II- Destituição ou recomposição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
III- Demissão ou exclusão dos associados;
IV- Aprovação do balanço e da prestação de contas;
V- Dissolução ou mudança dos objetivos da associação;
VI- Alteração do presente estatuto social;
VII- Aprovação do regimento interno e regulamento das eleições;
VIII- Deliberar sobre assuntos de interesse da associação e de seus associados, desde que constantes dos respectivos editais de convocação.

Parágrafo Único – Para a deliberação a que se referem os incisos II, V e VI é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terço) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 30 – Compete a Coordenação:

I – Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral e da Coordenação.;
II- Convocar ordinária e extraordinariamente a Assembléia Geral;
III – Administrar e zelar pelo patrimônio da associação garantindo a sua utilização para o cumprimento das deliberações da Assembléia geral;
IV – Fazer o balanço anual de suas atividades;
V – Divulgar e informar os associados sobre suas programações;
VI – Fornecer aos demais órgãos da associação todas as informações e documentos por eles solicitados;
VII – Submeter sua prestação de contas ao Conselho Fiscal e a Assembléia Geral.
VIII – Elaborar e executar os programas e projetos da associação;
IX – Deliberar sobre a abertura de contas correntes em Bancos;
X – Receber as contribuições e doações em nome da associação;
XI – Encaminhar à Assembléia Geral os casos omissos ou não previstos no presente Estatuto.

Art. 31 – São atribuições do Coordenador Geral:

I – Representar a associação junto aos órgãos públicos e privados, judicial ou extrajudicialmente, ativa e passivamente, podendo delegar poderes;
II – Convocar as reuniões da Coordenação ou da Assembléia Geral e presidi-las;
III – Assinar as atas, projetos, livros e outros documentos, juntamente com o Coordenador de Secretaria;
IV – Movimentar conta bancária, assinar cheques e outros documentos de constituição de crédito ou débito em nome da associação, em conjunto com o Coordenador de Finança.
V – Administrar e zelar pelo patrimônio da Associação, em conjunto com o Coordenador de Patrimônio;
VI – Contratar os funcionários, assessores ou prestadores de serviços da associação;
VII – Elaborar e coordenar os projetos de trabalho da associação, contando com auxílio dos demais Coordenadores;

VIII – Coordenar os trabalhos de elaboração de relatórios de atividades, contando com auxílio dos Coordenadores.
IX – Coordenar a execução dos projetos de trabalho da associação.

Art. 32 – São atribuições do Coordenador de Secretaria:

I – Preparar, encaminhar e receber a correspondência e o expediente da associação;
II – Organizar e ter sob sua guarda o arquivo da associação;
III – Redigir as atas, resoluções e outros documentos emanados da Assembléia Geral e da Coordenação, bem como da reunião da Coordenação com o Conselho Fiscal;
IV – Secretariar as reuniões da Coordenação e da Assembléia Geral;
V – Auxiliar o Coordenador Geral na elaboração de projetos de trabalho e dos relatórios de atividades da associação;
VI – Produzir material de divulgação e informação, a cerca do trabalho da associação;

Art. 33 – São atribuições do Coordenador de Finança:

I – Ter sob sua guarda e responsabilidade o livro caixa e todos os demais documentos referentes a contabilidade da associação;
II – Efetuar pagamentos de contas e recebimentos de créditos, abrir e movimentar conta bancária, em conjunto com o presidente;
III – Preparar a prestação de contas e o relatório financeiro para ser apresentado ao conselho fiscal e a assembléia geral;
IV – Providenciar o balanço anual e apresentar à assembléia geral;
V – Gerenciar os recursos da associação, contando com o auxílio do Coordenador de Patrimônio;
VI – Auxiliar o Coordenador Geral na elaboração dos projetos de trabalho da associação;
VII – Emitir cheques ou títulos de crédito, movimentar contas bancárias, aceitar ou endossar qualquer documento que resulte em obrigações para a associação, conjuntamente com o Coordenador Geral.

Art. 34 – São atribuições do Coordenador de Patrimônio:

I – Administrar e zelar pelo patrimônio da associação, sejam bens móveis, imóveis, utensílios e outros materiais, promovendo a apuração da responsabilidade das pessoas que por dolo ou culpa, causarem prejuízo ao patrimônio da associação;
II – Administrar a sede da associação;

III – Manter em dia e em perfeita ordem o fichário geral dos bens patrimoniais da associação, anotando periodicamente os objetos inutilizados pelo uso ou pela ação do tempo;
IV – Auxiliar o Coordenador de Finança na gestão dos recursos da Associação;
V – Auxiliar o Coordenador de Finança a elaborar relatórios financeiros e a organizar os balanços e contas da entidade.

Art. 35 - São atribuições do Coordenador de Articulação:

I – Garantir a articulação entre as Comunidades Remanescentes de Quilombo do Tocantins contando com o apoio do Coordenador de Cultura;
II – Garantir a articulação entre os integrantes da Coordenação e do Conselho Fiscal;
III – Garantir a articulação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Tocantins com as entidades similares.

Art. 36 – São atribuições do Coordenador de Cultura:

I – Incentivar e apoiar as manifestações culturais das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Tocantins;
II – Promover o material de divulgação e informação acerca do trabalho da Associação;
III – Auxiliar o Coordenador de articulação na garantia da articulação entre as Comunidades Remanescentes de Quilombos do Tocantins.

Art. 37 - São atribuições do Coordenador de Preservação do Meio Ambiente:

I – Zelar pela preservação da área remanescentes de quilombos do Tocantins;
II – Levar até o conhecimento da Coordenação e do Conselho Fiscal as ameaças verificadas e sugestões de medidas para coibir tais ameaças;
III – Executar as medidas decididas pela Coordenação e/ou o Conselho Fiscal visando preservar a área remanescentes de quilombo do Tocantins, contando com o apoio do Coordenador do Patrimônio.

Art. 38 – São atribuições do Coordenador de Política Agrícola:

I – Elaborar os planos e projetos agrícolas correspondente a área quilombola;
II – Incentivar a agricultura, pecuária e piscicultura;

III – manter contato com as autoridades municipais, estaduais e federais, entidades financeiras, juntamente com o Coordenador Geral na busca de projetos e financiamentos de interesse da Comunidade Quilombola.

Art. 39 – são atribuições da Coordenação da 3ª idade:

I – Apoiar e coordenar os idosos em suas atividades;
II – Lutar e fazer valer os seus direitos;
III – Estimular o respeito e valorização pelo conhecimento, experiência, legado e contribuição que possuem para dar aos jovens e futuras gerações.

Art. 40 – São atribuições da Coordenação da Juventude:

I – Apoiar e coordenar os jovens em suas atividades;
II – Integrar e ambientar os jovens de maneira que se sintam úteis dentro das atividades desenvolvidas pela associação;
III – Estimular o respeito e os bons valores a serem cultivados;

Art. 41 – São atribuições da Coordenação de Gênero e Raça:

I – apoiar e incentivar os bons princípios como da igualdade, liberdade e respeito ao próximo, independentemente de sexo, cor, raça ou etnia.
II – criar alternativas de oportunidades para homens e mulheres da Associação.
III – Combater as desigualdades e discriminações, buscando sempre fazer valer às políticas públicas e leis que beneficiam homens e mulheres.

Art. 42 – Ao Conselho Fiscal compete:
I – Zelar pelo patrimônio pertencente a Associação;
I – Examinar os balancetes, o relatório financeiro, as prestações de contas, o balanço anual e a documentação respectiva da Coordenação.
II – Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da associação;
III – Fiscalizar a execução orçamentária, podendo examinar livros e documentos contábeis;
IV – Dar sugestão de como melhor gerenciar o patrimônio da associação;
V – Auxiliar a Coordenação na administração da associação.
VI – Avaliar e decidir a entrada de novos associados.

CAPÍTULO V
DO PATRIMÔNIO E FONTES DE RECURSOS PARA A SUA MANUTENÇÃO

Art. 43 – O patrimônio desta associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e etc.

Art. 44 – Constitui fontes de recurso para a manutenção desta associação:

I – A contribuição mensal dos associados que será aprovada pela assembléia geral;
II – As doações de pessoas físicas ou jurídicas;
III – Os bens e valores adquiridos e as rendas por eles produzidos;
IV – Recursos proveniente de convênios firmados com entidades públicas ou privadas;
V – Subvenções de órgãos públicos.

CAPÍTULO VI
DA ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO E CONSELHO

Art. 45 – A eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, dar-se-á em assembléia geral, convocada nos termos deste estatuto.

Art. 46 – Havendo mais de uma chapa, a votação será secreta, entretanto, havendo somente uma chapa será pelo processo aberto e por aclamação. Nos dois casos, a posse da nova coordenação acontecerá, imediatamente, após o término da apuração dos votos.

Art. 47 – Em caso de empate, será convocado um segundo turno, no qual concorrerão somente as duas chapas mais votadas.

Art. 48 – Em caso de vacância ou renúncia coletiva, será convocada a Assembléia Geral que elegerá uma comissão provisória para administrar a associação e promover novo processo eleitoral num período de 90 (noventa) dias.

Art. 49 – Se o regulamento eleitoral não determinar outro prazo, a inscrição de chapa será apresentada, mediante requerimento, à comissão eleitoral, 45 (quarenta e cinco dias) dias antes da assembléia geral que elegerá a nova Diretoria.

Art. 50 – Somente poderão concorrer a cargos na Diretoria e Conselho Fiscal os associados que preencham os seguintes requisitos:

I – Está associado a entidade há pelo menos 90 (noventa) dias antes do pleito;
II – Ser associado efetivo em pleno gozo de seus direitos;

III – Não tenha lesado o patrimônio de nenhuma outra entidade associativa.

Art. 51 – Esta entidade terá um Regimento Eleitoral, aprovada pela Coordenação e o Conselho Fiscal, que regulará todo o processo eleitoral.

CAPÍTULO VII
DA PERDA DO MANDATO

Art. 52 – Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal perderão o mandato, a juízo da assembléia geral, sempre assegurado o direito a ampla defesa nos seguintes casos:

I – Malversação de verbas ou dilapidação do patrimônio da entidade;
II – Grave violação deste estatuto, das deliberações da assembléia geral ou do Conselho;
III – Abandono de cargo;
IV – Afastamento do cargo sem justificativa.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais assumidas pela associação.

Art. 54 – A mudança dos objetivos e a extinção desta entidade, somente se dará por deliberação da assembléia geral, convocada especialmente para esse fim, observado as disposições legais pertinentes.

Art. 55 – Em caso de extinção ou dissolução desta associação, após o pagamento de todas as dívidas e da restituição das contribuições dos associados, em valores atualizados, o seu patrimônio será doado a uma entidade com fins não econômicos escolhida em assembléia geral.

Art. 56 – O presente estatuto poderá ser alterado ou reformado em assembléia geral, convocada especialmente para esse fim, não podendo entretanto, ser alterado, nem mesmo parcialmente, o art. 2º e seus parágrafos.

Art. 57 – A associação poderá celebrar convênios com entidades governamentais e não governamentais, mas em hipótese alguma, poderá prestar aval ou qualquer garantia a título oneroso ou gratuito.

FLS 16

Art. 58 – A associação poderá ter um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 59 – O exercício social da associação é coincidente com o ano civil, com o seu encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 60 – Este estatuto revoga o Estatuto anterior já em vigor da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro, de 12 de outubro de 1999 e o atualiza de acordo com o novo Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Baião-Pá, 22 de Março de 2015.

TAB. AMADEU SANTOS UNICO OFICIO

Nareno Viana Ramos
Presidente

VISTO:

TAB. AMADEU SANTOS UNICO OFICIO

Tales Miranda Corrêa
Advogado OAB/Pá 6995

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
RECONHECIMENTO DE FIRMA
Série: H
Nº 008.479.817
Série: H
Nº 008.479.816

Tabelionato Amadeu Santos
Unico Ofício
Av. Getulio Vargas 3554
Baião - Pará - Brasil

Reconheço Verdadeira(s) a(s) Firma(s) [X] por Semelhança [ ] Autenticidade assinalada com a seta
Baião Pará 21 de maio de 2015
Dou fé em Test.º [illegible] da verdade
[ ] Douglas Mac Artur de M. dos Santos Brasil Tabelião
[X] Luiz Cincinato dos Santos Brasil Neto Substituto

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
COMARCA DE BAIÃO- ESTADO DO PARA
AVENIDA DR. GETULIO VARGAS Nº 3554
[illegible] FONE/FAX: (91)3795-1163
TITULO APRESENTA EM: 21/05/2015
APONTADO SOB O N 421 FLS 26 LIVRO N: A-01
REGISTRO N: 532 FLS 287V LIVRO N: A-01
BAIÃO PA 21 DE maio DE 2015
Luiz Cincinato dos S. Brasil Neto
Oficial Substituto
CPF/MF: nº 697.296.702-34

TABELIONATO AMADEU SANTOS
UNICO OFICIO
NOTARIAL E REGISTRAL
TITULAR
LUIZ CINCINATO DOS S. BRASIL NETO
C/FAX 91 3795-1163

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
GERAL
Série: H
Nº 004.199.306
Nº 004.199.305